

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA – CPDOC

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS

CURSO DE MESTRADO PROFISSIONALIZANTE EM BENS CULTURAIS E PROJETOS SOCIAIS

CULTURA É DESENVOLVIMENTO:

um panorama da atuação do BNDES em projetos de restauro

1997-2007

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC – para obtenção do grau de Mestre em Bens Culturais e Projetos Sociais

SIMONE MARAFON SCHNEIDER

Rio de Janeiro

Setembro de 2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA – CPDOC
CURSO DE MESTRADO PROFISSIONALIZANTE EM BENS CULTURAIS E PROJETOS SOCIAIS

CULTURA É DESENVOLVIMENTO
um panorama da atuação do BNDES em projetos de restauro
1997-2007

Trabalho de conclusão de curso apresentado por
SIMONE MARAFON SCHNEIDER

E APROVADO EM _____ PELA BANCA EXAMINADORA

Profª Drª LÚCIA MARIA LIPPI OLIVEIRA (Orientadora)

Profª Drª MARIETA DE MORAES FERREIRA

Profª Drª LIA CALABRE

Profª Drª LETÍCIA NEDEL (Suplente)

A meu filho, João Pedro, pelas horas de convivência roubadas. Que essa ausência, por vezes dolorosa, sirva ao menos de exemplo. Não é possível alcançar verdadeiramente um objetivo sem muita dedicação e uma certa dose de sacrifício.

AGRADECIMENTOS

À professora Lúcia Lippi, pela orientação precisa e serena. Por muitas vezes entrei em sua sala desesperada por não conseguir determinado dado ou informação. E sempre vivenciei a mesma cena: ela levantar, olhar calmamente para a sua estante mágica e retirar justamente o livro que resolveria o meu problema. Foi um privilégio compartilhar do seu conhecimento.

Aos colegas da turma de mestrado agradeço a oportunidade da convivência. Tenho plena convicção de que o meu aprendizado em sala de aula está diretamente relacionado à presença de vocês.

Aos entrevistados, obrigada pelo tempo doado e pela disposição de dividirem comigo suas memórias e experiências.

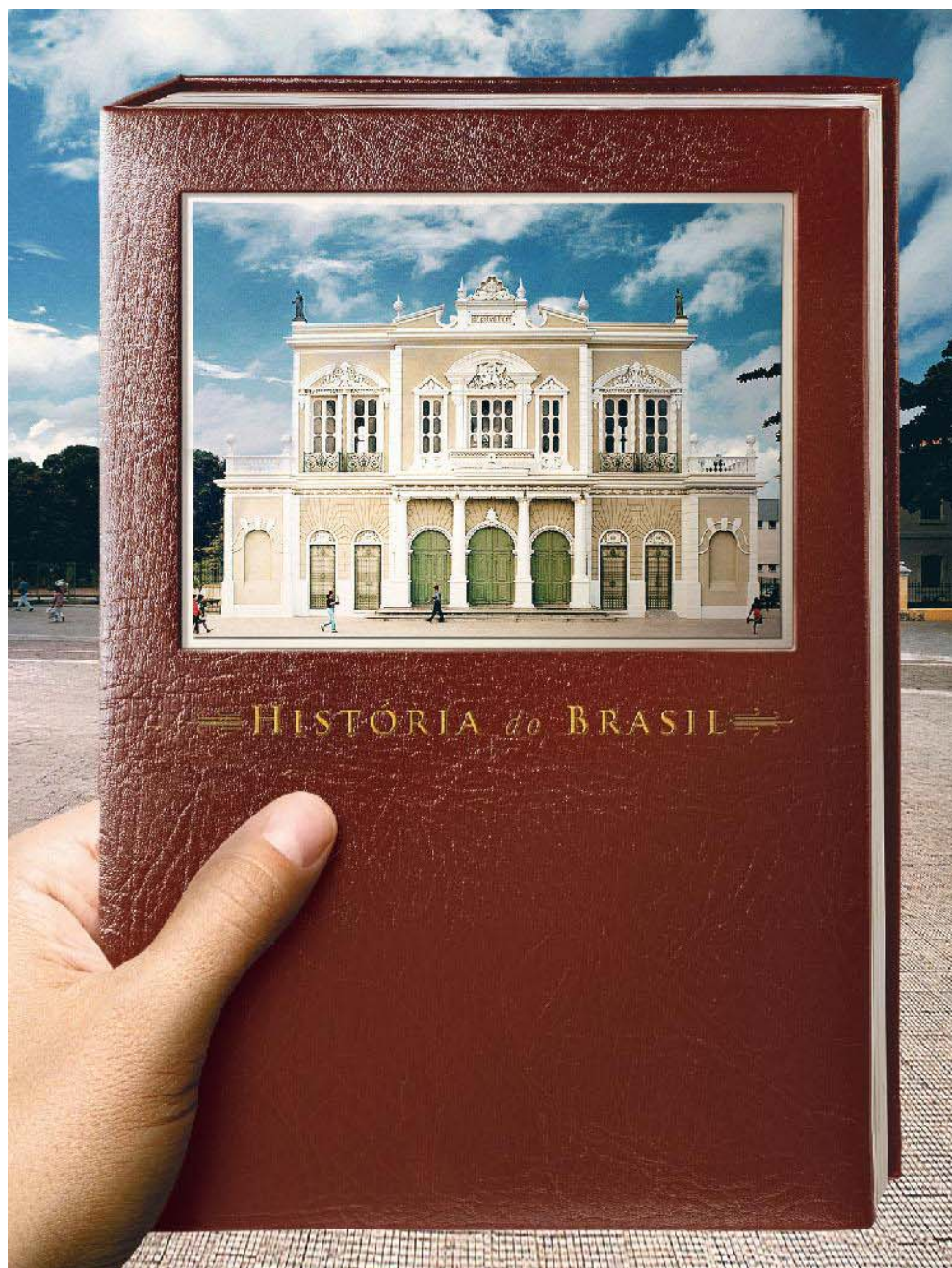
Aos colegas do BNDES, agradeço os documentos encontrados, livros emprestados, planilhas geradas e informações concedidas.

A Marilva e Alcidina, pelo sonoro NÃO que ouvi quando pensei em desistir.

Um agradecimento especial à Ana Luiza Landim, pelo convite para trabalhar na Gerência de Cultura, abrindo assim a porta de um mundo que eu espiava pela janela desde que ingressei no Banco, em 2000. Ela é a verdadeira culpada por eu ter me apaixonado por esse assunto.

“Apenas se constrói com solidez sobre o passado”

T. S. Eliot



**97 monumentos restaurados em 10 anos.
BNDES. O banco que mais investe
no passado e no futuro do país.**

O BNDES é a instituição que mais apoia a preservação do Patrimônio Histórico Arqueológico do Brasil. Em 10 anos, já restauramos quase 100 monumentos, entre igrejas, teatros, museus, casarios e muitos outros. Nossa recompensa? Ver a memória e a história do país cada vez mais vivas. E cada vez mais próximas dos brasileiros.

BNDES. O banco do desenvolvimento de todos os brasileiros. Há 10 anos preservando nosso futuro



Ministério do
Desenvolvimento, Indústria
e Comércio Exterior



RESUMO

Cultura é Desenvolvimento: Um Panorama da Atuação do BNDES em Projetos de Restauro (1997-2007)
Rio de Janeiro: CPDOC/PPGHPBC/FGV, 2008. Dissertação

Este estudo tem por objetivo analisar a atuação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em projetos de preservação do patrimônio edificado brasileiro. Para tanto, é traçada a trajetória de apoio à cultura percorrida pelo BNDES ao longo dos anos, com ênfase nos projetos selecionados no âmbito da Lei *Rouanet* no período de 1997 a 2007. O resultado é um panorama histórico que explica em que momento – e de que forma – a cultura entrou na pauta de discussão do BNDES e, mais precisamente, como, dentro do campo cultural, ocorreu a opção responsável por transformar o BNDES, maior banco de desenvolvimento da América Latina, no principal patrocinador de ações de restauração, conservação e adaptação do patrimônio nacional.

Palavras-chave: Patrimônio; BNDES e cultura; Lei *Rouanet* e projetos de restauro.

ABSTRACT

Culture is Development: An Overview of Performance of BNDES in the Restoration Projects (1997-2007)
Rio de Janeiro: CPDOC / PPGHPBC / FGV, 2008. Dissertation

This study has the objective of examining the performance of the National Bank of Economic and Social Development (BNDES) in projects developed to preserve the Brazilian architectural heritage. Towards this objective, the study outlines the path chosen by BNDES over the years to support culture in Brazil, emphasizing selected projects implemented under the *Rouanet* Law from 1997 to 2007. The result is a historic overview that explains when - and how – culture became part of BNDES agenda and, more specifically, why, within alternatives of investment in culture, BNDES chose to value/prioritize the improvement of restoration projects in Brazil, a responsible choice for transforming BNDES, the largest bank development in Latin America, in the major sponsor of initiative focused on restoration, conservation and adaptation of the national cultural patrimony.

Keywords: Heritage; BNDES and culture; *Rouanet* Law and restoration projects.

ILUSTRAÇÕES

ILUSTRAÇÃO 1: Cidade de Ouro Preto,	32
Disponível no site http://www.panoramio.com/photo/1172440 Consulta realizada em 10/06/2008	
ILUSTRAÇÃO 2: Capela São Francisco de Assis.....	36
Disponível no site http://www.museoscarniemeyer.org.br/permanentes.htm Consulta realizada em 2/07/2008	
ILUSTRAÇÃO 3: Padrão Gráfico Arte Kusiwa.....	65
Disponível no site http://www.funai.gov.br/ultimas/noticias/2_semestre_2003/dezembro/un1201_003.htm Consulta realizada em 10/03/2008	
ILUSTRAÇÃO 4: Estrada de Ferro Central do Brasil.....	76
Disponível no site http://img66.imageshack.us/img66/3194/rio5qs.jpg Consulta realizada em 7/05/2008	
ILUSTRAÇÃO 5: Orquestra Sinfônica Brasileira.....	85
Disponível no site http://www.osb.com.br/imprensa.php Consulta realizada em 18/06/2008	
ILUSTRAÇÃO 6: Paço Imperial.....	87
Disponível no site http://www.pacoimperial.com.br/mimos.aspx Consulta realizada em 7/05/2008	
ILUSTRAÇÃO 7: Cartaz do filme “Amélia”	94
Disponível no site http://www.adorocinemabrasileiro.com.br/filmes/amelia/amelia.asp Consulta realizada em 18/06/2008	
ILUSTRAÇÃO 8: Igreja de Santa Bárbara (Goiás).....	115
Disponível no site http://www.tirapeli.pro.br/imagens/Goias33.jpg Consulta realizada em 10/06/2008	
ILUSTRAÇÃO 9: Pelourinho – Salvador (BA).....	123
Disponível no site http://www.brasil-turismo.com/imagens/pelourinho-foto.jpg Consulta realizada em 18/06/2008	
ILUSTRAÇÃO 10: Fotos Ferrovia Madeira-Mamoré.....	127
Disponível no site http://www.mp.usp.br/mamore.htm Consulta realizada em 7/05/2008	
ILUSTRAÇÃO 11: Vista aérea da cidade de Laguna.....	139
Disponível no site http://www.mp.usp.br/mamore.htm	

Consulta realizada em 2/07/2008

ILUSTRAÇÃO 12: Igreja Nossa Senhora dos Mercadores (RJ).....141

Disponível no site

<http://i87.photobucket.com/albums/k154/qdevivas/14.jpg>

Consulta realizada em 10/03/2008

ILUSTRAÇÃO 13: Parque Nacional da Serra da Capivara.....142

Disponível no site

www.fumdham.org.br/fotos/pintura08.jpg

Consulta realizada em 15/04/2008

ILUSTRAÇÃO 14: Igreja da Saúde.....143

Crédito: Simone Schneider

ILUSTRAÇÃO 15: Pirenópolis.....146

Crédito: Roberto Castelo

ILUSTRAÇÃO 16: Espetáculo “Som e Luz” – Largo da Carioca (RJ).....148

Crédito: Adilson Vasconcelos

ILUSTRAÇÃO CAPA DOS CAPÍTULOS

INTRODUÇÃO: Igreja Nossa Senhora de Igarassu (PE)

Crédito: Ana Luiza Landim – julho 2003

CAPÍTULO 1: Azulejos Igreja Nossa Senhora do Outeiro da Glória (RJ)

Crédito: Simone Schneider – maio 2004

CAPÍTULO 2: Igreja São Francisco de Assis (São Paulo)

Crédito: Banco de Imagens do BNDES

CAPÍTULO 3: Pintura Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário (Pirenópolis)

Disponível em:

<http://arboretto.blogspot.com/2007/10/igreja-matriz-de-pirenopolis.html>

Consulta realizada em 15/05/2008

CONCLUSÃO: Casario Centro Histórico de Belém (Pará)

Crédito: Simone Schneider – março 2005

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS: Teto da Biblioteca Nacional (RJ)

Crédito: Simone Schneider – agosto 2004

ANEXOS: Museu da Língua Portuguesa Estação da Luz

Disponível em:

<http://colegiospinosa.files.wordpress.com/2008/02/museu-lingua.jpg>

Consulta realizada em 15/05/2008

GRÁFICOS

GRÁFICO 1:	72
Relação entre orçamento do MinC e receita de impostos federais	
Fonte: Ministério da Cultura	
GRÁFICO 2:	79
Ênfase da atuação do BNDES por década	
Fonte: BNDES	
GRÁFICO 3:	80
Evolução dos desembolsos do BNDES	
Fonte: BNDES	
GRÁFICO 4:	128
Evolução dos desembolsos do BNDES no âmbito da Lei <i>Rouanet</i>	
Fonte: BNDES	
GRÁFICO 5:	132
Divisão dos projetos apoiados no âmbito da Lei <i>Rouanet</i> por tipo de bem cultural	
Fonte: BNDES	
GRÁFICO 6:	134
O mapa da atuação do BNDES em projetos de restauro	
Fonte: BNDES	
GRÁFICO 7:	135
Proporção do nº de tombamentos do IPHAN em comparação com o total de registros nos cinco estados que mais receberam recursos do BNDES	
Fonte: IPHAN	
GRÁFICO 8:	136
Nº bens tombados nos cinco estados que mais receberam recursos do BNDES (em %)	
Fonte: IPHAN	

TABELAS

TABELA 1:.....**44**
Organização da cultura no governo militar

TABELA 2:**51**
Patrimônio (conceito clássico x conceito contemporâneo)
Fonte: CAMARGO, Haroldo Leitão. Patrimônio Histórico e Cultural, 2ª ed., Ed. Aleph, São Paulo, 2002.

TABELA 3:.....**71**
Orçamento MinC e Captação Lei Rouanet (2000-2007)
Fonte: Ministério da Cultura

TABELA 4:.....**148**
Contratos do BNDES no âmbito da Lei Rouanet (1997-2007)
Fonte: BNDES

TABELA 5:.....**133**
Bens culturais apoiados pelo BNDES no âmbito da Lei Rouanet (1997-2007) por estado e por valor contratado
Fonte: BNDES

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO I – ESTADO BRASILEIRO E POLÍTICAS CULTURAIS DE PATRIMÔNIO	
1.1 Poder, ideologia e modernidade: discursos do patrimônio no século XX.....	22
1.2 Política do Patrimônio 1930-1954: o legado da Era Vargas.....	28
1.3 PCH, CNRC e a ampliação da noção de patrimônio no regime militar.....	39
1.4 Lei Sarney e a busca por novas fontes de financiamento.....	53
1.5 FHC e Lula: o livre mercado dos bens culturais.....	60
CAPÍTULO II – O PAPEL DO BNDES NA PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA NACIONAL	
2.1 O desenvolvimento econômico-social e a inserção da cultura.....	74
2.2 Galeria e Auditório: primeiras ações em cultura.....	83
2.3 A institucionalização da cultura e a opção pela preservação.....	89
2.4 Da política de incentivo à cultura ao planejamento da economia da cultura.....	104
CAPÍTULO III – RESTAURO PELA ÓTICA DO DESENVOLVIMENTO	
3.1 Diretrizes e Resoluções: os objetivos do apoio ao patrimônio nacional.....	114
3.2 O mapa da atuação e a distribuição dos recursos.....	125
3.3 Apoio por projeto: escolhas e opções.....	140
CONCLUSÃO.....	152
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	160
ANEXOS	
ANEXO 1: Contratações no âmbito da Lei Rouanet para patrimônio (1997-2007).....	173
ANEXO 2: Valor total contratado por bem cultural (1997-2007).....	177
ANEXO 3: Presidentes do BNDES (1952-2008).....	179
ANEXO 4: Roteiro espetáculo “Som e Luz”.....	180
ANEXO 5: Convite 5ª Bienal Arquitetura e Design de São Paulo.....	184
ANEXO 6: Anúncios do BNDES em cultura (exemplos).....	185
ANEXO 7: Material de divulgação do BNDES em cultura (exemplos).....	191



INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

“A cultura não se herda, conquista-se”.

André Malraux

O cenário cultural brasileiro modificou-se na última década. A determinação de fortalecer as atividades culturais – iniciada no primeiro governo de Fernando Henrique, e potencializada na atual gestão do presidente Lula – refletiu na consolidação do Ministério da Cultura, transformado em máquina institucional voltada para o crescimento da demanda e dos investimentos na área cultural.

Entre as ferramentas utilizadas mais intensamente pelo Governo para fomentar a economia da cultura estão as leis de incentivo via renúncia fiscal (Audiovisual¹ e *Rouanet*²), que já existiam no papel, mas careciam de regulamentação e não eram devidamente divulgadas e, por isso mesmo, não eram consideradas atrativas. Os esforços de governo e a colaboração das empresas estatais – que tiveram a tarefa de comprovar a viabilidade e os benefícios dos investimentos em projetos culturais no âmbito das leis de incentivo – mudaram esse quadro: enquanto até 1995 as empresas públicas apoiaram, em média, 70 projetos culturais por ano, em 1996 elas apresentaram uma taxa de crescimento recorde de 226%³.

Mas, se por um lado o Estado tem consciência de que, ao ceder parte da arrecadação de impostos para incentivar as artes e a cultura, está traçando uma

¹ Lei nº 8.685/93, lei federal de incentivo à produção cultural elaborada por Antônio Houaiss.

² Lei nº 8.313/91, lei federal de incentivo à cultura iniciada por Sergio Paulo *Rouanet*, secretário de cultura durante o governo Collor. Conhecida como Lei *Rouanet*, permite a dedução dos recursos aplicados pelas empresas patrocinadoras de projetos culturais de seu imposto de renda a pagar.

³ Dados do Relatório “Economia da Cultura”, preparado por José Álvaro Moisés, com a colaboração de Roberto Chacon de Albuquerque, com base em pesquisa realizada pela Fundação João Pinheiro, para ser distribuído no Encontro do Conselho de Cultura da Associação Comercial do Rio de Janeiro, realizado no dia 05 de agosto de 1998. Disponível em www.cultura.gov.br. Consulta realizada em 18/11/2006.

nova trajetória de investimento desses recursos; por outro, ele também sabe que é necessário aprimorar essa ferramenta de fomento, criando novas estratégias e planos de ação. Um dos desafios é diminuir a concentração de recursos em determinadas regiões e assim garantir novos meios para a expansão da enorme diversidade cultural existente no Brasil. Outro é corrigir a atual distorção em relação à utilização desses recursos, ou seja, fazer valer o princípio elementar do incentivo fiscal, que é a utilização do dinheiro público como canal e estímulo para o crescimento dos investimentos privados.

Justamente por conta das dificuldades de atuação nessa área, as empresas públicas desempenharam – e continuam desempenhando – papel fundamental na democratização e acesso à cultura e no fortalecimento das políticas de governo. Apesar das críticas – que são muitas e muitas vezes procedentes – são elas que investem primeiro em projetos de grande porte, atraindo a participação do setor privado; são elas que apóiam projetos culturais de longo período de execução e baixo retorno institucional, mas que contribuem para o crescimento econômico e social de determinada cidade ou região; são elas que procuram direcionar os investimentos em projetos de todas as regiões do País e dos mais diversos segmentos culturais.

Uma das empresas estatais de destaque nesse processo é o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)⁴, órgão atualmente vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC) que tem como missão “*promover o desenvolvimento sustentável e competitivo da economia brasileira, com geração de emprego e redução das desigualdades sociais e regionais*”.⁵

⁴ Ex-autarquia federal criada pela Lei nº 1.628, de 20 de junho de 1952 com o nome de BNDE e enquadrado como empresa pública federal, com personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio, pela Lei nº 5.662, de 21 de junho de 1971.

⁵ Site do BNDES (www.bndes.gov.br). Consulta realizada em 22/09/07.

Desde sua criação, em 1952, pelo então presidente Getúlio Vargas, até os dias de hoje, o BNDES apresenta uma característica fundamental em sua trajetória: a capacidade de ser instrumento maleável do Governo, ou seja, a habilidade de se ajustar com rapidez às propostas e às diretrizes políticas de cada gestão, criando soluções eficientes e mecanismos criativos para a viabilização de projetos de desenvolvimento para o Brasil. Seja financiando os grandes empreendimentos industriais e de infra-estrutura, apoiando a agricultura e o comércio, seja fazendo investimentos sociais direcionados à educação e à saúde ou direcionando recursos para a agricultura familiar, saneamento básico e ambiental e transporte coletivo de massa.

Foi assim, por exemplo, na década de 50, quando operou sobre os pontos de estrangulamento da economia, que eram energia elétrica e transporte; ou nos anos 60, quando centrou esforços em bens de capital; ou ainda na década de 70, período de redirecionamento dos investimentos do Banco em projetos de ampliação e modernização das indústrias nacionais. Foi assim em 1982, ao completar 30 anos, quando incorporou ao seu nome o “S” do Social (antes era BNDE) e passou a combater com mais força as desigualdades sociais; e também foi assim na década de 90 quando os esforços se voltaram para o setor das micro, pequenas e médias empresas e para o fortalecimento da cultura.

Cultura? E cultura é desenvolvimento? Essa pergunta foi feita inúmeras vezes dentro do BNDES antes mesmo de ser criado, no ano de 1998, um setor específico para tratar de projetos de fomento na área cultural. Feita em tom de incerteza, de crítica, de descrédito, mas também de confiança, de aposta, de certeza. Feita porque a dimensão econômica da cultura ou, se preferirem, o desenvolvimento em sua dimensão cultural, era terreno incerto, embora tema de longas discussões (acadêmicas ou não) dentro e fora do país. Como ainda é hoje em dia.

Passados mais de dez anos, o panorama é um pouco diferente e mais promissor. Hoje o BNDES já soma investimentos anuais de mais de R\$ 50 milhões em projetos relacionados à cultura. No âmbito específico da Lei Rouanet, o BNDES patrocina, desde 1997, projetos culturais de restauro, conservação e adaptação de edificações tombadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Esse apoio é feito com base em regulamento próprio, revisto pela primeira vez em 2002 para pequenos ajustes, mas que em 2005 sofreu alterações mais significativas no intuito de ampliar o objetivo da ação de patrocínio do BNDES. Desde então, esse apoio procura potencializar ainda mais a ação da restauração, integrando-a com as outras ações do Banco na área cultural (cinema e acervos) e relacionando-a com a missão primordial de promoção do desenvolvimento econômico e social do País.

O presente trabalho pretende analisar como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), maior banco de desenvolvimento da América Latina, iniciou o investimento em preservação do patrimônio edificado brasileiro. O estudo proposto é importante para se entender em que momento – e de que forma – a cultura entrou na pauta de discussão do BNDES e, mais precisamente, como, dentro do campo cultural, ocorreu a opção pela valorização da preservação patrimonial e como essa política ganhou maior dimensão. Para essa análise foi determinado o período de 1997 a 2007, o que inclui os três regulamentos formulados e aprovados nesse período para aprovação e contratação de projetos de restauro já enquadrados na Lei *Rouanet*. Nesse contexto, cabe também verificar os investimentos feitos pelo BNDES, a localização e o perfil dos projetos selecionados.

Para um melhor entendimento do tema também será abordada a trajetória das políticas de preservação do patrimônio adotadas no Brasil desde a década de 30 até os dias de hoje, além de um breve histórico acerca da criação das leis de incentivo à cultura. Apesar do corte temporal previamente definido, tornou-se necessário fazer dois movimentos simultâneos: um recuo até a década de 80 para

explicar como o tema “cultura” começou a ser discutido dentro do BNDES; e um avanço até o ano de 2008 para melhor contextualizar o atual cenário de apoio do BNDES na área cultural.

A motivação para a escolha do tema descrito acima é resultado da experiência de três anos na Gerência de Incentivo à Cultura do BNDES, setor responsável, entre outras atribuições, pela análise e aprovação de projetos culturais no âmbito da Lei *Rouanet*. Entre os anos de 2003 e 2005, tive a oportunidade de acompanhar de perto os processos e percalços na implantação e na continuidade de programas públicos para a área cultural, e em especial para a área de preservação do patrimônio. Da mesma forma, conheci a realidade das instituições – públicas e privadas – que desenvolvem projetos e ações com foco na preservação e/ou são responsáveis pela guarda de bens móveis e imóveis, documentos e demais registros da memória e da história nacional. A eterna burocracia e o baixo conhecimento técnico para enquadramento dos projetos nas leis de incentivo somados à falta de informação resultam em um quadro problemático: o acesso aos benefícios das leis é pouco igualitário, mesmo dentro de um banco de desenvolvimento como o BNDES.

No entanto, uma política de preservação só se mostra correta quando, além de estar baseada em uma concepção ampla capaz de integrar as questões sócio-econômicas, técnicas, artísticas e ambientais de forma articulada com as questões de qualidade de vida, meio ambiente e cidadania, está acessível a todos os cidadãos. O Estado tem o papel de incentivar, fomentar e irradiar oportunidades de financiamento para, democraticamente, ter uma maior abrangência e eficiência nas ações desenvolvidas.

Para o desenvolvimento da presente dissertação foi necessário buscar uma fundamentação teórica centrada nas diversas vertentes, discussões e conceituações ligadas aos temas de memória, nação, patrimônio e identidade

nacional; e como esses temas permeiam as ações de apoio e as decisões do BNDES no âmbito da Lei *Rouanet*.

Entre elas, podemos destacar a importância da questão central na obra de Maurice Halbwachs (1990): a memória individual existe a partir da memória coletiva e tem suporte na memória histórica, que é a sucessão de acontecimentos marcantes na história de um país. Tanto o enfoque dado por Halbwachs à relação entre memória e história quanto seus argumentos da “sociologia da memória coletiva” são fundamentais para um melhor entendimento dos filtros de memória e de esquecimento usados sistematicamente pelos poderes públicos na formulação de uma identidade nacional. As teorias formuladas por Jacques Le Goff (1992) para o entendimento de memória coletiva, memória social e memória como narrativa e identidade estão implícitas no relato da política de tombamento de bens realizada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e no traçado das diversas políticas públicas adotadas desde a década de 30 no Brasil.

Da mesma forma, recorri a Michel Pollack (1989), outro importante pensador da memória social que utiliza conceitos como “fatos de memória” e “fatos históricos”; “memórias subterrâneas” e “memórias marginalizadas”, para tentar compreender como se processa a memória e o esquecimento na construção da identidade dos grupos. POLLACK destaca, por exemplo, como as memórias competem na consolidação de uma história, de uma versão, do papel de um determinado grupo social, na preservação ou no esquecimento de certos fatos e de seus significados.

Já o caráter construído e histórico da idéia de nação e nacionalismo, defendido por Benedict Anderson (1991) e Eric Hobsbawm (1984) – com destaque para a sua teoria das invenções das tradições – foi importante para o entendimento do movimento vitorioso de Getúlio Vargas de implantação do Estado

Novo e seus reflexos – sentidos até os dias de hoje - na formulação de políticas de apoio à cultura.

O resgate histórico das ações e políticas de patrimônio teve como suporte principal os textos de Maria Cecília Londres Fonseca (1997) sobre a história do IPHAN e de Isaura Botelho (2001) sobre a história da FUNARTE, servindo de base para a análise da atuação do BNDES na área de preservação, além de ter contribuído para uma visão mais nítida dos dados que fazem parte dos Relatórios de Atividades do Banco.

O pensamento de Françoise Choay, cujas abordagens sobre as relações estabelecidas com o patrimônio propõem uma reflexão sobre o futuro das sociedades, ajudou na formatação de algumas considerações sobre o papel do BNDES na preservação de bens edificados e como essa ação pode desencadear efeitos perversos em determinado grupo social. Em seu “*A alegoria do patrimônio*” (2001), Choay reconhece a urgência de uma mudança de orientação que possa reverter o desenrolar da indiscriminada e acelerada especulação com os bens patrimoniais.

Os conceitos de patrimônio e cultura híbrida, desenvolvidos por Nestor Garcia Canclini (2003), nos ajudam a entender as transformações na cultura brasileira e as mudanças que foram sendo introduzidas nos regulamentos e na prática de apoio à cultura pelo BNDES. Com o mesmo objetivo, recorri também ao discurso da monumentalidade x discurso do cotidiano presente no pensamento de José Reginaldo Santos Gonçalves (2002). Já a contextualização da cultura no Brasil e sua relação com o Estado, e em especial com o BNDES, foram abordadas tendo como fundamento principalmente os textos organizados por Sérgio Miceli em “*Estado e Cultura no Brasil*” (1984).

Com relação à abordagem metodológica, a presente dissertação foi desenvolvida com base em um detalhado trabalho de pesquisa documental. Foram usados como fontes os documentos relativos à análise e à aprovação de

projetos do BNDES no âmbito da Lei *Rouanet*, além de atas, cartas, Decisões de Diretoria e demais registros existentes sobre a atuação do BNDES no financiamento de projetos de restauro no período de 1997 a 2007. Por fim, as entrevistas realizadas contribuíram para uma melhor contextualização dos dados apurados, além de terem propiciado o preenchimento de lacunas de informações não presentes no material consultado. Foram entrevistadas algumas pessoas que, em momentos distintos, acompanharam ou participaram (direta ou indiretamente) na formulação e execução dos regulamentos do BNDES de apoio a projetos de restauro.

O resultado do trabalho é apresentado em uma estrutura de três capítulos. No Capítulo 1 abre-se um panorama da atuação do Estado na concepção e implementação de políticas públicas para a cultura, com o recorte na questão da preservação do patrimônio nacional. Para tanto, é abordada a Política do Patrimônio da Era Vargas; a ampliação do conceito de patrimônio nacional no regime militar através do Programa de Cidades Históricas (PCH) e do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC); a Lei Sarney e seus reflexos em um recém criado Ministério da Cultura; chegando a Fernando Henrique Cardoso e a consolidação de um modelo de financiamento calcado na renúncia fiscal, modelo duramente criticado pelo Lula candidato, mas que está sendo amplamente utilizado pelo Lula presidente.

O Capítulo 2 traça o caminho percorrido pelo BNDES na área cultural, desde as primeiras ações no então chamado Espaço Cultural BNDES, no Rio de Janeiro, com apresentações de música em seu auditório e montagens de exposições em sua Galeria, passando pela criação de uma gerência específica de incentivo à cultura e a decisão de focar a atuação em projetos que permitissem a preservação da memória nacional, até chegar à criação de um departamento de economia da cultura lotado em uma área operacional do Banco.

No Capítulo 3 é desenhado um mapa macro da atuação do BNDES em projetos de restauro através da análise dos regulamentos aprovados para esse fim no período de 1997 a 2007. Os projetos são apresentados sob os seguintes enfoques: localização dos bens; ano do apoio; e valor desembolsado. Cabe ressaltar que, no período estudado, foram apoiados quase uma centena de projetos culturais de restauro de igrejas, casas, fortes, museus, universidades e teatros distribuídos em todas as regiões do país. O grande volume de contratações obriga a deixar para outro momento o aprofundamento individual das ações de restauro realizadas.

Por fim, lembro que a pretensão desse trabalho é tão somente contar uma história e, através dela, ajudar a formar a memória da atuação do BNDES no apoio a projetos de restauro. O resgate e a sistematização do que foi feito até o momento é uma forma de mostrar como o passado pode ser um instrumento eficaz para se entender melhor o presente e projetar um futuro mais promissor. E isso vale, inclusive, para a elaboração de regulamentos de apoio pelo BNDES.

No final das contas, a análise histórica do papel de um banco de desenvolvimento na salvaguarda de bens culturais pode contribuir para a elaboração de programas futuros de incentivo à cultura com viés mais consistente no desenvolvimento da economia e na melhoria da qualidade de vida da população em todas as regiões do país. Até porque uma das forças motrizes para a geração de referências culturais autênticas é justamente a integração do patrimônio ao cotidiano das pessoas; é a possibilidade de utilização desses espaços como palcos para a germinação e difusão das idéias de um povo.



CAPÍTULO 1

ESTADO BRASILEIRO E POLÍTICAS PÚBLICAS

“A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens”.

Jacques Le Goff

1.1. Tradição, memória e poder: discursos do patrimônio na formação da identidade nacional

Os três séculos de colonização estruturaram os fundamentos da nacionalidade brasileira. Essa herança está presente no processo de construção da nação; na formação da sociedade e no sentido de civilização; no perfil multicultural do país; e, principalmente, nas inúmeras indagações sobre o que é, de fato, ser brasileiro. Somente ao conhecer e entender esse passado, em suas diversas dimensões, ângulos e facetas, torna-se possível enxergar, fortalecer e ampliar os elos que formam a construção de nossa identidade nacional. Na elaboração do sentido histórico e cultural das sociedades “é importante que se estabeleça o sentido original que tiveram, que se diferenciem os originais das imitações”. (CANCLINI, 1994)

Não é tarefa fácil. Desde o início dos tempos, as histórias são contadas e recontadas, versões são ampliadas, modificadas e até suprimidas. Documentos são descobertos, novos fatos surgem, lacunas são preenchidas. A posição cronológica da análise altera o significado e a importância dos acontecimentos, ou seja, o presente é capaz de mudar a maneira de se enxergar o passado e a nova visão do passado faz com que se entenda de maneira diversa o tempo presente.

Como diz CONNERTON (1993), entendemos o mundo presente num contexto que se liga casualmente a acontecimentos e a objetivos do passado e

que, portanto, toma como referência acontecimentos e objetos que não estamos vivenciando no presente. Dessa forma, o presente pode ser vivido de forma diferente de acordo com os diferentes passados a ele relacionados, o que indica a importância das referências do passado para a constituição das práticas sociais do presente.

É por essa ótica que pode ser inserida a função da memória na formação da identidade de uma nação. A memória é a primeira e mais fundamental experiência do tempo; representa a capacidade humana de reter e guardar o tempo que se foi, salvando-o da perda total (CHAUÍ, 1994). Memória que ao definir o que é comum a um grupo e o que o diferencia dos outros fundamenta e reforça os sentimentos de pertencimento e as fronteiras sócio-culturais (POLLACK, 1989). Memória, enfim, formada pelo entrelaçamento da vivência de cada ser humano individualmente com a seqüência de fatos comuns a uma mesma sociedade.

Seria o caso, então, de distinguir duas memórias, que chamaríamos, se quisermos, de uma interior ou interna, a outra exterior; ou exatamente ainda: memória autobiográfica e memória histórica. A primeira se apoiaria na segunda, pois toda história de nossa vida faz parte da história em geral. Mas a segunda seria, naturalmente, bem mais ampla do que a primeira. Por outra parte, ela não nos representaria o passado senão sob uma forma resumida e esquemática, enquanto que a memória de nossa vida nos apresentaria um quadro bem mais contínuo e denso. (HALBWACHS, 1990:59)

A soma dessas inúmeras memórias históricas dá forma aos quadros coletivos da memória e acaba competindo, de acordo com POLLACK (1989), na consolidação de uma história, de uma versão, do papel de um determinado grupo social, na preservação ou no esquecimento de certos fatos e de seus significados. É uma memória que reflete correntes de pensamento e de experiências diversas e únicas, mas mesmo assim é capaz de provocar um sentimento de identificação. Afinal, na “comunidade imaginada” de ANDERSON (1991), os indivíduos não conhecem todos aqueles que integram o grupo mais extenso, mas se sentem

unidos por experiências, símbolos e referências comuns, mesmo sem ter contato direto uns com os outros.

Visto por outro ângulo, não nascemos com identidades formadas; elas são moldadas no meio onde vivemos. Como bem ressalta HALL (2005), sem um sentimento de identificação nacional o sujeito experimentaria um profundo sentimento de perda subjetiva. A necessidade de se ter uma identidade, no entanto, é decorrência direta de características nascidas nos tempos modernos, das mudanças na forma do ser humano se relacionar e encarar suas crenças e valores. A lealdade e a identificação que, numa era pré-moderna ou em sociedades mais tradicionais, eram dadas à tribo, ao povo, à religião e à região, foram transferidas, gradualmente, nas sociedades ocidentais, para a cultura nacional (HALL, 2005).

Mas de que forma os países utilizam os mecanismos de memória coletiva para trabalhar o conceito cultural moderno de pertencimento a um grupo em especial, a uma história particular? A resposta é dada por HALL (2005): acionando estratégias representacionais capazes de unificar as pessoas, sem levar em conta diferenças entre os membros desse grupo, sejam elas de classe, gênero ou raça, entre elas o mito fundacional (a história da criação da nação); a narrativa de formação da nação (como ela é contada); a ênfase nas origens e na continuidade; as tradições inventadas; e a crença em um povo único, original.

Não é um modelo estático: o que se entende por cultura nacional muda de acordo com as épocas e os interesses. Para CANCLINI (1994), isso demonstra que, mesmo existindo suportes concretos e contínuos do que se concebe como nação (o território, a população e seus costumes, etc.), em boa parte o que se considera como tal é uma “construção imaginária”.

O olhar moderno sabe que os objetos adquirem e mudam seu sentido em processos históricos, dentro de diversos sistemas de relações sociais e submetidos a construções e reconstruções imaginárias. (CANCLINI, 1994:112)

As estratégias de representação são condensadas nas noções de memória e patrimônio; na idéia de que determinados bens podem representar a memória e a identidade de um país; e na determinação de que a preservação desse patrimônio possibilita resguardar a memória de uma sociedade, além de ser fundamental para o sentimento de pertencimento de um grupo a um mesmo passado e cultura.

Os “patrimônios culturais” são constituídos concomitantemente à formação dos Estados Nacionais, que fazem uso dessas narrativas para construir memórias, tradições e identidades. Assim como no romance, o que está em foco nas narrativas de patrimônio é a experiência de formação de uma determinada subjetividade coletiva, a “nação” como coletividade individualizada e, a exemplo dos indivíduos, dotada de memória, caráter, identidade, etc. De certo modo, as narrativas de patrimônio são romances nacionais. (GONÇALVES, 2002:116)

Como se pode perceber, a preservação do patrimônio também é uma prática característica dos estados modernos ocidentais. O Estado apropria-se do conceito de patrimônio, torna-se o gerente da identidade e, para tanto, instaura regulamentos e controles (CUCHE, 2002). E, ao atribuir um determinado valor a certas manifestações históricas e artísticas, concretiza os valores que deseja transmitir, insuflando o sentimento de nação.

O nacionalismo supõe a identificação de todos os membros de uma sociedade com um destino comum, destino cujos traços se originam no passado, são identificáveis no presente e asseguram um futuro comum. [...] O nacionalismo ocupa-se em identificar uma coletividade histórica em termos de nação, e são os fatores étnicos, geográficos e culturais que asseguram a solidariedade nacional. (OLIVEIRA, 1982:26)

No caso específico brasileiro, a política de preservação federal – estruturada durante o governo Getúlio Vargas – teve como modelo o exemplo francês, estatal e centralizador, que desde o seu início conduziu o processo de preservação do patrimônio visando atender interesses políticos do Estado

(FONSECA, 1997), com forte viés nacionalista e fundado nos ideais da Revolução Francesa.

É quando é inventado o conceito de patrimônio nacional. Ou seja, os cidadãos, com a Revolução Francesa, eram livres e iguais perante a lei (Liberdade/Igualdade), e, nascidos no país, são todos irmãos (Fraternidade) e herdeiros do mesmo pai, o Estado Nacional. Os monumentos seriam a materialização da identidade nacional. Este se tornou o modelo para a constituição do patrimônio nacional brasileiro. E é possível dizer que este é, igualmente, o arcabouço para o Patrimônio da Humanidade. (CAMARGO, 2002)

Ao se reportar à formação da identidade nacional, os discursos do patrimônio se transformaram em uma construção social de extrema importância política para os países, inclusive para o Brasil. Desde o início, a política de patrimônio brasileira, apesar de centrada na figura de um Estado ditatorial, queria ser moderna. O anteprojeto elaborado em 1936 pelo modernista¹ Mário de Andrade era bastante amplo na área de preservação, contemplando inclusive o patrimônio imaterial e as artes populares. Mas o conceito que vingou era bem menos extenso e acabou traduzido, nos primeiros 30 anos, apenas na conservação e restauração dos monumentos de “pedra e cal”.

De caráter eminentemente arbitrário, como bem lembra BOTELHO (2001), a escolha dos prédios e edificações que passaram a representar o passado brasileiro, no início do século XX, refletia de maneira distorcida e parcial as suas características históricas, não abarcando a pluralidade de expressões e manifestações existentes. O Brasil que estava sendo representado por meio desses bens era o Brasil com recursos para construir edifícios, fossem eles religiosos, militares ou particulares; o Brasil de passado lusitano (quando ainda Colônia); o Brasil católico; e o Brasil branco; ficaram de fora a cultura indígena, a

¹ O Modernismo foi um movimento artístico e cultural iniciado na Europa que começou a ter seus ideais difundidos no Brasil a partir da primeira década do século XX, através de manifestos de vanguarda e da Semana da Arte Moderna, realizada em 1922. O movimento deu início a uma nova fase estética na qual ocorreu a integração de tendências que já vinham surgindo, fundamentadas na valorização da realidade nacional e no abandono das tradições não autênticas seguidas até então.

cultura de origem africana e as variadas culturas trazidas pelos imigrantes (MARTINS, 2002). Uma concepção construída através de escolhas e exclusões oficiais e materializada no instrumento de tombamento, que determina legalmente os bens que integram o patrimônio nacional, através da sua inscrição no respectivo livro do tomo.

O recorte do que se desejava mostrar como tradicional, autêntico e único, mesmo forjado no mecanismo de supressão de parte da história, era, ainda assim, imbuído de uma atitude extremamente modernista: construir a tradição brasileira com base em exemplares do patrimônio capazes de representar o caráter nacional. Naquele momento, essa premissa foi traduzida na preservação das construções do período colonial, consideradas como genuínas representantes da tradição brasileira. As outras variáveis e gêneros apresentados por Mário de Andrade ficaram no papel, só sendo incorporadas ao discurso oficial de preservação a partir dos anos 70.

O trabalho parcial de identificação do patrimônio nacional não diminui a importância do que foi feito. Primeiro, porque os modernistas trouxeram para dentro do país e do Estado uma visão iluminista de crença na importância da cultura para a formação dos cidadãos, protagonizando um conjunto de esforços para se tentar compreender o Brasil. Segundo, porque o ato de tombamento livrou construções extremamente importantes e significativas do perigo da demolição por conta de um progresso que identificava o moderno como novo e repudiava tudo o que fosse velho e antigo. E, principalmente, porque com os modernistas e Getúlio Vargas foi instaurada a primeira política de patrimônio no país, cujos preceitos são, em boa parte, válidos até os dias de hoje.

1.2. Política do Patrimônio 1930-1954: O Legado da Era Vargas

Os anos 20 marcam, no Brasil, a preocupação com os rumos da nação brasileira. Eram tempos de incertezas, indagações e descobertas, heranças da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), que acabaram por insuflar um sentimento nacional voltado para o passado histórico, colocando em primeiro plano a questão da identidade nacional. Construir uma nação, resgatar tradições e valores, no entanto, não se mostrou tarefa fácil. Afinal, qual era a cara do Brasil? Como deveria ser o Brasil do futuro, o Brasil da modernidade?

O Brasil queria ser moderno, urbano e industrializado, mas não conseguia se desvencilhar dos traços arcaicos presentes em sua diversidade regional. Essas questões colocam a década de 20 como o período de análise da cultura brasileira, feita principalmente em confronto com a realidade internacional. O debate da época girava em torno de dicotomias como tradição x modernidade; regional x universal; popular x erudito, etc.

Surgem, nesse período, os primeiros indícios do reconhecimento da necessidade de proteger o patrimônio histórico e artístico, através de algumas iniciativas locais e estaduais, como a criação, em 1927, de um órgão estadual de preservação na Bahia e, em 1928, da implantação de uma instituição nos mesmos moldes no Estado de Pernambuco². É uma época marcada por uma discussão que envolvia os destinos da República brasileira: o que deveria ser conservado; o que transformar? No final, esse seria o grande tema da arte e cultura da década de 1920.

² O primeiro interesse oficial pela preservação de edificações brasileiras do qual se tem notícia ocorreu no século XVIII, quando André de Melo e Castro, Conde das Galveias e vice-rei do Brasil de 1735 a 1749, intercedeu junto ao governo de Pernambuco tentando sensibilizá-lo para necessidade de preservação da arquitetura deixada pelos holandeses, que haviam ocupado a região por vários anos. No século seguinte, o conselheiro Luiz Pedreira Couto Ferraz, Ministro do Império, entre outras providências para preservação de prédios e monumentos, ordena ao Diretor de Obras Públicas da Corte que tenha cuidado na preservação dos monumentos. Não passaram, porém, de ações raras e bastante tímidas, sem reflexos concretos na preservação do patrimônio nacional. (MEC-Sphan, 1980)

O marco desse movimento foi a Semana de Arte Moderna de 1922, realizada justamente quando o Brasil comemorava cem anos de soberania, comemorava um século de independência em relação a Portugal. Nomes marcantes da Semana de Arte Moderna, entre eles Mário de Andrade, seriam responsáveis por levar para os anos 30 e para dentro do governo federal muitas das idéias do movimento modernista da década de 20³. Essas idéias vão embasar a política de preservação cunhada no Primeiro Governo de Getúlio Vargas, que começa com a Revolução de 30 e termina com a deposição de Getúlio em 1945. É um período marcado pela centralização de poder e pelo aumento da intervenção do Estado na organização da sociedade. Características que também estarão presentes na formatação de uma política de patrimônio nacional.

O Primeiro Governo de Getúlio Vargas ocorre em meio a uma profunda transformação da sociedade brasileira. Afinal, as primeiras décadas do século XX foram palco de um forte processo de industrialização da economia brasileira, com crescimento tanto no número de trabalhadores quanto no número de empresários, o que refletiu na urbanização dos espaços e na alteração do mapa geofísico do país.

Mesmo sendo uma transformação de alto custo social – desenvolvimento desigual entre as regiões somado ao fortalecimento de um sistema oligárquico –, a expansão dos centros urbanos alterou a estrutura de valores vigente e exigiu uma reformulação do papel do Estado em relação à nova sociedade em formação.

A idéia oficial de proteção ao patrimônio surge nessa época, como reflexo do conjunto de esforços realizados para conhecer o Brasil e, principalmente, o povo brasileiro. Abolição, República, imigração, migração, industrialização,

³ Em 1924, foi realizada a Ouro Preto e a outras cidades de Minas uma viagem simbólica dos ideais modernistas. Chamada de “Viagem da Redescoberta do Brasil”, teve o objetivo de conhecer a essência da cultura brasileira e colocar na agenda itens como preservação e patrimônio cultural. Participaram Mário de Andrade, Tarsila do Amaral, Oswald de Andrade e o poeta surrealista francês Blaise Cendrars, entre outros. (MEC-Sphan, 1980)

separação da Igreja do Estado. Nos anos 30, todas essas informações passaram a ser cruzadas e estudadas, marcando uma nova maneira de entender o país, marcando uma ruptura na forma de pensar o passado brasileiro⁴. Existia uma necessidade de se reinterpretar o passado para, enfim, moldar nossa identidade. E é justamente isso que os modernistas vão buscar e produzir: discursos para construir uma cultura verdadeiramente nacional. A preocupação com a preservação dos bens culturais visava, desde aquela época, romper com a dominação cultural que impõe valores não originais à população, possibilitando o resgate da cultura autêntica que imprime a identidade de um povo.

Na década de 30, o passado passa a ter um significado mais amplo, sendo transportado para o presente como estratégia para dar forma à nação brasileira. O passado é usado como instrumento de resgate de tradições, de busca de essências, de definição de identidades, mas é o presente, seguindo os conceitos de HALBWACHS, CONNERTON e HALL, que definirá como será esse passado. Os intelectuais modernistas buscam não a tradição pura, mas sim um conjunto de tradições capaz de formar elos com o momento atual para a criação de uma corrente histórica da formação da sociedade brasileira.

Na década de 1920, quando se fazem sentir os efeitos críticos do pós-guerra, com a derrocada do mito cientificista, o ideal cosmopolita de desenvolvimento cede lugar ao credo nacionalista. A busca de nossas raízes, o ideal de brasilidade passam, então, a construir o foco das preocupações intelectuais. Agrupados no movimento modernista, os intelectuais se julgam indivíduos mais capacitados para conhecer o Brasil. E é através da arte que eles pretendem atingir a realidade brasileira, apresentando alternativas para o desenvolvimento da nação. (VELLOSO, 2003:148)

Os ideais modernistas começam a se entrelaçar com as ações do governo, em 1934, quando Gustavo Capanema assume a pasta do Ministério da Educação

⁴ Três intelectuais tiveram papel fundamental nessa trajetória: Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Hollanda e Caio Prado Junior. Cada um a sua maneira, eles conseguiram dar uma nova visão do passado, colaborando para identificar uma real e autêntica identidade da sociedade brasileira.

e da Saúde Pública, cargo que mantém até o final do Estado Novo, em 1945. Durante toda a sua gestão, Capanema contou com a presença de intelectuais como consultores, formuladores de projetos, defensores de propostas educativas ou autores de programas de governo, entre eles Carlos Drummond de Andrade (que era seu chefe de gabinete); Mário de Andrade; Rodrigo Melo Franco de Andrade; Lúcio Costa; Afonso Arinos de Melo Franco; Anísio Teixeira; Oscar Niemeyer; Lourenço Filho; Fernando de Azevedo; Heitor Villa-Lobos; e Manuel Bandeira.

Modernizar a educação, incentivar a pesquisa e preservar as raízes culturais brasileiras foram metas almejadas pelos intelectuais que cercavam o ministro Capanema. Era um momento de reflexão, de revisão de valores, mas que tinha a ambição de promover mudanças urgentes e significativas na estrutura social brasileira, como pode ser percebido na carta enviada por Capanema ao presidente Getúlio Vargas em 14 de junho de 1937. Nela, o ministro afirma que “o Ministério da Educação e Saúde se destina a preparar, a compor, a afeiçoar o homem do Brasil. Ele é verdadeiramente o Ministério do Homem”⁵.

Os debates e idéias dessa época acabaram por ajudar a definir uma política de preservação para o Brasil. Em 30 de novembro de 1937, é assinado o Decreto-lei nº. 25, de 30 de novembro de 1937, que “organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional” e o define como “o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja do interesse público quer por sua vinculação a fatos memoráveis da História do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”. Pelo decreto nº. 25/37, eram também classificados como patrimônio “monumentos naturais, bem como sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana”.

⁵ Arquivo Gustavo Capanema, FGV/CPDOC, disponível no site <http://www.cpdoc.fgv.br>. Consultado em 08/06/2007.

Essas definições, entretanto, já estavam alinhavadas bem antes de 1937. Em 12 de julho de 1933, concretizou-se a primeira medida oficial de reconhecimento do patrimônio cultural e da necessidade de sua preservação no Brasil. Nessa data, o Governo Provisório – instaurado após a Revolução de outubro de 1930 e que, entre outras medidas, dissolveu o Congresso Nacional – expede o Decreto nº. 22.928, que declara “eregida em Monumento Nacional a Cidade de Ouro Preto”. Em 14 de julho de 1934, o decreto nº. 24.735 inicia a organização de um serviço de proteção a monumentos históricos e obras de arte tradicionais do Brasil.

Ilustração 1



Vista parcial da cidade de Ouro Preto, com símbolos do barroco que tanto encantaram os modernistas: à esquerda, no alto, Igreja de São Francisco de Paula; no centro, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário; ao seu lado, junto ao horizonte, a Igreja de São José; e bem à direita, na linha do horizonte, a Igreja de Nossa Senhora do Carmo. Sem data.

G

etúlio Vargas, através dessas medidas, sinaliza a importância que seu governo dará a questão, reforçada pela nova Constituição de 16 de julho de 1934 –

promulgada em substituição a de 1891 –, que leva a marca do início da proteção legal efetiva ao patrimônio de arte e de história do Brasil⁶ ao dispor que “compete concorrentemente à União e aos estados proteger as belezas naturais e os monumentos de valor histórico ou artístico, podendo impedir a evasão de obras de arte”. O seu artigo 148 declarava que:

Cabe à União, aos estados e aos municípios favorecer e animar o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral, proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do país, bem como prestar assistência ao trabalhador intelectual.

É Gustavo Capanema quem assume a missão de dar forma a esse preceito constitucional, solicitando em 1936 ao então diretor do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo, Mário de Andrade, um estudo sobre o assunto, que serviu de modelo para a elaboração do anteprojeto que seria enviado por Getúlio Vargas ao Poder Legislativo. Antes de ser aprovado, no entanto, o Congresso é dissolvido pelo Golpe de Estado de 10 de novembro de 1937 e uma nova Constituição é outorgada, incluindo em seu artigo 134 dispositivo semelhante, mas estendendo a responsabilidade pela proteção dos bens culturais aos municípios:

Os monumentos históricos, artísticos e naturais, assim como os locais particularmente dotados pela natureza, gozam de proteção e dos cuidados especiais da Nação, os Estados e Municípios. Os atentados contra eles cometidos serão equiparados aos cometidos contra o patrimônio nacional.

Nesse cenário é elaborado o Decreto de 1937. Nele, estão as idéias de Mário de Andrade para a construção de uma política e uma estrutura pública de preservação, conforme encomendadas por Capanema, inclusive com a criação do primeiro órgão federal responsável pelo patrimônio cultural brasileiro, o Serviço do

⁶ As constituições brasileiras de 1824 e 1891 eram omissas quanto à proteção dos bens culturais imóveis.

Patrimônio Histórico e Artístico Nacional⁷ (SPHAN). Mas apenas parcialmente. Na visão modernista do anteprojeto de Mário de Andrade, a política federal na área de preservação deveria englobar todas as formas de expressão, aí incluídas as obras de arte pura e de arte aplicada de interesse estético; as obras ligadas ao artesanato; as artes populares, mas também o patrimônio imaterial e todas as demais manifestações e heranças do povo que pudessem colaborar na construção do caráter nacional.

Mesmo com cortes no projeto original, muitas concepções arrojadas foram mantidas. Com a criação do SPHAN, em 1937, várias inovações institucionais foram introduzidas, inclusive com a utilização de expressões originais que entrariam no vocabulário nacional, tais como *tombamento*⁸ e *livros do tombo*, em vez de classificação e catalogação, como anteriormente se mencionava em projetos de legislação semelhante no Brasil e no exterior. São quatro os livros do tombo no Brasil, conforme o art. 4 do Decreto nº. 25:

1. Livro do Tombo Arqueológico, Etnológico e Paisagístico – bens pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular;
2. Livro de Tombo Histórico – bens de interesse histórico, inclusive as obras de arte histórica;
3. Livro do Tombo das Belas Artes – bens de arte erudita nacional ou estrangeira;
4. Livro do Tombo das Artes Aplicadas – obras incluídas na categoria das artes aplicadas nacionais ou estrangeiras.

⁷ Subordinada inicialmente ao Ministério da Educação e Saúde Pública, a instituição veio a ser posteriormente Departamento, Instituto, Secretaria e, de novo, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), como se chama hoje.

⁸ O processo chamado de tombamento – ato declaratório da incorporação de um bem ao patrimônio histórico ou artístico nacional realizado pelo Poder Público – tem como objetivo preservar, por meio de aplicação de legislação específica, bens de valores históricos, culturais, arquitetônicos e ambientais; e também os de valor afetivo para a população, impedindo que venham a ser destruídos ou descaracterizados. Normalmente, o tombamento tem três fases: um inventário preliminar do imóvel, sítio arqueológico, área paisagística ou objeto de arte; a decisão de tomar ou não; e o planejamento da preservação daquele bem cultural.

O conceito amplo de bem cultural de Mário de Andrade não é incorporado na etapa inicial de implantação da política de conservação adotada pelo Brasil durante a Era Vargas, mas, mesmo assim, a proposta continuava a ser uma proposta moderna de patrimônio, espelhada em exemplos europeus e materializada na preservação única e quase exclusiva de bens arquitetônicos, os chamados patrimônios de “pedra e cal”. Rodrigo Melo Franco de Andrade, diretor do SPHAN desde a fundação do órgão, em 1937, até o ano de 1968, foi a grande figura dessa primeira etapa de busca de modelos capazes de expressar o caráter nacional na construção da tradição brasileira.

Com os modernistas no poder, a perfil da identidade do país foi imbricada no binômio passado-futuro, traduzido na preservação da arquitetura barroca colonial e de novas edificações ditas modernas, que buscavam o racionalismo e o funcionalismo em seus projetos, além da integração da arquitetura com o entorno (através do paisagismo), e com as outras artes plásticas (uso de painéis de azulejo decorados, murais e esculturas)⁹. Os intelectuais e artistas comprometidos com a vanguarda, tanto na arquitetura quanto nas artes plásticas, eram os mesmos que também defendiam o resgate da autêntica arte do Brasil-Colônia.

Essa dicotomia serviu bem aos propósitos de Vargas. De um lado, o Modernismo dava ao governo o *status* do progresso; de outro, as soluções do Barroco simbolizavam a herança histórica e única do Brasil; as soluções originais do povo brasileiro aos modelos vindos da Corte e da Europa. No balanço dos primeiros 30 anos da política de preservação brasileira, entretanto, acabou prevalecendo a noção de “tradição” e a noção de “civilização”, ou seja, prevaleceram os critérios artísticos e históricos clássicos do Decreto nº. 25/37,

⁹ A primeira obra moderna de repercussão nacional foi o prédio do Ministério da Educação e Saúde, no Rio de Janeiro, cujo projeto, de 1936, foi realizado por uma equipe de arquitetos liderados por Lúcio Costa sob a orientação de Le Corbusier. Possui azulejos e murais do pintor Candido Portinari, e as esculturas nos jardins projetados por Burle Marx são de autoria de Lipchitz, Bruno Giorgi e Celso Antonio. Foi tombado em março de 1948.

contemplando, sobretudo, as obras com valor artístico e os bens relacionados a fatos “memoráveis” da nação.

Na política implementada pelo Sphan a perspectiva estética predominou sobre qualquer outra. Em primeiro lugar estava a valorização do estilo barroco, depois do neoclássico e do moderno. [...] A recusa da cópia (representada pelo neocolonial) e de mistura (pelo ecletismo) se contrapunha à valorização do barroco e do moderno. (OLIVEIRA, 2008: 121-122).

Como resultado, o ato dos tombamentos incidiu majoritariamente sobre a arte e a arquitetura barrocas, principalmente dos monumentos religiosos – a cidade mineira de São João del Rei abriu o Livro do Tombo de Belas Artes, em março de 1938 – e, em escala infinitamente mais reduzida, sobre as linhas ousadas de algumas construções como a Capela de São Francisco de Assis (Igreja da Pampulha), obra de Oscar Niemeyer de 1943, primeiro monumento moderno sob proteção federal, com a devida inscrição no Livro do Tombo de Belas Artes em 1º de dezembro de 1947.

Ilustração 2



Capela São Francisco de Assis, 1941



"Era um protesto que eu levava como arquiteto, de cobrir a igreja da Pampulha de curvas, das curvas mais variadas, essa intenção de contestar a arquitetura retilínea que então predominava".

Oscar Niemeyer

Ao todo, foram tombados 687 bens entre os anos de 1937 e 1967, sendo que apenas dois deles eram bens móveis, ou seja, não edificados. Do total, 523 pertenciam ao período colonial contra apenas 123 do período imperial (MARTINS, 2002). Esse quadro só começaria a mudar no final dos anos 60, quando o trabalho de preservação realizado passa a ser duramente criticado pela sua parcialidade e elitismo.

De qualquer forma, a Era Vargas – além de deixar marcas profundas na história política, econômica e social do Brasil –, foi responsável por lançar as bases de uma política forte de preservação do patrimônio edificado nacional. A criação do primeiro órgão nacional de preservação (e mais antigo da América Latina) – aliada à regulamentação das normas jurídicas que permitiram seu adequado funcionamento, demonstrou vontade política para assegurar a adoção de um programa sistemático de preservação cristalizado na primeira intervenção estatal no campo da cultura.

Como bem explica Márcia Sant'Anna¹⁰, o primeiro momento de atuação do IPHAN na preservação de áreas urbanas se caracteriza por uma forte centralização, pois esse é também um momento de construção de um Estado central forte no Brasil, após a Revolução de 1930. Na área do patrimônio cultural, esse movimento conseguiu executar ações afinadas com os objetivos previamente traçados, ou seja, poderia até ser classificado como política pública, conforme definido por CALABRE (2005): “conjunto ordenado e coerente de preceitos e objetivos que orientam linhas de ações públicas mais imediatas no campo da cultura”. Poderia ser classificada como política pública, mesmo sem ser representativa da pluralidade cultural brasileira (FONSECA, 1997). Mas, na verdade, a política de patrimônio de Vargas foi muito mais estatal do que pública porque, afinal, ela não foi negociada com a sociedade.

¹⁰ SANT'ANNA, Márcia. A preservação de sítios históricos no Brasil (1937-1990). Artigo disponível no *site* Le Réseau @archi.fr (<http://www.archi.fr/SIRCHAL/seminair/SirchalQ/marcia.htm>). Consultado em 11/12/2006.

O fim do Estado Novo, em 1946, não alterou os rumos da política de patrimônio adotada por Getúlio. Tanto que, restabelecido o regime democrático, a Constituição de 18 de setembro de 1946 manteve os preceitos da Constituição anterior, destacando em seu artigo 175 que “as obras, monumentos e documentos de valor histórico e artístico, bem como os monumentos naturais, as paisagens e os locais dotados de particular beleza ficam sob a proteção do poder público”. O Decreto-Lei nº. 25/37 vira lei complementar de dispositivo constitucional e Rodrigo de Melo Franco de Andrade se mantém a frente do SPHAN, exatamente como antes. E é ele quem vai estar no comando da instituição em 1950, quando Getúlio Vargas retorna ao Palácio do Catete.

A década de 50 chega e não permite mais a opção da escolha: o desafio que estava sendo imposto ao Brasil era penetrar na Idade Moderna; era preciso promover o desenvolvimento. Os anos que se seguiram ao fim da Segunda Guerra Mundial recolocaram na ordem do dia a questão de como modernizar as sociedades periféricas. No Brasil, voltam as discussões em torno de como ser moderno e avançado e nascem novos sonhos de futuro. É esse clima de utopia que marca a primeira metade dos anos 50, é esse clima que envolve o período situado entre a volta de Vargas ao poder, em 1950, e seu suicídio, em 1954, quando são germinados os ideais do Brasil que conduziram a uma nova visão do futuro.

Com a volta do Estado de Direito o autoritarismo perde força e novos atores entram no cenário político e social brasileiro. O movimento sindical, por exemplo, se rearticula e passa a atuar como um ator político, valendo-se de sua força eleitoral, das leis de proteção ao trabalho, da possibilidade de fazer greves e da própria Justiça do Trabalho, para lutar pela ampliação de todos os seus direitos: sociais, políticos e civis. Essa é uma das razões que tornam a República de 1945-1964 e, nela, o Segundo Governo Vargas, um momento especial do processo de expansão da cidadania no Brasil.

No segundo governo de Vargas, o modelo de desenvolvimento continua a se caracterizar por desenvolvimento industrial, nacionalismo, dirigismo estatal e aproximação com o capital estrangeiro. Todas as ações baseavam-se na premissa de que o desenvolvimento se faria com base na articulação de um tripé: empresa pública, empresa privada nacional e capital estrangeiro. Como mola propulsora da política de desenvolvimento, é criado em 20 de junho de 1952, pela Lei nº. 1.628, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), instituição que desde então tem desempenhado importante papel na indução e consolidação de profundas transformações econômicas e sociais no Brasil.

1.3. PCH, CNRC e a ampliação do conceito de patrimônio no regime militar

No final da era Vargas o Brasil percorre em ritmo acelerado o caminho para se tornar industrializado. Em 1946 começa a funcionar a usina de Volta Redonda, da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Na década de 50 o governo cria a Petrobras e o BNDE. Também surgem importantes instituições de pesquisa, como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) e a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN). Juscelino Kubitschek, presidente do Brasil entre 1956 e 61, quer ver o Brasil avançar 50 anos em 5. A idéia motriz é, em um curto espaço de tempo, dotar o País da infra-estrutura necessária para modernizar-se¹¹. O clima ainda é de euforia em busca de um Brasil moderno quando políticos de direita e militares preocupados com as tendências socialistas do ex-presidente João Goulart, o Jango, promovem um golpe de estado e instalam um novo governo ditatorial no País, que vai durar de 1964 até 1985, ano em que é eleito, de forma indireta, Tancredo Neves.

¹¹ Enquanto, na década de 50, a economia brasileira se internacionalizava, JK abria espaço para que, através do ISEB, fosse fabricado um ideário nacionalista com o objetivo de diagnosticar e agir sobre os problemas nacionais que emperravam o desenvolvimento.

Com o Golpe de 64, o Brasil repete parte do caminho da Revolução de 1930. O próprio general Ernesto Geisel¹² concorda que existem alguns pontos em comum entre os dois períodos, mas faz uma ressalva: 1930 está revestido muito mais fortemente de um caráter de renovação, de afloramento do sentimento nacional, pois foi a primeira vez na história do Brasil que ocorreu uma manifestação desse tipo e magnitude em todo o território nacional. Em 1964, ao contrário, houve uma maior atuação no Centro-Sul: Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo e, em menor escala, no Rio Grande do Sul:

A Revolução de 30 foi mais profunda, mexeu mais com o povo brasileiro. Em 64 havia muitos adeptos do Jango, inclusive no operariado. Ao passo que Washington Luís tinha apenas algum apoio político, e nada na camada popular (D'ARAUJO e CASTRO, 1997:164)

Os militares, como Getúlio, também estavam interessados no fortalecimento de um sentimento de nacionalidade para o Brasil, só que fortemente atrelado ao discurso de segurança nacional e, em um segundo momento, ao seu valor econômico. Seguindo a linha adotada na Era Vargas, os anos pós-64 fazem uso da cultura como forma de difundir interpretações do real. Em ambos os períodos históricos essas ações encaixam-se na estratégia de governo como elementos de propagação de valores favoráveis à manutenção da ordem:

Apesar das diferenças de contexto histórico que deram origem às políticas culturais do Estado Novo e do pós-64, ainda prevalece a visão da cultura enquanto área estratégica do Estado. O que parece ocorrer é uma espécie de reciclagem histórica de conceitos – nação, povo, cultura – para ajustá-los aos objetivos dos regimes. “Área de segurança nacional” ou “núcleo de identidade brasileira”, a nossa produção cultural sempre esteve na mira do Estado. (VELLOSO, 2003:175)

E a política do patrimônio, que papel vai desempenhar nesse cenário? Na década de 60, como explica FONSECA, era possível vislumbrar a necessidade de

¹² Ernesto Geisel foi presidente de 1974 a 1979, sendo o responsável pelo início do “processo de abertura, lenta e gradual”.

compatibilizar a gestão dos bens culturais aos imperativos do desenvolvimento econômico, além de integrar o Brasil nos novos parâmetros de preservação de bens culturais definidos por organismos internacionais¹³. Tanto que, já em 1965, o IPHAN (então SPHAN) recorre a Unesco para reforçar sua atuação e, como resposta, é sugerida uma maior adequação da política de preservação ao modelo econômico. Como fazer, entretanto, para manter o patrimônio cultural e, ao mesmo tempo, conduzir o processo de desenvolvimento? A resposta é dada pela própria Unesco: no início da década de 70 o órgão realiza estudos comprovando que não era necessário escolher entre desenvolvimento econômico e preservação, uma vez que bens culturais conservados aumentam o potencial turístico de uma região. É feita, no entanto, uma ressalva: qualquer plano turístico relacionado a referenciais importantes da história do país e da humanidade precisa ser elaborado com cautela e precisão, visto que até o turismo, feito de maneira irresponsável, pode causar danos ao meio ambiente e ao patrimônio.

Ocorre, nessa época, um movimento de ampliação do conceito de patrimônio e as políticas culturais passam a buscar legitimidade para além da identidade nacional apregoada pelos modernistas fundadores do IPHAN. As garantias de direitos universais do ser humano passam a ser vistas como transcendendo o nacional e o local (FONSECA, 1997); cresce a consciência ecológica e, com ela, a defesa do meio ambiente e da natureza, antes não levada em consideração como um valor a ser preservado, é incorporada à pauta das

¹³ Em maio de 1964 foi realizado em Veneza (Itália) o II Congresso Internacional dos Arquitetos e Técnicos em Monumentos Históricos, resultando na elaboração de um texto que definiu os princípios, métodos e instrumentos de ação adequados à salvaguarda das cidades históricas, no sentido amplo de favorecer a harmonia da vida individual e social, e perpetuar o conjunto de bens, mesmo modestos, que constituem a memória da humanidade. As recomendações deste documento, conhecido como “Carta de Veneza”, do qual o Brasil é signatário, até hoje são os referenciais dos critérios internacionalmente reconhecidos para intervenções de conservação em patrimônio cultural tombado. Durante o congresso foi criado também o ICOMOS, associação civil e não-governamental ligada a Unesco, com sede em Paris, que integra profissionais, voluntários e especialistas em conservação de monumentos e sítios históricos, em todo o mundo.(SILVA, 2003)

práticas preservacionistas¹⁴. O desenvolvimento cultural é considerado como uma maneira privilegiada de estimular a consciência nacional; a cultura passa a ter valor de liberação, promovendo o fim da dicotomia entre o moderno e o tradicional e entre o urbano e o rural (BOTELHO, 2001). Como parte do esforço internacional de valorização (simbólica e econômica) de bens culturais e naturais importantes para a referência e identidade das nações, a Unesco cria, em 1972, a Convenção do Patrimônio Mundial¹⁵.

Na concepção formulada nessa época pela Unesco, fica clara ainda a necessidade de integração dos níveis local, regional e nacional na formulação das políticas de desenvolvimento. Alinhado a essa premissa, o então Ministério da Educação e Cultura promove, em 1970, um encontro entre secretários estaduais e municipais para discutir formas conjuntas de defesa do patrimônio nacional. Na ocasião, é assinado o “Compromisso de Brasília”, onde se reconhece “a inadiável necessidade de ação supletiva dos estados e municípios à atuação federal no que se refere à proteção dos bens culturais de valor nacional” e ainda é declarado que “aos estados e municípios também compete, com a orientação técnica do IPHAN, a proteção dos bens culturais de valor regional”. Para atender esse objetivo e para dar uniformidade à legislação sobre o assunto, é feita a recomendação de criação

¹⁴ Até os anos 60, a concepção dominante do mundo ainda estava baseada na filosofia ocidental de que o homem é o centro do universo e todas as coisas estariam a seu serviço; a natureza servia apenas para suprir as necessidades da humanidade. A partir dos anos 60, a ameaça de exaustão dos recursos naturais fez surgir movimentos em todo o mundo exigindo o fim da degradação do meio ambiente e o respeito aos animais, inclusive com a negação do progresso humano, dado que preservação do meio ambiente e desenvolvimento econômico eram vistos, por alguns grupos mais radicais, como “irreconciliáveis” (SILVA, 2003).

¹⁵ Os signatários, entre eles o Brasil, podem indicar bens culturais e naturais a serem inscritos na Lista do Patrimônio Mundial. As informações sobre cada candidatura são avaliadas por comissões técnicas e a aprovação final é feita anualmente pelo Comitê do Patrimônio Mundial, integrado por representantes de 21 países. A candidatura aprovada e a subsequente inscrição na Lista da Unesco caracterizam o bem como patrimônio de todos os povos, ato que garante fundos para a sua preservação, além de aflorar o sentimento nacionalista de um país e ter reflexos econômicos positivos, aumentando o fluxo de turistas na região. O Brasil possui 17 bens inscritos na Lista do Patrimônio Mundial: Parque Nacional do Jaú; Ouro Preto; Olinda; São Miguel das Missões; Salvador; Congonhas do Campo; Parque Nacional do Iguaçu; Brasília; Parque Nacional Serra da Capivara; Centro Histórico de São Luís; Diamantina; Pantanal Mato-grossense; Costa do Descobrimento; Reserva Mata Atlântica; Reservas do Cerrado; Centro Histórico de Goiás e Ilhas Atlânticas. Em 2008, o Brasil vai defender a candidatura da Praça São Francisco, localizada em São Cristóvão, Sergipe. (IPHAN, www.iphan.gov.br, consultado em 15 de junho de 2008)

de órgãos estaduais e municipais adequados à proteção, sempre articulados com o IPHAN (MEC, 1980:96). O “Compromisso de Brasília” é o documento oficial do movimento de descentralização da cultura brasileira¹⁶ e demonstra o comprometimento do país às novas concepções que estavam sendo construídas mundo afora.

É importante lembrar que todo esse movimento internacional de fortalecimento da cultura pelo viés da economia com consciência ambiental – debates, seminários, encontros e convenções são realizados em vários países – acontece em um período crítico da história brasileira, de autoritarismo militar e ditatorial, restrição da liberdade de expressão, perseguições e censura. Apesar do quadro social caótico e repressor, a economia brasileira dava sinais de crescimento e, no campo cultural, alguns avanços foram registrados. Mais uma vez o Estado faz uso da cultura como forma de legitimação do regime; mais uma vez ocorre uma forte presença estatal no gerenciamento da cultura. “A política cultural da década de 1970 – particularmente no governo Geisel – lembra em muitos aspectos a do Estado Novo, pelo forte tom centralista e pela quantidade de recursos investidos no setor.” (VELLOSO, 2003:175).

Durante o período mais fechado do governo militar (1964 a 1974), e em especial nos “anos de chumbo” do governo do general Emílio Garrastazu Médici (1969 a 1973), o discurso cultural esteve anexado à segurança nacional, posição que foi sendo substituída, junto com o lento processo de abertura, pela noção de cultura atrelada à identidade nacional e à preservação de valores e pelo discurso de desenvolvimento cultural. Em 1967, é outorgada uma nova Constituição, que inova em relação às anteriores no aspecto preservacionista ao incluir sob a tutela constitucional as jazidas arqueológicas, conforme seu artigo 172: “Ficam sob a proteção especial do poder público os documentos, as obras e os locais de valor histórico ou artístico, os monumentos e as paisagens naturais notáveis, bem como

¹⁶ Em 1970 começa a ser articulada uma rede estadual de cultural, com a criação das secretarias estaduais da cultura, até então dependentes da educação e subordinadas ao Ministério da Educação e Cultura (MEC). Essas secretarias terão papel determinante na criação do Ministério da Cultura, em 1985.

as jazidas arqueológicas”. Disposição de redação idêntica manteve-se no artigo 180 da Emenda Constitucional nº. 1, de 17 de outubro de 1969 (SILVA, 2003). São criados, recriados e reorganizados vários órgãos e instituições para tratar de campos variados da cultura, como cinema, teatro, direito autoral, produção cultural e turismo, entre outros, conforme pode ser verificado na tabela abaixo:

Tabela 1

ORGANIZAÇÃO DA CULTURA NO GOVERNO MILITAR	
1966	Conselho Federal da Cultura Conselho Nacional do Turismo EMBRATUR Instituto Nacional de Cinema
1967	Sistema Nacional de Turismo
1969	Embrafilme
1970	DPHAN vira IPHAN
1972	Departamento de Assuntos Culturais (DAC)
1973	Programa de Reconstrução das Cidades Históricas (PCH) Programa de Ação Cultural (PAC) Conselho Nacional de Direito Autoral
1975	Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) Fundação Nacional de Arte (Funarte) Política Nacional de Cultura (PNC)
1976	Conselho Nacional de Cinema
1978	DAC vira Secretaria de Assuntos Culturais (SEAC)
1979	PCH vai para o IPHAN Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) Fundação Nacional Pró-Memória
1981	SEAC vira Secretaria da Cultura

Em fevereiro de 1973 é aprovado pelo Conselho Federal de Cultura o anteprojeto de Afonso Arinos de Mello Franco com as diretrizes básicas para a adoção de uma Política Nacional de Cultura. É interessante registrar que o documento enumera algumas medidas importantes para viabilizar os objetivos

dessa política cultural, entre elas o levantamento e o cadastramento dos bens culturais cuja defesa estava sob a responsabilidade do poder público e a necessidade de desmembramento da Educação e da Cultura em duas pastas, complementares, mas específicas e inerentes ao universo de ação a que se propunham. O anteprojeto de Afonso Arinos de Mello Franco nunca virou política pública, mas algumas de suas propostas acabaram sendo aproveitadas na elaboração da Política Nacional de Cultura (PNC), lançada em 1975 pelo Governo Geisel.¹⁷

O PNC assumia a missão de conduzir o desenvolvimento cultural como forma de legitimar o governo. Exatamente a estratégia adotada por Getúlio Vargas para se manter no poder durante o Estado Novo. Na época do PNC, destaca BOTELHO (2001), não havia mais unanimidade no sistema governamental por conta do rompimento dos três pólos de sustentação do regime: empresariado nacional, capital multinacional e cúpula das estatais.

Cabe destacar que o PNC estava afinado com as diretrizes da Unesco e já ensaiava o discurso de uma “economia da cultura”, desenhando uma relação entre cultura e desenvolvimento e uma visão de cultura como instrumento de políticas sociais e agente canalizador de oportunidades econômicas. Tanto é verdade que o ex-ministro do Planejamento, João Paulo dos Reis Velloso, destaca a atenção que o governo dava ao assunto: “...para nós, era parte do desenvolvimento tanto quanto o aumento do PIB.” (D’ARAUJO e CASTRO, 2004:206).

O PNC reconhecia ainda a diversidade cultural brasileira – assunto recorrente nos discursos do atual ministro Gilberto Gil – e lançava a idéia de um diálogo mais estreito entre a cultura e a área de Turismo, por conta da sua capacidade de irradiação e alcance.

¹⁷ Esse não foi o caso, no entanto, do desmembramento do Ministério da Educação: o documento de 1975 deixa claro que Educação e Cultura deveriam permanecer juntas, o que adia em dez anos a criação de um ministério específico para a área cultural.

As discussões do início da década de 70 fizeram florescer, em plena ditadura, três ações fundamentais para a remodelagem do papel do Estado na área cultural: O Programa de Cidades Históricas (PCH); o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC); e o Programa de Ação Cultural (PAC). O PCH e o CNRC estavam claramente voltados para as questões do patrimônio nacional e o PAC possuía um viés mais de produção cultural, de apoio às artes em geral¹⁸.

O PCH foi um programa interministerial criado em 1973 com o objetivo de desenvolver as economias regionais através do aperfeiçoamento de diversas atividades, com especial destaque ao turismo. Também buscava a revitalização dos núcleos históricos em estreita colaboração com a comunidade e os governos estaduais, formando mão-de-obra especializada e gerando empregos¹⁹. Na avaliação do ex-ministro Velloso, essa iniciativa na área do patrimônio – com um programa de restauração de cidades históricas, primeiro para o Nordeste, depois para o Rio de Janeiro e Minas Gerais – é a mais importante do governo Geisel na área da cultura:

É importante assinalar que tomamos a decisão de, em alguns casos, fazer a restauração de toda a cidade e não apenas de alguns monumentos. Por exemplo, em Ouro Preto e em inúmeras cidades do Nordeste. [...] Talvez possa dizer que, nos cinco anos do Governo Geisel, se fez mais nessa área do que em todo o período anterior, desde a criação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1937. (D'ARAUJO e CASTRO, 2004:207).

Concebido e executado sob a coordenação da Secretaria de Planejamento (Seplan), o PCH se estruturou num quadro político de modernização do Estado, e de estabelecimento de políticas desenvolvimentistas. Foi o momento do chamado “milagre econômico brasileiro”, no qual, com base numa política de importação de capital financeiro, buscou-se acelerar certos segmentos da economia. O programa

¹⁸ Criado em 1973, o PAC recebia recursos do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE). Em 1975 foi transformado em Fundação Nacional de Arte (Funarte).

¹⁹ Os discursos, métodos e objetivos adotados na década de 70 pelo PCH na área de preservação estarão fortemente presentes nas diretrizes e regulamentos adotados pelo BNDES a partir de 1997, conforme pode ser verificados nos capítulos 2 e 3 do presente trabalho.

deflagrou (ainda que involuntariamente) a montagem do primeiro sistema nacional de preservação no Brasil, ao provocar a criação de órgãos e legislações estaduais de proteção que vieram a compartilhar com o IPHAN a tarefa de preservação do patrimônio (SANT´ANNA).

Ao todo, foram financiados 193 projetos em dez anos, entre os quais 10 intervenções em conjuntos urbanos e 15 planos urbanísticos e de desenvolvimento urbano. A maior parte dos recursos era fornecida pela área de Planejamento da Presidência da República, que os repassava ao então Ministério da Educação e Cultura ²⁰. “A criação do PCH veio suprir basicamente a falta de recursos financeiros e administrativos do IPHAN, continuando a cargo dessa instituição a referência conceitual e técnica.” (FONSECA, 1997:162)

O CNRC, criado em 1975, era o outro braço da política de patrimônio adotada no governo Geisel. Sob o comando de Aloísio Magalhães, teve como principal mérito ampliar o conceito vigente de bem cultural, que permanecia praticamente inalterado desde Rodrigo Melo Franco. A idéia que germinava dentro do CNRC era a criação de uma base de dados de referência cultural que abrangesse uma amostra ampla da produção cultural brasileira informada por uma ótica antropológica e etnográfica da diversidade da cultura nacional. Dessa forma, camadas da população que não estavam sendo representadas no patrimônio oficial poderiam se reconhecer como produtoras de bens culturais; seria assim incluída na noção de patrimônio a “cultura viva”, enraizada no fazer popular²¹. Ao todo, foram desenvolvidos 30 projetos dentro de quatro programas de estudos: artesanato, levantamento socioeconômicos; história da ciência e da tecnologia no Brasil; e levantamento de documentação.

²⁰ Além dos recursos da área de Planejamento da Presidência da República, o orçamento do PCH contava com aportes do Ministério do Interior, através da SUDENE e do Ministério da Indústria e Comércio, através da EMBRATUR.

²¹ Não por acaso é possível enxergar os modernistas no discurso do CNRC. Afinal, a ampliação de bem cultural proposta por Aloísio Magalhães pode ser resgatada no anteprojeto elaborado por Mário de Andrade em 1936. Novamente, apenas parcialmente. Só em 2000, com a criação da categoria de patrimônio imaterial, as idéias originais de Mário seriam totalmente incorporadas às ações de proteção do patrimônio cultural brasileiro.

Ao contrário dos modernistas, que buscaram no passado colonial a identidade brasileira, o CNRC de Aloísio foca mais na diversidade cultural do país e na cultura popular para delimitar essa mesma identidade (MEC, 1980). Uma diversidade de bens que antes não eram considerados importantes na visão histórica do país, passaram a merecer a atenção da política de patrimônio.

O trabalho desenvolvido no CNRC foi fundamental para o IPHAN encontrar um novo caminho de atuação, menos parcial e elitista, permitindo que as ações de preservação, de classificação e de tombamento de objetos móveis e imóveis passassem a abarcar uma série de novas manifestações, inclusive populares, ampliando o seu significado simbólico. Afinal, um patrimônio que representa apenas parte da população não podia ser classificado como nacional.

Essa revisão de valores e conceitos na área não foi uma ação isolada e relacionada apenas ao Brasil. O mundo estava mudando. Esse movimento interno de valorização da cultura que ocorre agora mais intensamente reflete o que Néstor Canclini (1994:95-96) denomina de “triplo movimento de reconceitualização do patrimônio cultural nas ciências sociais”, ou seja:

1. O patrimônio não inclui apenas a herança de cada povo, as expressões “mortas” de sua cultura – sítios arqueológicos, arquitetura colonial, antigos objetos em desuso –, mas também os bens culturais, visíveis e invisíveis: novos artesanatos, línguas, conhecimentos, documentação e comunicação do que se considera apropriado através das indústrias culturais;
2. É necessária a ampliação da política patrimonial de conservação e administração do que foi produzido no passado aos usos sociais que relacionam esses bens com as necessidades contemporâneas das maiorias;
3. É preciso o reconhecimento de que o patrimônio de uma nação também se compõe de produtos da cultura popular: música indígena, textos de camponeses e operários, sistemas de autoconstrução e preservação de bens materiais e simbólicos elaborados por todos os grupos sociais.

No Brasil, foram tombadas construções como mercados, estações de trem, fábricas, vilas operárias, hospitais, escolas, etc. Os critérios históricos passaram a também a serem vinculados com os ciclos econômicos, com a história da técnica (taipa de pilão, tijolo e concreto armado), com a contribuição dos imigrantes e com a história da arte. Surgiu assim uma demanda guiada por outras motivações, além da nacional, envolvendo a criação de outros “lugares de memória”²².

Em 1979, com a fusão entre o IPHAN, PCH e CNRC, a política de patrimônio brasileira finalmente parecia ter conseguido unir as dimensões culturais de tradição, diversidade e desenvolvimento. “Reuniam-se, assim, numa só instituição, os recursos e o know-how gerencial do PCH, o prestígio e a competência técnica do IPHAN e a visão moderna e inovadora do CNRC” (FONSECA, 1997). O foco de preservação, já ampliado de monumentos históricos para conjuntos urbanos e paisagens culturais, agora também incide no direito de escolha da sociedade e de seus habitantes.

Uma das primeiras iniciativas de Aloísio para legitimar uma política cultural que queria ser democrática é instaurar, ainda em 1979, a prática de consulta à comunidade das cidades históricas. Foram realizados seminários em Ouro Preto, Diamantina e São Luís, entre outras cidades. Apesar dos esforços realizados por Aloísio, somente a partir dos anos 80 essa preocupação de diálogo com a sociedade foi traduzida no discurso oficial como “necessidade de efetiva participação” da comunidade nas decisões e no trato dos problemas afetos à produção cultural (FONSECA, 1996:156)

Em meio ao debate iniciado no interior do Estado, surgia a possibilidade de tradução dos conceitos antropológicos de cultura²³ em um conjunto de políticas

²² “Lugares de memória” é um conceito cunhado por Pierre Nora em contraponto a memória dos lugares. Para este autor, é possível dividir os “lugares de memória” em: lugares topográficos (arquivos, bibliotecas e museus); lugares monumentais (cemitérios, altares da pátria ou conjuntos arquitetônicos); lugares simbólicos (comemorações, festas, peregrinações, centenários, emblemas); e lugares funcionais (manuais, autobiografias, associações).(NORA, 1993)

²³ A primeira definição de cultura de que se tem notícia, foi formulada pelo filósofo grego Aristóteles (384-322 a.C): “Cultura é aquilo que não é natural, que não vem da natureza, isto é, que não decorre de leis físicas

públicas voltadas para a cultura como um dos direitos fundamentais dos cidadãos. O pensar antropológico, ou seja, a vocação da antropologia de procurar nas diferenças e na multiplicidade formas distintas de construção de identidades altera novamente o valor conceitual de bem cultural: de segurança nacional nos anos 60, passando pelo de valor econômico nos anos 70, até chegar, nos anos 80, a componente de consolidação do direito à cidadania.

Quando Aloísio assume, em 1981, a Secretaria da Cultura (SEC), criada em substituição a Secretaria de Assuntos Culturais (SEAC), essas idéias estão bem amadurecidas e vão gerar várias iniciativas inovadoras, com enfoque marcadamente antropológico. A SEC funcionava por meio de duas subsecretarias: a do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e a de Assuntos Culturais (SEAC), cada uma delas com suas respectivas fundações: a Pró-Memória e a Funarte, braços executivos da política cultural. A SEAC era responsável pela produção cultural e a SPHAN, pela política de preservação, embasada em um conceito contemporâneo de patrimônio em oposição ao conceito clássico adotado nos primeiros anos no Brasil (veja o quadro comparativo na próxima página).

ou biológicas”. No dicionário Aurélio, o conceito antropológico de cultura é definido como “o conjunto complexo dos códigos e padrões que regulam a ação humana individual e coletiva, tal como se desenvolvem em uma sociedade ou grupo específico, e que se manifestam em praticamente todos os aspectos da vida: modos de sobrevivência, normas de comportamento, crenças, instituições, valores espirituais, criações materiais, etc”.

Tabela 2

PATRIMÔNIO		
	Conceito Clássico	Conceito Contemporâneo
Definição	<ul style="list-style-type: none"> • Bens culturais ou monumentos de excepcional valor histórico e artístico nacional; • Baseia-se nas origens e tradições luso-brasileiras 	<ul style="list-style-type: none"> • Conjunto de símbolos que precisam ser interpretados; • Produto de uma escolha (exclusão/seleção); • São igualmente significativos os bens nacionais já consagrados, tanto quanto os regionais ou locais
Conceito de História	<ul style="list-style-type: none"> • Oficial; • Passado remoto; • Conservador 	<ul style="list-style-type: none"> • Passado e presente; • “Vir-a-ser” que envolve todas as camadas da sociedade
Conceito de Cultura	<ul style="list-style-type: none"> • Clássico, erudito (alta cultura); • Cultura identifica-se com civilização; • Produção para a elite 	<ul style="list-style-type: none"> • Antropológico; • Amplo; • Sem divisões internas (erudito/popular/massas)
Conceito de Arte	<ul style="list-style-type: none"> • O belo com ênfase nos aspectos eruditos 	<ul style="list-style-type: none"> • Ultrapassa a noção de belo; • Não tem como suporte apenas materiais nobres; • Liberdade de expressão
Conceito de Identidade	<ul style="list-style-type: none"> • Homogênea; • Unitária 	<ul style="list-style-type: none"> • Regional, local (multicultural ou pluricultural) • Poderá ser apropriado, ou não, como nacional,
Características/Componentes	<ul style="list-style-type: none"> • Traçado urbano; • Centros históricos; • Cidades históricas e monumentos isolados; • Bens móveis (imaginária, pintura, obras de talha, mobiliário, etc); • Exclusão de equipamentos do cotidiano 	<ul style="list-style-type: none"> • Reintegração das produções eruditas e populares; • Incorporação de bens gerados pela memória social; pelo imaginário do universo ficcional e pela cultura de massas, segundo a demanda social
Propriedade	<ul style="list-style-type: none"> • Oficial; • Eclesiástica; • Particular 	<ul style="list-style-type: none"> • Oficial; • De denominações diversas de cultos; • Particular

O confronto dos dois momentos mais marcantes na área de preservação no Brasil – o momento fundador, nos anos 30-40, e o momento renovador, nos anos 70-80 – indica que:

mesmo em períodos autoritários, a política estatal de patrimônio nunca se reduziu a um recurso ideológico do estado. Em ambos os períodos analisados, o esforço dos intelectuais que atuaram como mentores da política federal de preservação foi no sentido de criar um campo próprio, com relativa autonomia dentro do governo para a implementação de um projeto para a cultura brasileira. Nos anos trinta, esse projeto se voltou para a construção de uma tradição cultural que fosse, ao mesmo tempo, universal e autenticamente nacional; nos anos setenta, o objetivo era ampliar e modernizar a representação da cultura brasileira construída pelas instituições estatais relacionando-as a interesses econômicos e sociais, projetos que se encaminhou, posteriormente, para a vinculação da questão cultural aos direitos da cidadania. (FONSECA, 1997:254)

É na análise do instrumento do tombamento que conseguimos ter a dimensão das mudanças protagonizadas nos anos 80. De acordo com FONSECA (1996), a consideração do conjunto de processos abertos no período de janeiro de 1970 a março de 1990 – ao todo 481 processos de tombamento – é o sinal mais visível da mudança em relação às décadas anteriores: houve um aumento considerável de processos abertos a pedidos de pessoas, grupos ou instituições externas ao IPHAN.

O interesse pela preservação sai da esfera do governo e alcança a sociedade civil, mais um indício das mudanças que estão sendo processadas no país naquele momento. Depois de mais de 20 anos de ditadura militar, o Brasil se prepara para o retorno do poder civil. A saída de cena do Estado autoritário, como se verá a seguir, produzirá efeitos perversos na área cultural. Órfã do seu pai centralizador, a cultura brasileira terá que buscar exclusivamente no mercado e na iniciativa privada o apoio para conseguir sobreviver.

1.4. Lei Sarney e a busca por novas fontes de financiamento

A década de 80 é marcada pelo retorno da democracia no Brasil. Em 15 de janeiro de 1985, o Colégio Eleitoral²⁴ escolhe Tancredo Neves como novo presidente da República, mas ele morre antes mesmo de tomar posse e, em seu lugar, assume o vice-presidente eleito, José Sarney. Com a Nova República, o país reencontra o rumo da soberania popular e da conquista das liberdades individuais de forma plena, materializadas na Constituição de 1988. No campo cultural, ocorre a desvinculação das pastas de Educação e Cultura. Com muita polêmica, o Ministério da Cultura (MinC) é criado em 15 de março de 1985.

Ter ou não um ministério só para a cultura era um assunto que estava sendo debatido há alguns anos. De um lado, argumentava-se que sem uma estrutura forte e representativa dentro do governo, a cultura não conquistaria o espaço que, definitivamente, merecia. Do outro, defendia-se a cautela de esperar a área cultural ser robusta como secretaria para, assim, alcançar por direito a estrutura e os recursos de um ministério. O fortalecimento das secretarias estaduais de cultura – multiplicadas por conta das primeiras eleições para governadores estaduais depois de 1964 – exerceu um papel político significativo nesse embate. No final, venceu o argumento de que o governo federal deveria assumir seu papel na coordenação de uma política cultural e, para tanto, precisava ter um ministério dedicado exclusivamente ao setor. O receio dos opositores, entretanto, se comprova: a cultura, ao ser desmembrada da educação, ganha *status* de ministério, mas fica praticamente sem orçamento.

A criação do MinC traz sérias conseqüências para todas as instituições do sistema cultural brasileiro, como bem destaca BOTELHO (2001): perda de autonomia, superposição de poderes, falta de uma política cultural definida,

²⁴ Em 1984, vários segmentos sociais de oposição que defendiam a Emenda Dante de Oliveira – eleições diretas para presidente em 1985 – mobilizaram brasileiros no movimento “Diretas Já”. A emenda não foi aprovada, adiando para 1990 a realização das primeiras eleições de forma direta no país.

corrida por cargos, funcionários despreparados vindos de outras áreas, clientelismo dos Estados. Aos poucos vai ficando claro não existir, dentro do governo, planejamento, objetivo ou metas para a cultura. Na economia, o cenário também é difícil: o país enfrenta os reflexos do fim do “milagre econômico” dos anos 70, com inflação crescente, recessão e desemprego²⁵. O processo de modernização centrado fundamentalmente na presença do Estado como agente econômico – ideal do nacional-desenvolvimentismo que dominou o Brasil e a América Latina dos anos 50 até o final da década de 70 – sofre desgaste. As crises e questionamentos dos anos 80, período conhecido no Brasil como “década perdida”, é solo fértil para o fortalecimento do pensamento neoliberal, doutrina que favorece a redução do papel do Estado na esfera econômica e social e será largamente adotada em todo o mundo nos anos 90.

Ao longo da década de 1980 também foi ocorrendo uma contínua retração dos investimentos públicos na área cultural. A criação do MinC só fez piorar esse quadro. José Aparecido de Oliveira, primeiro ministro da Cultura do país e Aluisio Pimenta, seu sucessor, fazem passagem relâmpago pela pasta e, em 1986, Celso Furtado é empossado no cargo. Sua primeira ação é reestruturar o ministério, deixando-o mais enxuto com apenas quatro secretarias: cinema, artes cênicas, patrimônio e produção cultural.

Para estruturar o MinC, fundamentando-se em linhas que ele pretendia inovadoras, Celso Furtado partiu do princípio de que era muito forte a linha de demarcação entre a sociedade e o Estado e de que a este último caberia um papel estratégico no processo de abertura política. Para o ministro, estava claro o alijamento da sociedade civil dos canais de decisão e lhe parecia fundamental que se abrissem espaços de participação mais democrática. Quanto ao Estado, a este caberia estabelecer mecanismos eficientes de escuta dessas reivindicações. (BOTELHO, 2001:221)

²⁵ Os brasileiros conviveram, nessa época, com diversos planos econômicos – Plano Cruzado em 1986, Plano Cruzado II (junho 1987) e Plano Bresser (novembro 1987) – que não surtiram os efeitos desejados e desestabilizaram ainda mais a economia. No final de 1987, com a inflação prestes a bater os 365% ao ano, o Brasil não consegue fechar as contas e decreta moratória.

Para Celso Furtado, o Estado deveria auxiliar na formação da consciência crítica, principalmente em um momento de restabelecimento das liberdades democráticas, mas não deveria mais desempenhar o papel de tutor da área cultural; o MinC precisava estar mais próximo da sociedade para ser o canal de renovação da função do próprio Estado no estímulo à produção cultural. É esse discurso que antecede a criação da Lei nº. 7.505, aprovada em 2 de julho de 1986 e responsável por introduzir, pela primeira vez na experiência brasileira, uma legislação de incentivo fiscal à cultura²⁶.

Na visão de Celso Furtado, a Lei 7.505 representava um grande passo rumo à democracia ao proporcionar à sociedade civil (no caso, empresas privadas e estatais e produtoras culturais) participação direta nos incentivos de caráter cultural; era a formalização da parceria público-privada, a união do Estado, mercado e sociedade na realização do bem público.

Embora Celso Furtado tivesse posições teóricas claras sobre a articulação entre desenvolvimento e cultura, vendo esta última como um segmento fundamental de uma política social, ele não conseguiu conduzir o debate com as instituições. (BOTELHO, 2001:222)

A legislação era bastante liberal. Para viabilizar a captação de recursos privados para os projetos culturais exigia apenas que a instituição ou o produtor cultural solicitantes fossem previamente cadastrados pelo Estado no chamado 'Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas de Natureza Cultural', deixando as negociações sobre valores, formas de captação e uso dos recursos ao mercado. O financiamento era feito por meio da concessão de incentivos fiscais aos contribuintes do Imposto de Renda (IR), fixando a possibilidade de abatimento de até 100% do valor da doação, 80% do patrocínio e 50% do investimento na área

²⁶ Em 1972, José Sarney, então senador da extinta ARENA, apresentou um anteprojeto para uso de incentivo fiscal para a cultura, não aprovado pelo Congresso Nacional. No governo Figueiredo, um grupo de artistas e intelectuais liderados por cineastas iniciou o movimento “descolonização cultural do Brasil” visando a aprovação desse mesmo anteprojeto, que viria a ser o esboço da Lei Sarney, aprovado 14 anos depois da primeira vez que foi apresentado ao Congresso por José Sarney.

da cultura limitados a 2% do IR devido de pessoas jurídicas e a 10% de pessoas físicas.

O liberalismo da Lei Sarney, no entanto, acabou favorecendo abusos. Qualquer nota fiscal emitida por uma entidade cadastrada podia ser usada por seu destinatário para abatimento fiscal. A lei também não distinguia os segmentos culturais que de fato precisavam de incentivo, inclusive contemplando projetos culturais sem caráter público, como edições de luxo que as empresas ofereciam como brindes a clientes e fornecedores.

No final, a lei de incentivo para a área cultural implantada por Celso Furtado – qualificada como um mecanismo liberal, sem controle efetivo sobre o uso de incentivos, ensejando expedientes pouco ortodoxos – acabou desmoralizada, sendo extinta no governo Collor, em 1990. Até hoje não se conhece com exatidão a origem ou destino dos cerca de US\$ 450 milhões captados durante toda a sua curta vigência (COSTA, 2004). De herança ficou a ação pioneira em estabelecer relações entre a cultura e a iniciativa privada sem a interferência do poder público, ação que será potencializada na gestão neoliberal do presidente Fernando Henrique Cardoso.

Além da criação do MinC e da implementação da Lei 7.505, o terceiro marco da gestão Sarney foi a nova Constituição Federal, outorgada em 1988. Nela, a visão de uma cultura mais participativa e mais democrática aparece em seu artigo 215: “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”. Já no artigo 216, o patrimônio cultural brasileiro é englobado, finalmente, em toda a sua amplitude e diversidade:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tombadas individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas,

artísticas, arqueológicas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológicos e científicos.

A nossa Constituição estava afinada com o discurso internacional. Em 1985, durante o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, o ICOMOS definiu o conceito de patrimônio cultural:

O Patrimônio cultural de um povo compreende as obras de seus artistas, arquitetos, músicos, escritores e sábios, assim como as criações anônimas surgidas da alma popular e o conjunto de valores que dão sentido à vida. Ou seja, as obras materiais e não materiais que expressam a criatividade desse povo: a língua, os ritos, as crenças, os lugares e monumentos históricos, a cultura, as obras de arte e os arquivos e bibliotecas. Qualquer povo tem o direito e o dever de defender e preservar o patrimônio cultural, já que as sociedades se reconhecem a si mesma através dos valores em que se encontram fontes de inspiração criadora. (...) A preservação e o apreço do patrimônio cultural permitem, portanto, aos povos, defender a sua soberania e independência e, por conseguinte, afirmar e promover sua identidade cultural.

Essas mudanças conceituais refletiram na adoção oficial de duas novas propostas em relação à política de patrimônio nacional: a inserção do patrimônio cultural não consagrado no patrimônio histórico e artístico nacional, com base na idéia de pluralidade e diversidade regional; e a consulta às populações dos centros históricos sobre as decisões a serem tomadas no âmbito do PCH, conforme idealizado por Aloísio Magalhães²⁷. Durante a década de 80, foi adotada no Brasil a visão do patrimônio como um lugar de memória social, alterando o conceito tradicional de patrimônio vigente até então. A falta de recursos e a polêmica em torno da Lei Sarney, no entanto, fizeram com que essas propostas ficassem muito mais no discurso do que em ações efetivas.

²⁷ Aloísio faleceu em 1982, não chegando a acompanhar o desdobramento de suas idéias e ações, nem as mudanças que ocorreram na área da cultura do Brasil, entre elas a criação do MinC.

A situação de abandono da cultura nacional é agravada quando Fernando Collor assume, após a realização da primeira eleição direta para presidente da República, em 1989. A gestão Collor é marcada pelo fim da Lei Sarney e pela promulgação da Lei nº. 8.029, que extinguiu, de uma só vez, diversos órgãos da administração federal, em especial da área da cultura (FUNARTE, Pró-Memória, FUNDACEN, FCB, Pró-Leitura e EMBRAFILME); e reformulou outros, entre eles o Ministério da Cultura, transformado em Secretaria da Cultura, diretamente vinculada à Presidência da República. Apenas o IPHAN (na época SPHAN) foi mantido, confirmando a manutenção da tradicional política patrimonial, a única política cultural legitimada pelos governos brasileiros desde 1930.

A adoção dos princípios do Estado mínimo no governo Collor levou a um forte refluxo das políticas culturais brasileiras. REIS (2003) lembra que os gastos públicos com o setor cultural reduziram de uma média de R\$ 200 milhões durante o governo Sarney (1985 a 1990) para R\$ 131 milhões em 1991, no governo Collor de Mello. Sob fortes críticas e sem recursos, Collor incumbiu o embaixador Sérgio Paulo Rouanet de criar uma nova lei de incentivo fiscal, que leva até hoje o seu nome. A Lei nº. 8.313, de 23 de dezembro de 1991, restabelece os princípios da Lei Sarney e institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura – PRONAC que, de acordo com seu artigo 1º, tem a finalidade de captar e canalizar recursos para o setor de modo a:

- I. Contribuir para facilitar, a todos, os meios para o livre acesso às fontes da cultura e o pleno exercício dos direitos culturais;
- II. Promover e estimular a regionalização da produção cultural e artística brasileira, com valorização de recursos humanos e conteúdos locais;
- III. Apoiar, valorizar e difundir o conjunto das manifestações culturais e seus respectivos criadores;
- IV. Proteger as expressões culturais dos grupos formadores da sociedade brasileira e responsáveis pelo pluralismo da cultura nacional.

A Lei Rouanet cria três padrões de financiamento: dois fundos e um mecanismo de mecenato com incentivo fiscal:

1. Fundo Nacional de Cultura (FNC) – recursos públicos não-reembolsáveis da Loteria Federal, Fundos de Desenvolvimento Regional (FINOR, FINAM e FUNRES) e do Tesouro Nacional;
2. Fundos de Investimento Cultural e Artístico (FICART) – autoriza a constituição de fundos de investimento em cultura com isenção de Imposto de Renda nas operações de crédito, câmbio, seguro e rendimentos auferidos voltados para a produção comercial e industrial do campo artístico;
3. Mecenato/Incentivo Fiscal – dedução do Imposto de Renda devido por pessoas jurídicas e físicas para patrocínio direto e para contribuições ao Fundo Nacional de Cultura (FNC).

Era uma tentativa de dividir, oficialmente, as responsabilidades entre o Estado, a iniciativa privada e a sociedade: o FNC para projetos que não interessariam ao mercado; o FICART para atividades lucrativas, e o Mecenato para ações de marketing cultural de empresas. No final, os fundos nunca vingaram, fazendo da Lei Rouanet a formalização da cultura no mercado através única e exclusivamente da transferência de recursos públicos para o setor privado. Mais sóbria que a Lei Sarney, com seus mecanismos de controle e limite de dedução de apenas 2% do IR devido, a Lei Rouanet também não agradou, sendo considerada pouco atrativa e burocrática demais tanto pela classe artística como pelas empresas²⁸.

Com o impeachment de Collor em 1992, Itamar Franco assume, recria o Ministério da Cultura e, em 1993, promulga nova lei de incentivos voltada para o cinema nacional, a Lei nº. 8.685, mais conhecida como Lei do Audiovisual. Com as duas leis (Audiovisual e Rouanet), fica organizado um sistema nacional de

²⁸ Com a Lei Rouanet tornou-se necessária a aprovação prévia dos projetos culturais, com base na análise de seu mérito, pela Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC), formada por representantes do governo e de entidades culturais. A captação junto às empresas passou a ser autorizada somente após a divulgação de sua aprovação no Diário Oficial. Foram criados ainda processos de prestação de contas.

financiamento da cultura no Brasil, mas apenas no discurso e no papel. Caberá a Fernando Henrique Cardoso mudar isso.

1.5. FHC e Lula: o livre mercado dos bens culturais

O Brasil, que havia entrado nas primeiras décadas do século 20 com um modelo estatal de fomento à cultura, especialmente na área do patrimônio edificado, chega ao final do século com uma política cultural com viés fortemente mercadológico. Quando Fernando Henrique Cardoso assume a presidência da República, em 1995, é colocado em prática o enxugamento da máquina estatal, princípio fundamental do ideal neoliberal. A redução do papel do Estado como provedor de bens e serviços – traduzida principalmente nas privatizações – alcança também a área cultural: o sistema nacional de financiamento da cultura, herança dos governos Sarney, Collor e Itamar, é revisto e consolidado. O mecanismo de incentivo à cultura através da renúncia fiscal é finalmente institucionalizado e passa a ser sinônimo de política pública.

A sistemática adotada por FHC e seu ministro da Cultura, Francisco Weffort, afasta-se, desse modo, dos procedimentos centralizadores que dominaram a política governamental destinada à cultura desde Getúlio Vargas. A idéia que vai vigorar nos dois mandatos de Fernando Henrique é a de que o Estado e o mercado precisam unir forças para o fortalecimento do setor cultural e, para tanto, as leis de incentivo são fundamentais²⁹.

A política cultural no Brasil vai depender, em grande medida e durante muito tempo, de investimentos de Estado e de uma participação crescente das empresas. Eu diria que teremos que escolher um

²⁹ O comprometimento do governo com o setor cultural também teve reflexos no orçamento do MinC, que iniciou o ano de 1995 com R\$ 104 milhões e, com uma suplementação aprovada de 87 milhões, praticamente dobrou esse orçamento (sendo que cerca de 63 milhões dessa verba adicional foram transferidos para 1996 porque a aprovação final pelo Congresso só ocorreu em outubro). (REIS, 2003). Em 1996, no entanto, as verbas para a cultura voltam a cair, deixando o financiamento da política cultural com as leis de incentivo.

caminho intermediário entre o modelo americano, mais apoiado no jogo de mercado, e o francês, que se escora na capacidade de investimento público. (WEFFORT, 1997: 27)

Weffort inclusive reconhece, em várias entrevistas concedidas quando ainda era ministro, que a herança mais importante que recebeu ao assumir a pasta da Cultura foram as leis de incentivo. Era necessário, no entanto, torná-las mais atraentes, dado que o número de projetos incentivados desde a criação da Lei Rouanet era inexpressivo (29 em 1992; 31 em 1993; e 46 em 1994³⁰). Buscando tornar a lei Rouanet prática e viável, Fernando Henrique assina, em 17 de maio de 1995, o decreto nº. 1.494 com as seguintes modificações:

- Figura do agente cultural, com o papel de intermediário para imprimir profissionalismo aos projetos culturais e ao processo de captação, deixando a cargo de um especialista em mercado o contato e a negociação com os possíveis patrocinadores;
- Aumento do desconto do IR de 2% para 5% ;
- Todo o tipo de pessoa jurídica tornou-se apta a incentivar projetos culturais (antes eram contempladas apenas as empresas tributadas com base no lucro real);
- Foram extintos os prazos para apresentação de projetos para aprovação, podendo ser inscrito em qualquer época do ano.

É criada ainda a Secretaria de Apoio à Cultura para agilizar os processos e aumentar a divulgação sobre os benefícios da lei³¹. Na outra ponta, as empresas estatais, entre elas o BNDES, são convocadas a participar mais ativamente do novo modelo de financiamento da cultura, cumprindo diretrizes governamentais capazes de fortalecer principalmente a Lei Rouanet³². Com essas medidas, o tempo médio de análise de um projeto cai de 90 para 60 dias e FHC consegue

³⁰ Dados da Secretaria de Apoio à Cultura, MinC.

³¹ Os limites de renúncia fiscal global são fixados anualmente pelo Governo Federal, sendo permitido o contribuinte pessoa física aplicar até 6% e o contribuinte pessoa jurídica até 4% do Imposto de Renda devido.

³² Em 1995, por acordo selado entre o então ministro das Comunicações, Sérgio Motta, e Weffort, parcela significativa da verba publicitária dos ministérios e das então empresas públicas passou a ser destinada a projetos culturais.

quebrar a resistência dos empresários em aplicar recursos na cultura: em 1995, 228 empresas³³ participam do mecenato, um crescimento de 420% em comparação com 1994; em 1996 esse número sobe para 614. Estava inaugurado o mercado de patrocínios.

Em setembro de 1997, novas mudanças na Lei Rouanet a tornam ainda mais atrativa. Através da Medida Provisória (MP) nº. 1.589, é introduzida a dedução de 100% para patrocínio nas áreas de artes cênicas; livros de valor artístico, literário e humanístico; música erudita ou instrumental; circulação de exposições de artes plásticas; e doações de acervos para bibliotecas e museus. Essa MP foi transformada na Lei nº. 9.874, de 23 de novembro de 1999. Em setembro de 2001, a MP 2.281-1 cria a Ancine – Agência Nacional de Cinema, de caráter regulador, e cria o benefício de 100% do IR a pagar para obras de curta e média metragens; para preservação e difusão do acervo audiovisual; e para preservação do patrimônio cultural material e imaterial³⁴.

O modelo adotado, apesar dos benefícios concedidos e dos números positivos e crescentes, gerou uma série de críticas. Os produtores insistiam na necessidade de alguma margem de interferência do Estado já que, ao adotar as leis de incentivo, o governo estaria se isentando da responsabilidade de fazer política cultural, passando o bastão para a iniciativa privada. “Nós temos um mecanismo em que o dinheiro público é distribuído por empresas. [...]. O que faz com que um projeto receba dinheiro público não é um critério público, é um critério privado.” (SARKOVAS: 2005). Weffort, no entanto, nunca concordou. Para ele, o Estado tem o dever de fomento da política cultural, tem o papel de criar condições para o financiamento da cultura, mas não cabe nenhum dirigismo estatal nisso.

³³ Ao todo, as empresas ligadas ao Ministério das Comunicações (destacando-se Correios, Embratel e as teles) apoiaram 96 projetos em 1995.

³⁴ Em agosto de 1996, Weffort já havia ampliado os limites de renúncia para a Lei do Audiovisual de 1% para 3%.

“Na Lei Rouanet, a empresa antecipa o financiamento em uma circunstância em que o Estado não tem dinheiro para isso”(WEFFORT, 1997:14).

De um jeito ou de outro, é certo que, na gestão FHC, faltou uma visão estratégica do papel do Estado no campo cultural. O peso desmedido atribuído ao mercado é um grande problema que a cultura brasileira está enfrentando desde então. A ausência de contrapartidas é outro problema enfrentado, que distorce ainda mais os objetivos do uso de uma lei de renúncia fiscal.

Ao entregar o planejamento da cultura ao mercado, o Estado abriu mão de gerir um projeto com princípios e concepções nítidas, como havia no Modernismo e, mais tarde, no Militarismo – reduzindo suas ações à área da legislação, da tributação e da contabilidade, isto é, a mecanismos financeiros. (CASTELLO, 2002:647)

O outro reflexo da adoção desse tipo de política é a concentração de recursos. De acordo com dados do próprio MinC, no ano de 2001, 84% dos recursos captados por projetos culturais beneficiaram as grandes capitais brasileiras: Rio de Janeiro e São Paulo. Em relação a esse problema, Weffort admite que as leis de mecenato funcionam muito mais onde o mercado funciona, o que esclareceria o sucesso da Lei Rouanet no eixo Rio - São Paulo (WEFFORT, 1997:15). No final, ainda prossegue com FHC o mote da gestão de Sérgio Paulo Rouanet: “Cultura, só com lucro”.

No cenário internacional, o discurso corrente continuava sendo que “a cultura é essencial ao desenvolvimento”, conforme estudos realizados pela Unesco desde a década de 70. Por conta disso, era preciso pensar além das ações voltadas para o crescimento da economia, era preciso colocar em prática as idéias germinadas lá atrás, na década de 1960. Como bem explica o ex-ministro da Cultura Francisco Weffort:

Já nos anos 60, na América Latina, se afirmava a existência de uma diferença de base entre desenvolvimento e crescimento econômico. O crescimento econômico seria o crescimento da produção econômica,

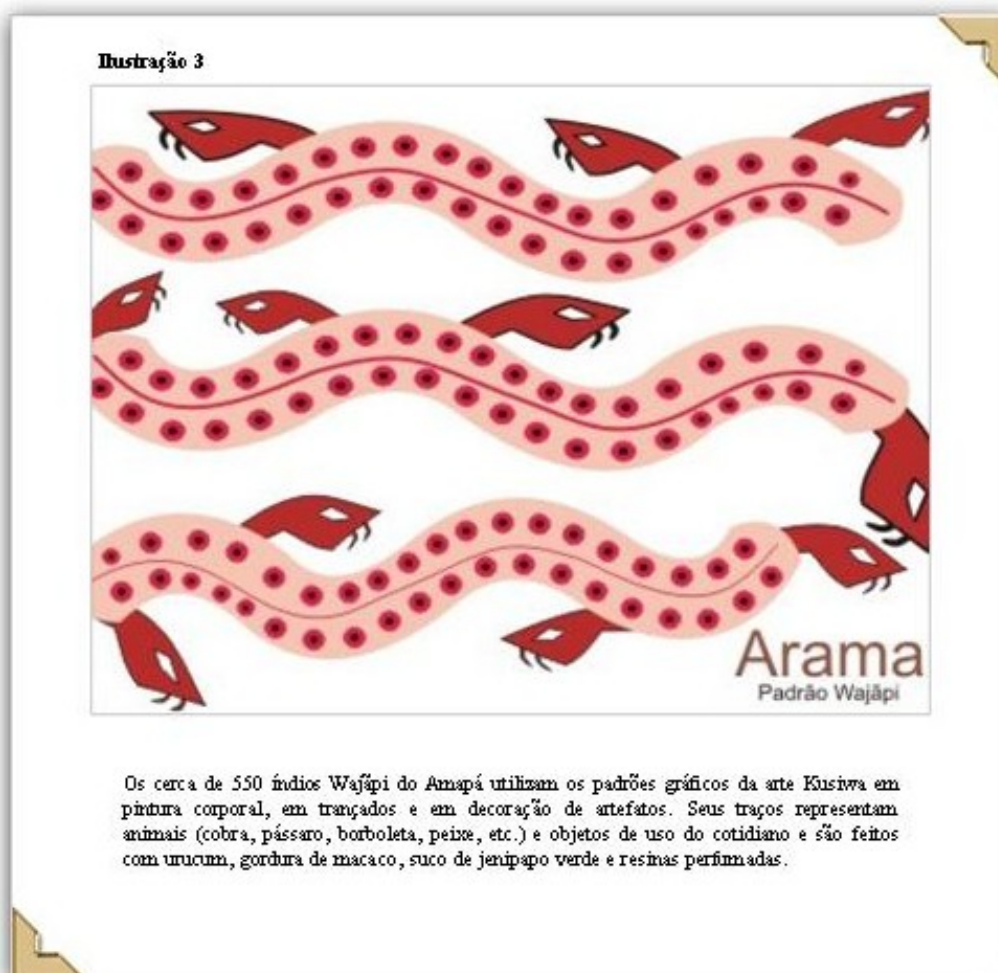
o crescimento dos indicadores da economia. O desenvolvimento seria o crescimento mais a capacidade de controle sobre o processo de desenvolvimento. Seria, assim, o crescimento da economia mais a cultura – o crescimento da cultura, mas também o crescimento da consciência de um povo sobre as suas próprias possibilidades como nação. Seria o crescimento mais a perspectiva de um projeto de desenvolvimento nacional e de afirmação das peculiaridades culturais de uma nação. (WEFFORT, 2000:9)

Mas não existia claramente um projeto de governo para alcançar esse tipo de objetivo. Weffort admite, inclusive, que o MinC só tinha projetos próprios na área do patrimônio e da difusão cultural. (CASTELLO, 2002:641). O resto havia sido delegado ao mercado. Mas o patrimônio cultural continuava precisando de dotação orçamentária; continuava sendo uma questão de Estado, como na Era Vargas e na ditadura militar. Em paralelo ao esforço para emplacar a Lei Rouanet³⁵, o Ministério da Cultura anuncia, em 1996, R\$ 200 milhões de investimentos na restauração e revitalização do patrimônio histórico, dinheiro que seria usado em 15 estados através de um acordo entre o governo federal e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) através do Programa Monumenta. Seriam mais R\$ 100 milhões em 1998 e, em 1999, outros R\$ 100 milhões em 1999. O foco da atuação do Monumenta é a cidade, vista como elemento catalisador de uma concepção abrangente da ação de proteger e preservar um bem cultural.

O patrimônio imaterial também cresce em importância referencial para a cultura. Na consolidação do conceito amplo e abrangente de patrimônio cultural, a Unesco cria, em 1997, uma nova distinção internacional, a “Obra-prima do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade”, concedida a espaços ou locais onde são regularmente produzidas expressões culturais e a manifestações da cultura tradicional e popular.

³⁵ Esforço que incluiu o lançamento de uma cartilha, em junho de 1996, sobre os benefícios do uso da Lei Rouanet, intitulada “Cultura é um bom negócio”, e a realização de uma série de seminários em todo o país sobre o assunto.

A premiação acontece de dois em dois anos, com a escolha das candidaturas oferecidas pelos países a cargo de um júri internacional. A primeira delas, em 2001, selecionou 19 bens. Em 2003, outros 28 itens foram acrescentados à lista das Obras-primas da Humanidade e entre eles, dessa vez, estava a Arte Kusiwa – Pintura corporal e arte gráfica Wajãpi. Arte Kusiwa –, candidatura preparada pelo Museu do Índio, que retrata a cosmologia e a linguagem gráfica dos índios Wajãpi, do Amapá. A terceira proclamação ocorreu em novembro de 2005, com mais 43 integrantes da lista do patrimônio oral e imaterial. Mais uma vez o Brasil é contemplado, com a inclusão do Samba de Roda no Recôncavo Baiano.



Em 1997 o Brasil configura, durante a realização do seminário comemorativo dos 60 anos do IPHAN, o Decreto nº. 3.551, que viria a ser assinado em 4 de agosto de 2000. Através dele, foi instituído o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e criado o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, responsável por políticas específicas de inventário, referenciamento e valorização desse patrimônio. Assim como no Patrimônio Cultural Material, o registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial também é feito em livros:

1. Livro de Registro dos Saberes – em que são inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;
2. Livro das Celebrações – para os rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;
3. Livro das Formas de Expressão – para as manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas;
4. Livro dos Lugares – para os mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas.

Ao contrário do bem material, no entanto, o bem de natureza imaterial não pode ser tombado, não pode ser restaurado. Ele é dinâmico e não existe materialmente; ele se funda na transmissão de saberes. O seu registro, na verdade, é intangível, engloba o conhecimento; a sabedoria; os processos. A salvaguarda desses patrimônios é diferenciada, caso a caso: pode estar apoiada na transmissão desses saberes (através de oficinas); outras vezes a salvaguarda pode estar apenas na pesquisa, na coleta de informações e na difusão dos dados dessa pesquisa.

Ao se fazer o registro de um determinado bem imaterial, automaticamente estão sendo definidos também símbolos de identidade de um povo que são construídos em um processo histórico; em espaços coletivos da memória. É um trabalho de resgate que representa a construção da memória nacional a partir do que realmente é feito pelo país afora. Essas manifestações, não incluídas na definição de patrimônio oficial, são compostas basicamente de bens das etnias

afro-brasileiras, indígena, rural e da periferia urbana vinculados à cultura popular e representam a diversidade das criações culturais do povo brasileiro.

Dois bens marcaram o início do registro no Brasil: a técnica da criação das painéis de barro, em Goiabeiras, no Espírito Santo, e os padrões gráficos da arte Kusiwa, dos índios Wajãpi ³⁶.

Mas enquanto o conceito de patrimônio cultural evolui e novas alternativas de financiamento são buscadas pelo governo FHC para a revitalização dos centros históricos brasileiros, as outras áreas da cultura continuam contando para sobreviver apenas com o mecanismo do incentivo fiscal dado às empresas. A ausência de um projeto estratégico para o setor e de mecanismos reguladores estabelecidos pela legislação ou de outras fontes diferenciadas de financiamento aumentava a insatisfação, gerando resultados pouco animadores.

Isso porque, para se beneficiar da Lei Rouanet, é preciso ter capacidade de realizar estratégias de comunicação competentes para atrair o interesse das empresas. Na maior parte das vezes, só os projetos com retorno de marketing garantido conseguem captar recursos com a iniciativa privada, gerando o efeito perverso de restringir o acesso dos menos favorecidos aos recursos e, ao mesmo tempo, aumentando as chances de captação de projetos que, teoricamente, não precisariam de incentivo para se realizar.

Quando, em 2003, Lula assume a presidência da República e Gilberto Gil aceita o cargo de ministro da Cultura, o grande desafio é estabelecer um novo padrão de fomento, investimento e financiamento para a cultura e as artes no Brasil. É preciso efetuar correções no sistema, democratizar o acesso aos recursos e dar nova ênfase ao caráter econômico das atividades culturais. Desde

³⁶ Hoje, além desses dois, já foram registrados outros 12 bens imateriais: Círio de Nossa Senhora de Nazaré; Samba de Roda do Recôncavo Baiano; Moda de fazer viola-de-cocho; ofício das baianas de acarajé; jongo no Sudeste; cachoeira de Iauaretê (lugar sagrado dos povos indígenas dos rios Uaupés e Papuri); feira de Caruaru; frevo, tambor de crioula do Maranhão; samba do Rio de Janeiro; modo artesanal de fazer queijo de Minas; e a capoeira, inscrita em julho de 2008.

o início do seu mandato, o presente Lula apresenta a cultura como ferramenta importante para a construção de um país socialmente mais justo e de afirmação soberana no mundo. A cultura, segundo os discursos do governo, passa definitivamente a fazer parte do processo de construção e de preservação da identidade, como instrumento de superação da exclusão social – tanto pelo fortalecimento da auto-estima do povo como pela sua capacidade de atrair divisas para o país.

O compromisso mais importante assumido pelo Partido dos Trabalhadores (PT) com a sociedade brasileira no âmbito da cultura é firmado antes mesmo de Lula ser eleito. Durante a campanha eleitoral de 2002, é organizada uma série de encontros em todo o país que resultaram na elaboração do documento “A imaginação a serviço do Brasil”, que aborda os seguintes tópicos:

- Cultura como Política de Estado;
- Economia da Cultura (importância dos ativos econômicos da cultura na geração de emprego e renda e dos mecanismos de financiamento dessa política pública);
- Gestão Democrática (modificação na estrutura do MinC para descentralizar e implantar o Sistema Nacional de Cultura);
- Direito à Memória (salvamento emergencial de acervos e fortalecimento do IPHAN);
- Cultura e comunicação (mídia de massa e sua relação com a cultura); e
- Transversalidade das políticas públicas de cultura (relações e integrações necessárias com outras políticas sociais fundamentais como educação, ciência e tecnologia, comunicação, esporte, meio ambiente, etc.).

A partir de consultas aos agentes culturais nos seminários *Cultura Para Todos* – realizados em todo o país, com a participação total de mais de 30 mil pessoas³⁷ – o MinC implementa mudanças na Lei Rouanet em 2006 através do Decreto 5.761/2006. Entre elas estão a garantia do uso do mecanismo de

³⁷ Esses seminários também geraram uma série de críticas, entre elas a de que não foram realizados debates, mas apenas a oportunidade de algumas pessoas falarem; não houve discussão, nem troca de idéias. De qualquer forma, houve uma tentativa democrática de aproximação entre o governo e a sociedade.

renúncia fiscal para viabilizar editais e programas; a ampliação das áreas e segmentos atendidos pelo PRONAC; a possibilidade de beneficiar projetos que se destinem à circulação e à comercialização de produtos culturais; o estabelecimento da necessidade de planos de democratização do acesso aos resultados dos projetos financiados com recursos públicos; e o aperfeiçoamento dos mecanismos de avaliação e monitoramento dos projetos.

O novo decreto tenta ampliar o conceito de cultura, incorporando novos segmentos e atividades, e destacando os programas e projetos que desenvolvem as chamadas “economias da cultura” e que geram perspectivas de sustentabilidade. Na realidade, o grande mérito da gestão Lula e Gil é assumir as atividades culturais também como atividades econômicas, um enfoque que, na avaliação do próprio MinC, abre caminhos para consolidar um ambiente favorável ao desenvolvimento das atividades culturais e organização de suas cadeias produtivas, dos arranjos locais e dos sistemas articulados com outras economias, como a do entretenimento e do lazer (MINC, 2006).

Como as informações sobre o assunto no Brasil são precárias e, na maior parte das vezes, baseadas em dados empíricos, é preciso profissionalizar o discurso da cultura. Em outras palavras, para tratar a cultura como negócio econômico e como gerador de emprego e renda é preciso, primeiro, conhecê-la em todas as suas dimensões. Mais uma vez em sintonia com as diretrizes da Unesco³⁸, o governo se preocupa agora em gerar dados e informações sobre as atividades culturais brasileiras.

Como resultado começa a vigorar, em 2007, um Programa de Desenvolvimento da Economia da Cultura (PRODEC) no Plano Plurianual de Governo, com metas e indicadores para avaliar a efetividade das ações culturais,

³⁸ Em agosto de 2002, no final do governo FHC, a Unesco e o Ipea realizaram, em Recife (PE), o Seminário Internacional sobre Políticas Culturais para o Desenvolvimento – Uma base de dados para a cultura com o objetivo não só de renovar o interesse pela relação entre cultura e desenvolvimento, mas também de estimular o surgimento de uma agenda comum para a criação de bases de dados sobre a cultura.

além de orçamento e gestão próprios para a elaboração de bases de dados e estatísticas. Para reforçar essa posição, estão sendo firmadas parcerias entre o MinC e o IPEA, o BID e o BNDES, entre outros, para o desenvolvimento de estudos setoriais detalhados, instrumentos essenciais para o conhecimento da realidade cultural brasileira em sua dimensão econômica.

Na questão do patrimônio cultural, o desafio enfrentado por Lula é promover a atualização da noção de patrimônio cultural, produzindo uma política sustentável de patrimônio, memória e preservação; é articular a dimensão preservação com as dimensões circulação, acesso, produção e geração de valor; é dotar o IPHAN de mecanismos para liderar as ações e políticas de patrimônio, preservação e memória (MINC, 2006). Mais uma vez, é dada uma ênfase estratégica à memória e ao conhecimento dos brasileiros sobre sua própria origem, formação e identidade³⁹. O universo simbólico da cultura, com todos os valores cultivados pelo povo, com todos os seus bens materiais e imateriais, é cada vez mais destacado nos discursos de governo:

A ausência da cultura como uma das dimensões estruturantes da educação prejudica os objetivos de uma política educacional de qualidade e realmente transformadora dos modos e das condições de existência. Para que os brasileiros conheçam e se reconheçam em sua cultura local e vejam nela a possibilidade de acesso mais genuíno à cultura regional, nacional e universal, é preciso que o patrimônio cultural comum seja objeto de uma memória corrente, que cidades, espaços e ambientes passem a ter seus lugares de cultivo de tradições, saberes e fantasias. (MINC, 2006:40)

A visão do patrimônio das cidades como um lugar de memória social e de desenvolvimento econômico e social –que começou a tomar forma na década de 80 e foi fortalecida nos anos 90 continua a ser explorada na política cultural do

³⁹ Novas abordagens temáticas estão sendo concretizadas, o que comprova o alargamento do conceito de patrimônio iniciado com Aloísio Magalhães, como, por exemplo, a inauguração do Museu de Artes e Ofícios em Belo Horizonte (ênfase na história do trabalho e da produção) e da Estação da Luz (ênfase nos usos e representações simbólicas da língua portuguesa).

governo Lula. Atualmente, o Programa Monumenta⁴⁰, herança mantida do governo FHC, está presente em 26 cidades históricas brasileiras de forma mais abrangente através da promoção de ações de restauro de edifícios, melhorias viárias, tratamento paisagístico e recuperação de áreas públicas. Nesse campo, o maior desafio é conseguir fazer com que os estados e municípios compartilhem com o governo federal da gestão do patrimônio cultural nacional.

De qualquer forma, são inegáveis os esforços que estão sendo desenvolvidos para o fortalecimento da cultura nacional desde que Lula assumiu, em 2003. O discurso corrente está baseado em um conceito abrangente e preciso de cultura, que articula três dimensões vitais: Cultura como expressão simbólica; Cultura como direito e cidadania de todos os brasileiros; Cultura como economia e produção de desenvolvimento. Por outro lado, com um ministro pop e articulado, nunca antes na história o Ministério da Cultura teve existência tão reconhecida. O orçamento cresceu, o número de programas e ações foi ampliado⁴¹ e o espaço dado à cultura nas decisões governamentais indica que o MinC, agora, é realmente visto e respeitado como ministério.

Tabela 3

ORÇAMENTO MINC		CAPTAÇÃO LEI ROUANET	
Ano	Valor (R\$ mil)	Ano	Valor (R\$ mil)
2000	267.299,0	2000	289.550,6
2001	315.976,1	2001	367.909,2
2002	277.366,7	2002	344.437,1
2003	275.730,1	2003	430.572,9
2004	398.709,1	2004	509.254,3
2005	542.635,2	2005	719.012,6
2006	661.165,7	2006	826.088,1
2007	823.887,9	2007*	1.000.000,0

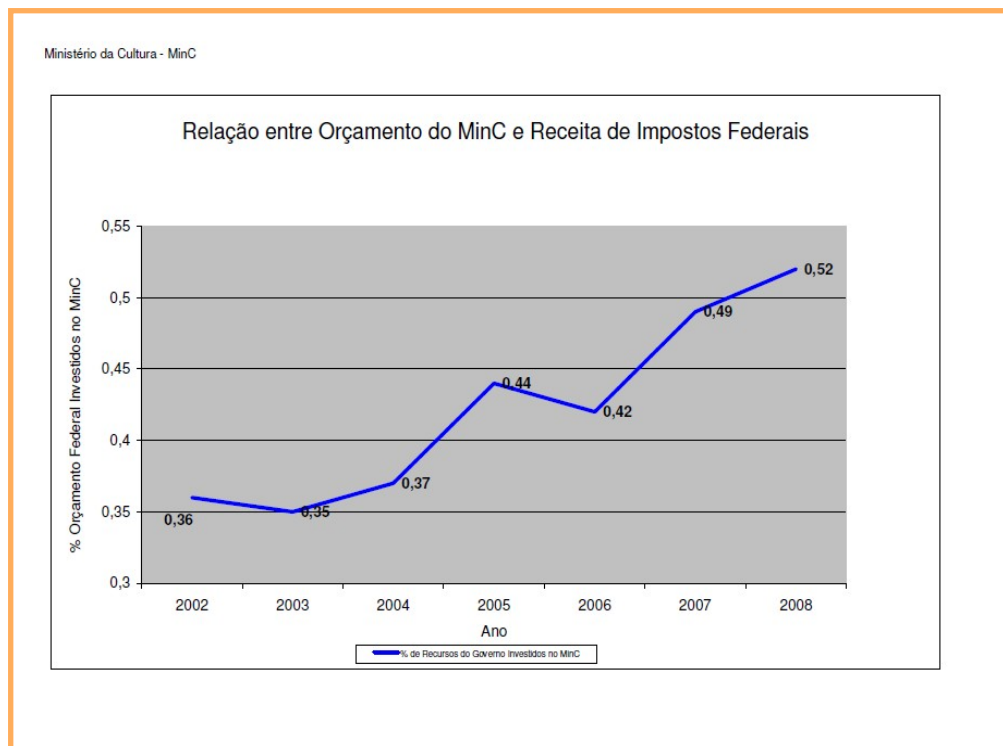
* Estimativa do MinC

⁴⁰ Em 2006 o Programa Monumenta foi incorporado ao IPHAN.

⁴¹ Foram reforçados os instrumentos de financiamento existentes, mas o atual governo também implementou outros, entre eles a divulgação de linhas de crédito do BNDES que podem ser utilizadas por pequenas e médias empresas culturais e a criação de Fundos de Investimento em Cinema (Funcines).

A meta alardeada pela equipe do governo Lula é conseguir destinar pelo menos 1% da arrecadação federal de impostos em favor da cultura, conforme orientação da Unesco, que reconhece a centralidade da cultura no processo de desenvolvimento social. A própria Unesco realizou diversos estudos sobre o impacto positivo que os investimentos em cultura exercem sobre as populações menos favorecidas. Abaixo desse patamar mínimo de 1%, constatou-se que grande parte da população dos países em desenvolvimento fica à margem dos benefícios decorrentes do acesso ao conhecimento, à informação, aos livros, ao cinema e a outras áreas culturais⁴². A relação entre o orçamento total da União e a fatia destinada à cultura ainda está bem abaixo do mínimo de 1% recomendado pela Unesco, mas a evolução percentual do orçamento do MinC em relação às receitas de impostos federais é significativa, passando de 0,36% em 2002 para 0,52% em 2008, conforme pode ser visualizado no gráfico abaixo:

Gráfico 1



⁴² Informações retiradas do site do MinC (www.cultura.gov.br) em 12/03/08.

Apesar dos esforços, o MinC continua a sofrer críticas por não conseguir se desamarrar do modelo de financiamento baseado na renúncia fiscal. Promessa de campanha de Lula, a reformulação drástica dos mecanismos da Lei Rouanet ainda não se concretizou. A partilha das verbas de patrocínio por região, por exemplo, continua tão desigual quanto antes. Relatório do Tribunal de Contas (TCU) sobre os gastos federais em 2006 mostra que a Região Sudeste concentrou 79,6% dos R\$ 824 milhões obtidos pela lei. Em 2002, quando Lula foi eleito, a participação do Sudeste foi de 78,04% (GLOBO, 2007). O relatório do TCU aponta ainda a falta de fiscalização sobre o uso do dinheiro aplicado e pede que sejam tomadas as devidas providências para reverter a situação ⁴³.

Ao que tudo indica, o grande desafio do Estado brasileiro agora é conseguir recuperar o papel do poder público, por intermédio do investimento direto nas ações de interesse público, com a inevitável ampliação dos recursos orçamentários e foco na sua gestão, e, ao mesmo tempo, dar acesso igualitário aos recursos disponíveis, sejam eles orçamentários ou advindos do mecanismo de renúncia fiscal. Como bem diz Sérgio Xavier, secretário de fomento do MinC na primeira gestão Lula:

A produção cultural compreende ao mesmo tempo uma dimensão pública, simbólica, não comercial, e uma dimensão mercadológica, que gera cadeias produtivas e valores econômicos. Exige, portanto, canais e instrumentos de financiamento adequados a cada uma dessas dimensões, Estado e Mercado, em doses certas. O grande desafio das políticas e ações governamentais é impedir que recursos públicos sejam aplicados em iniciativas que o mercado pode financiar. E, por outro lado, não depender do mercado para financiar bens, serviços e ações que são de responsabilidade do Estado e que devem estar acessíveis a todos. (BRANT, 2008)

⁴³ O discurso contra a concentração dos recursos ignora investimentos em áreas pobres dos estados mais abastados. Por outro lado, alguns projetos com gestão em São Paulo ou no Rio de Janeiro podem prever turnês em várias outras cidades do país, provocando outra possível distorção na análise da concentração de recursos das leis federais de incentivo à cultura.



CAPÍTULO 2

O BNDES E A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA NACIONAL

“Se o desenvolvimento econômico expressa o bem-estar material de uma nação, é o desenvolvimento cultural que define a sua qualidade”.

Ministério da Cultura – Governo Lula

2.1. O desenvolvimento econômico-social e a inserção da cultura

Uma das características marcantes do desenvolvimento do capitalismo no Brasil diz respeito ao significativo papel do Estado como fator de impulso à industrialização. As condições internas e externas verificadas no pós-guerra impuseram ao Estado assumir, de fato, o papel de principal instrumento de centralização financeira, coordenação dos grandes blocos de investimento, construtor da infra-estrutura e produtor de matérias-primas e insumos básicos.

No início dos anos 50 parece haver um consenso de que o Brasil, um país essencialmente agrícola¹, não pode depender da ajuda externa para se modernizar e crescer; é preciso um instrumento estatal para promover o desenvolvimento nacional, transformar o Brasil rural em um Brasil urbano e industrializado. Surge a idéia, então, da criação de um banco cuja principal tarefa seria financiar a grande transformação brasileira rumo à modernidade industrial. Em 20 de junho de 1952, durante o segundo governo de Getúlio Vargas (1950-1954), é sancionada a Lei nº. 1.628, que institui o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) com a seguinte missão: “Criar condições para eliminar obstáculos no fluxo de investimentos, públicos e particulares, estrangeiros e nacionais, necessários a promover o desenvolvimento econômico”.

¹ Segundo o censo de 1950, a população era formada por 52 milhões de brasileiros, dos quais apenas 36% viviam nas cidades.

A criação do BNDE (ainda sem o S) representa um marco na jornada para o desenvolvimento brasileiro. No contexto internacional, vivia-se a realidade da Guerra Fria; os benefícios do final da Segunda Grande Guerra; a difusão dos estudos e idéias da CEPAL, entre eles a discussão de projetos de desenvolvimento sob uma ótica regional. Internamente, o Brasil sonhava em transformar sua economia, de base agrícola e arcaica, em um novo modelo, moderno e industrial, que poderia até servir, um dia, de paradigma para todas as nações em desenvolvimento do mundo. O BNDE surge como o provedor de recursos desse ideal; ele será o braço operacional do governo especializado no apoio financeiro, o órgão executor da política econômica em curso ².

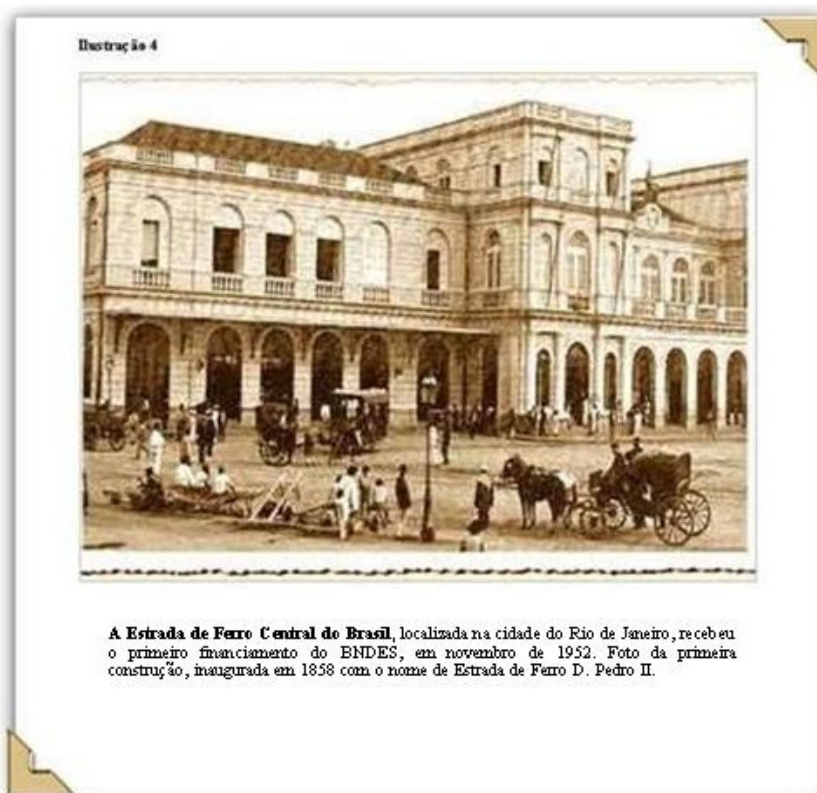
Desde o início, no entanto, sua atuação extravasa a função de agência financeira e alcança uma dimensão técnica importante na formulação de planos de desenvolvimento.

...o BNDES tem sido um agente de mudanças na economia brasileira. Seu corpo técnico é incentivado a refletir o Brasil – no seu duplo sentido de pensar e espelhar o país, isto é, identificar seus problemas e oferecer-lhes soluções –, de forma a capacitar a Instituição a ser bem-sucedida nas ações que lhe são requeridas pela política econômica. (MONTEIRO FILHA E MODENESI, 2002:7)

Esse trabalho de reflexão é traduzido em diversas iniciativas, entre elas a ordenação de estudos setoriais e o aperfeiçoamento das técnicas e metodologias de elaboração e análise de projetos, além da participação direta nos planos e projetos de governo. Uma postura que permitirá ao banco se adequar, de forma ágil e eficiente, às demandas impostas pelo crescimento e pela diversificação da estrutura econômica do país no decorrer dos anos.

² O capital inicial do BNDES se formou a partir de uma sobretaxa no Imposto de Renda, substituída depois pelos recursos do PIS-PASEP. Extinto na Constituição de 1988, o PIS-Pasep foi substituído pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), mas sua fonte continuava a ser parte da receita de todas as empresas do país. Por determinação da Constituição, pelo menos 40% dos recursos carreados ao FAT passaram a ser (como ocorre até hoje) direcionados para as aplicações do BNDES, em projetos que geram emprego e renda.

A primeira ação do BNDE tem como finalidade a correção dos “pontos de estrangulamento” da economia: a escassez de energia e a inadequação da malha ferroviária então existente. Até 1959, a quase totalidade do orçamento do BNDE é aplicada nesses dois setores, considerados fundamentais para o processo de industrialização. Com Juscelino Kubitschek e seu Plano de Metas³, cresce o apoio à expansão da produção de aço (entre 1957 e 1973, os investimentos nessa área se deram em paralelo aos destinados à energia elétrica).



A década de 60 é marcada por novas necessidades e desafios. A complexa economia brasileira exigia aportes de capital para se fortalecer, o que obrigou o novo governo militar instaurado a enfrentar o déficit público, a alta inflacionária e a incapacidade da estrutura financeira para responder à pressão e à necessidade de

³ O BNDES participou intensamente do conteúdo técnico do Plano de Metas de JK.

crescimento. O Estado passa, nesse momento, a direcionar seus investimentos não só para a infra-estrutura, mas também para diferentes indústrias carentes de capital. Nesse novo cenário, o BNDE abre nova frente de atuação e passa a oferecer financiamento a outros setores da economia, em especial a projetos da iniciativa privada, além de ajudar a esclarecer várias questões setoriais na economia brasileira e a propor uma série de políticas setoriais. O resultado é que, em 1968, pela primeira vez na história do Banco, foram aprovados mais créditos para o setor privado do que para o setor público ⁴.

Para incentivar ainda mais as empresas nacionais é implantada, na década de 70, uma política agressiva de substituição das importações aliada ao apoio do BNDE a projetos de ampliação e modernização das indústrias nacionais. Ainda nos anos 70, o Banco inicia no Brasil um processo pioneiro de incorporação da variável ambiental na análise de projetos e assume o compromisso com os princípios do desenvolvimento sustentável ⁵.

Na década de 80, o Brasil é outro país. Gera energia; produz aço, petróleo e aviões; exporta produtos e possui uma rede de transportes que se encarrega da distribuição das riquezas que estão sendo produzidas. Os projetos apoiados pelo BNDE nos últimos 30 anos provocaram fortes mudanças na economia e na vida dos brasileiros. A grave crise econômica que marcou o início da década de 1980, com o aprofundamento dos desequilíbrios externos e o crescimento da inflação,

⁴ O aumento na demanda e a ampliação da área de atuação do BNDES impulsionaram uma mudança também na estrutura da instituição: em 1971, pela Lei 5.662, de 21 de junho, o BNDES passa de autarquia para empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio, primeiro vinculada ao Ministério do Planejamento e Coordenação Geral e depois à Secretaria de Planejamento da Presidência da República. Por força do disposto no Decreto nº. 83.425, de 8 de maio de 1979, o BNDE passa a estar vinculado ao Ministério da Indústria e Comércio.

⁵ Desde 1976, o BNDES considera formalmente a variável ambiental em seus procedimentos de análise e concessão de crédito. Na década de 80, o BNDES intensifica seu envolvimento com a questão ambiental com a criação, em 1986, do Programa de Conservação do Meio Ambiente, para incentivar a redução dos passivos ambientais e o controle da poluição em áreas urbanas, industriais e rurais. Novo passo foi dado na década de 90, quando as operações de financiamento passaram a receber classificação segundo a relevância do impacto ambiental. Atualmente, o BNDES condiciona o crédito ao cumprimento da legislação ambiental, oferece recursos para a execução de projetos de adequação da empresa às normas ambientais e financia empreendimentos de recuperação e conservação ambiental com retorno econômico.

causou, entretanto, importantes transformações no ambiente político e institucional em que atuava o BNDE. Os anos de desenvolvimentismo confiante e política industrial ativa foram substituídos pela diminuição na taxa de crescimento econômico e pela luta dramática contra a inflação, refletindo em uma queda acentuada do volume de operações no BNDE. O modelo de crescimento vigente é questionado e cresce o debate em torno das questões sociais. Não é mais possível falar em desenvolvimento sem inclusão e distribuição de renda. O Brasil precisava mudar. E o BNDE também.

Em 1982, o banco altera sua razão social⁶, agrega o “S” de social em seu nome e recebe a responsabilidade pela administração de recursos do Fundo de Investimento Social (Finsocial)⁷. Caberia ao BNDES, agora, incentivar o desenvolvimento econômico em paralelo ao desenvolvimento social⁸. A análise dos projetos passa a incluir, além da dimensão do meio ambiente, a aplicação de recursos destinados exclusivamente à realização de empreendimentos voltados para a cidadania. Essa visão ganha novo fôlego em 1996, quando é criada, dentro do Banco, a Área de Desenvolvimento Social⁹. Um ano depois é criado o Fundo Social, integrado por parcela do lucro do BNDES, permitindo apoio financeiro não reembolsável a projetos de custo social voltados para a população de baixa renda¹⁰.

⁶ No mesmo ano, ocorre a fusão das antigas subsidiárias, Fibase, Embramec e Ibrasa para a constituição da BNDES Participações S.A. (BNDESPAR), que passa a apoiar de forma mais centralizada a capitalização da empresa nacional.

⁷ O Finsocial foi criado pelo governo do presidente Figueiredo (1979-1984) em 25 de maio de 1982 através do decreto-lei nº. 1940 com o objetivo de apoiar programas de alimentação, habitação popular, saúde, educação e amparo ao pequeno agricultor.

⁸ Antes disso, o BNDES participava, de forma pontual, de alguns programas sociais. Contribuía, por exemplo, no combate à doença de Chagas e no combate à malária.

⁹ Em 1990, os recursos do Finsocial deixam de ser aplicados pelo BNDES.

¹⁰ Entre eles o Método Mãe-Canguru, que promove o contato mais intenso entre mães e bebês prematuros, aumentando sensivelmente os índices de sobrevivência e de crescimento saudável das crianças. Em 1997, o projeto recebeu o prêmio de Gestão Pública da Fundação Ford/FGV.

Na década de 90, um novo plano de estabilização recoloca o país na trilha da estabilidade e do crescimento. Contudo, a vitória sobre a inflação só seria definitiva se fosse complementada por uma profunda reforma no papel e nas funções do Estado. Assim, o governo aponta a necessidade de reforçar o processo de desestatização, que já estava em curso sob a gestão do BNDES. O Programa Nacional de Desestatização (Lei nº. 8.031, de 16 de agosto de 1990) torna o banco responsável pelas ações do governo na área, comandando a avaliação das empresas e a venda de suas ações em bolsa¹¹.

Gráfico2

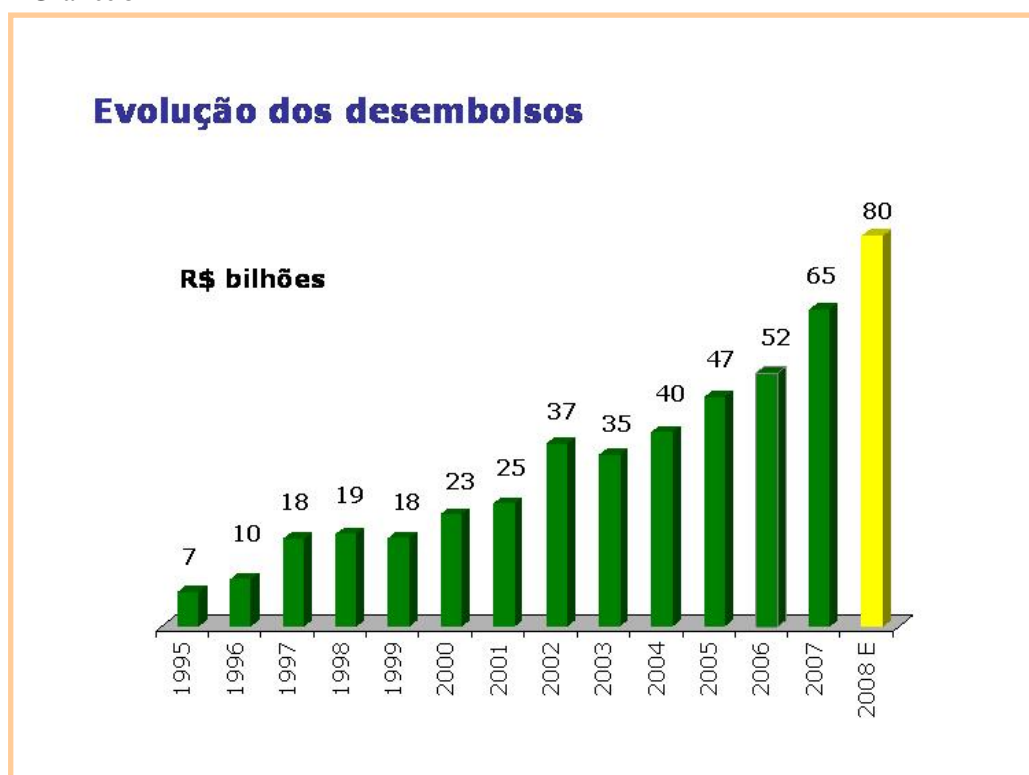


A ênfase da atuação do BNDES é alterada no decorrer dos anos para atender novas demandas e prioridades na busca pelo desenvolvimento econômico e social

¹¹ O BNDES assumiu papel estratégico nesse processo, coordenando de forma ativa o ajuste patrimonial do Estado e financiando o processo de modernização da economia. Foram privatizadas 119 empresas na década de 90, com a geração de US\$ 70,3 bilhões em receitas.

O BNDES chega ao final dos anos 1990 com um conjunto bem mais amplo e diversificado de atividades do que aquele que tinha sob sua alçada nos anos 50, ou mesmo na década de 1970. Por outro lado, o ciclo de crescimento da economia iniciado em 2004 traz como reflexo direto uma forte alta dos desembolsos realizados pelo banco. Em 2007, o desempenho do BNDES atingiu recorde histórico: os desembolsos somaram R\$ 64,9 bilhões, valor 24% superior ao registrado em 2006, e as aprovações, de R\$ 98,8 bilhões, cresceram 33% em relação ao ano anterior. Os projetos enquadrados e as consultas, que dimensionam o valor das futuras aprovações e desembolsos, totalizaram, pela ordem, R\$ 117 bilhões e R\$ 126,8 bilhões em 2007, com expansão de 23% e 20%.

Gráfico 3



A estimativa do BNDES é desembolsar cerca de R\$ 80 bilhões durante o ano de 2008

O aumento da demanda por recursos em uma economia cada vez mais diversificada exige novas reflexões sobre o papel do BNDES na construção de um futuro melhor. Em 2002, no âmbito das comemorações dos seus 50 anos, é

promovido um amplo debate que aponta as dificuldades enfrentadas pelos países, em especial os emergentes, em alcançar níveis aceitáveis de desenvolvimento. Temas relativos a desigualdades sociais; equilíbrio inter-regional; elevação das taxas de crescimento da economia; ampliação das oportunidades de ocupação e emprego; enfrentamento das restrições externas; e desenvolvimento tecnológico, são discutidos em todos os trabalhos apresentados. Esse debate resulta em uma agenda sobre o desenvolvimento e o delineamento da seguinte função objetivo para o BNDES:

Promover o crescimento com ampla inclusão social (incorporando a dimensão da cidadania), com redução das desigualdades espaciais (visando o equilíbrio inter-regional), com intenso desenvolvimento tecnológico e elevada competitividade (buscando a viabilização do futuro) e com expressivo incremento das exportações (objetivando a inserção soberana do país no mundo globalizado). (CASTRO, 2002:9)

A dimensão da cidadania cresce em importância e, com ela, aumenta o peso e a importância dos projetos sociais. O crescimento econômico não pode mais se dissociar do desenvolvimento social, sob pena de o país não conseguir cumprir o objetivo de tornar-se uma sociedade moderna e justa¹². E desenvolvimento social significa acesso à alimentação, saúde, moradia, educação e cultura. A visão atual e abrangente de desenvolvimento finalmente insere a cultura como fator indispensável na construção de uma sociedade menos desigual, além de contribuir para a formação de cidadãos mais participativos e comprometidos com o futuro de uma nação.

Com o alargamento do conceito de desenvolvimento, a cultura ganha nova dimensão e importância dentro do BNDES. As idéias germinadas lá atrás, nos anos 80, e que tomaram corpo na década de 90, se transformam agora em importante ativo no apoio e execução das novas políticas culturais. Com muita polêmica e debate, é certo. Quando o assunto é cultura parece não existir

¹² Em 2007, a Secretaria de Assuntos Econômicos do BNDES criou o Índice de Desenvolvimento Social do BNDES (IDS-BNDES) com o objetivo de fazer, anualmente, o acompanhamento das condições de vida da população brasileira e, com isso, tornar mais nítidas as diferenças sociais entre as várias regiões do país.

consenso, principalmente em relação ao peso e função que a mesma pode exercer no conjunto de medidas destinadas a alcançar o desenvolvimento pleno do país. As críticas, entretanto, não impedem a adoção de iniciativas que acabam por fortalecer, ampliar e dar novo rumo ao que já vinha sendo feito pelo BNDES. Isso é válido tanto para o apoio ao cinema, realizado desde 1995, e a projetos de restauro, feito desde 1997, quanto para ações mais recentes (preservação de acervos e fundos de investimento para cinema, entre outros)

A inserção da dimensão cultural na rotina de investimentos do BNDES, com suas vertentes simbólicas e aspectos econômicos, engloba toda uma nova prática de estudos, diagnósticos, planejamentos e, principalmente, uma nova dinâmica na avaliação de projetos, integrada com os demais instrumentos do banco. É um referencial que ainda está sendo debatido e amadurecido internamente, mas que tem tudo para se tornar mais um elo da cadeia de esforços do BNDES para promover o desenvolvimento sustentável e competitivo da economia brasileira, como defendido em maio de 2007 pelo atual presidente Luciano Coutinho em seu discurso de posse:

Desenvolvimento que precisa ser socialmente inclusivo, distribuído regionalmente, gerador de empregos crescentemente qualificados, gerador de oportunidades empresariais, gerador de renda e de canais de ascensão para os pobres e para os pequenos. Desenvolvimento que precisa ser social e ambientalmente responsável e regenerador das inaceitáveis mutilações de nosso patrimônio natural. Desenvolvimento que sinalize um horizonte promissor para a nossa juventude. Desenvolvimento que precisa ser culturalmente afirmativo e estimulador da extraordinária criatividade do povo brasileiro. Desenvolvimento que precisa ter, definitivamente, a inovação tecnológica e o avanço científico como eixos estratégicos. Desenvolvimento, enfim, que signifique, nas palavras do grande pensador Celso Furtado, a retomada da “construção interrompida” de uma nação soberana, próspera, mais fraterna e menos desigual com os seus filhos.

2.2. Galeria e Auditório: primeiras ações em cultura

A década de 80 é marcada por profundas transformações no Brasil. Depois de mais de 20 anos de ditadura militar, o país retoma o caminho da democracia. A saída de cena do Estado autoritário garante a volta da soberania popular e dos direitos individuais plenos, mas provoca reflexos perversos na área cultural. O governo civil eleito, ao mesmo tempo em que cria um ministério para tratar exclusivamente do assunto, decide que a promoção da cultura deve ser realizada prioritariamente de forma indireta, calcada nas demandas do mercado e com a participação intensa da iniciativa privada. Para tanto, é implantado o mecanismo de financiamento com base na renúncia fiscal, delegando para as empresas a responsabilidade de escolha das ações culturais que deveriam ser apoiadas no país.

Essa nova concepção do papel do Estado na área cultural, iniciada na gestão do presidente José Sarney (1985-1989) através da Lei nº. 7.505, de 02 de julho de 1986, vai transformar o apoio à cultura em uma importante ferramenta de *marketing*, adotada por inúmeras empresas interessadas em agregar valor à sua marca. Com o aval do governo, a promoção de atividades culturais passa a ter um viés fortemente mercadológico e institucional, empurrando para a área de comunicação das empresas a tarefa de decidir, pela ótica do privado, quais projetos seriam meritórios e deveriam ser financiados com recursos públicos.

Dentro do BNDES, no entanto, a idéia de promover a cultura através da comunicação surgiu antes mesmo do modelo de financiamento com base na renúncia fiscal ser oficialmente adotado no país. No ano de 1985 foi aprovada pela Diretoria a proposta apresentada pelo então Departamento de Projetos de Comunicação (DEPRO) de realizar, como ferramenta de divulgação e com recursos próprios, exposições de arte no edifício sede do Banco. Uma idéia que já havia sido apresentada e negada nos dois anos anteriores, como conta o jornalista

Carlos Augusto de Oliveira Lima, funcionário de carreira que trabalhou na Área de Comunicação¹³ do BNDES entre 1980 e 1995:

Existia uma convicção interna de que era importante utilizar a cultura para tentar trazer o público externo para dentro do BNDES, para fortalecer a imagem da instituição e, assim, torná-la mais conhecida e próxima da sociedade. Na verdade, a idéia de um espaço cultural, de uma Galeria no BNDES, já existia desde 1980, quando o Altamir Tojal era chefe do DEPRO, mas só começou a tomar corpo quando o projeto foi aprovado pela Diretoria do presidente Dilson Funaro, em 1985.¹⁴

Duas exposições são realizadas no ano de 1985: uma de artes plásticas e outra sobre o paisagista Burle Marx. “Foram iniciativas pontuais, um ensaio do que podia ser feito nessa área”, recorda Carlos Augusto Lima. No mesmo ano, a Orquestra Sinfônica Brasileira (OSB) solicita apoio para a realização de uma série de quatro concertos, com venda de ingressos, no auditório do BNDES. Estava montado o cenário para a criação do “Espaço Cultural BNDES”, em funcionamento até os dias de hoje com a realização de exposições¹⁵ e shows gratuitos¹⁶. Carlos Augusto Lima conta que a OSB foi

a primeira a usar o auditório do BNDES para uma finalidade cultural. Foram dois concertos em 1985 e dois em 1986. Em 1987, eu argumentei que com os recursos dados para o OSB, o DEPRO poderia montar uma programação de ano inteiro para o público externo, e de graça. Convenceu. Na verdade, a OSB deu o gancho para a criação do Espaço BNDES, ou seja, para a montagem de exposições na Galeria e espetáculos no Auditório.

¹³ A estrutura de Comunicação do BNDES sofreu várias alterações ao longo dos anos. Já foi Área e Departamento, já esteve ligada à presidência, à vice-presidência e a uma diretoria específica e já foi subordinada à Área de Administração, o que refletiu na adoção de nomes e siglas diferentes para cada momento. Carlos Augusto Lima foi gerente de Editoração e chefe do Departamento de Projetos de Comunicação (DEPRO) da Área de Representação (AR), transformada depois em Área de Relações Institucionais.

¹⁴ Entrevista concedida em 14/07/2007. As demais declarações que aparecem neste Capítulo são referentes à entrevista realizada nessa mesma data.

¹⁵ A Galeria do BNDES ficou fechada de 2005 a 2007, sendo reaberta em 12/09/2007 com a 16ª edição de Arte Fotográfica dos funcionários do BNDES.

¹⁶ Ao todo, já foram realizados 900 espetáculos de música, dança e teatro no auditório do BNDES com um público estimado em 270 mil pessoas.

Com poucos recursos disponíveis, foi um grande desafio institucionalizar o Espaço BNDES. Algumas exposições foram feitas até com custo zero. Alunos do Museu de Arte Moderna (MAM) do Rio de Janeiro e do curso de arquitetura da Universidade Santa Úrsula, por exemplo, tiveram a oportunidade de expor seus trabalhos na Galeria do BNDES. Na avaliação de Carlos Augusto, eram iniciativas bastante modestas, principalmente quando comparadas com tudo o que foi feito depois, mas tiveram o mérito de marcar posição e consolidar a idéia do apoio à cultura. “Nosso objetivo era ocupar o espaço da Galeria e do Auditório e, ano a ano, conseguir verba para continuar esse trabalho”, explica ele. “Os bons resultados alcançados garantiram o aumento da dotação orçamentária e a permanência do projeto até os dias de hoje, o que comprova que estávamos certos em apostar e insistir na idéia de associar o BNDES à cultura”.

Ilustração 5



A Orquestra Sinfônica Brasileira (OSB), ao realizar uma série de concertos no Auditório do BNDES em 1985 e 1986, serviu de inspiração para o “Quintas no BNDES”, projeto responsável por promover, desde então, shows, peças de teatro e espetáculos de dança gratuitos às quintas-feiras na sede do Banco, no Rio de Janeiro.

Promover a Galeria e o Auditório não foi o único desafio relacionado à cultura enfrentado pelo DEPRO nos anos 80. Em 1987, com Márcio Fortes na presidência do BNDES, Luiz Carlos Bresser Pereira como ministro da Fazenda e Celso Furtado como ministro da Cultura, é discutida a possibilidade de o Banco fazer uso do mecanismo de financiamento via renúncia aprovado um ano antes e que passou a ser conhecido, desde então, como Lei Sarney (Lei nº. 7.505/86). São feitas consultas internas à Área Financeira para verificar a quantia passível de ser alocada através da referida lei com base no balanço do Banco em 1986. Em 23 de março de 1987, com o objetivo de disciplinar as aplicações do Sistema BNDES em conformidade com a Lei nº. 7.505/86, Márcio Fortes assina a Ordem de Serviço nº. 02/87, estipulando que:

1. Caberá à Área de Relações Institucionais (ARIN), através do Departamento de Projetos de Comunicação (DEPRO), analisar projetos de caráter cultural ou artístico, para fins de utilização dos benefícios fiscais previstos na Lei Sarney, e decidir sobre aqueles que terão apoio no âmbito da referida Lei;
2. Para o cumprimento do estabelecido no item anterior, a ARIN deverá manter entendimentos com as subsidiárias Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME) e BNDES Participações S.A. (BNDESPAR) e com a Área Financeira e Internacional (AFI), de forma a obter informações sobre a disponibilidade de recursos para a aplicação através da Lei Sarney;
3. As aplicações de que trata a presente Ordem de Serviço deverão privilegiar projetos de caráter cultural ou artístico que estejam de acordo com a estratégia de marketing cultural adotada para o Sistema BNDES.

Três meses depois, em 23 de junho de 1987, a Diretoria do BNDES aprova o primeiro apoio com benefício fiscal do Imposto de Renda (IR) a pagar da história do Banco: a doação, no âmbito da Lei Sarney, de CRZ\$ 6 milhões (seis milhões de cruzados, o equivalente a cerca de R\$ 1,5 milhão¹⁷) à Fundação Pró-Memória,

¹⁷ Conversão de valores feita com base no Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas.

órgão vinculado ao Ministério da Cultura, destinados a apoiar as atividades culturais realizadas no Paço Imperial, no Rio de Janeiro¹⁸.

Ilustração 6



O Antigo Paço Imperial, no Rio de Janeiro, instituição federal vinculada ao Ministério da Cultura tombada pelo IPHAN em 1938, inaugurou o apoio do BNDES em projetos culturais com base nas leis de incentivo via renúncia fiscal, ao receber em 1987 a doação de Cr\$ 6 milhões no âmbito da Lei Sarney.

O apoio à cultura via Lei Sarney, entretanto, não avançou dentro do BNDES¹⁹. Carlos Augusto Lima recorda que o DEPRO (depois DERIN) chegou a deslocar um funcionário para ficar responsável pelo atendimento e análise de

¹⁸ Aprovada pela Decisão de Diretoria DEC N°. DIR 194/87, sendo o Termo de Adesão registrado em 30/06/87 no 1º Ofício do Registro de Títulos e Documentos. No mesmo dia, o presidente Márcio Fortes envia carta ao ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, e ao ministro da Cultura, Celso Furtado, informando a doação.

¹⁹ A Lei Sarney foi considerada, desde o início, muito liberal e sujeita a fraudes, tendo recebido muitas críticas até ser extinta em 1990, no governo Collor de Mello.

pedidos, mas nada de muito significativo foi realizado, ficando como marco do período a doação feita ao Paço Imperial. “Se a cultura conseguiu chegar ao final dos anos 80 com algum destaque dentro do BNDES, isso é reflexo do trabalho realizado na Galeria e no Auditório pela equipe de Comunicação”.

Tanto é verdade que o regulamento do Espaço BNDES foi aprovado pelo presidente Márcio Fortes, através da Ordem de Serviço nº. 04/88, de 23 de agosto de 1988, sendo estipulado que o BNDES utilizaria a Galeria e o Auditório como instrumentos de sua estratégia de *marketing* institucional. Conforme está no item 4 da referida Ordem de Serviço, “o Espaço BNDES destina-se à apresentação de eventos culturais que contemplem a oportunidade de manifestação das variadas formas de expressão artística nos campos da música, teatro, poesia, fotografia, artes plásticas, artesanato, cinema e vídeo, entre outras”. O DEPRO ficou responsável pela administração do Espaço BNDES e pela programação dos eventos, que não poderiam ter finalidade comercial, não sendo permitida a cobrança de ingressos para os eventos no Auditório, bem como sendo vedada a comercialização de obras de arte no âmbito da Galeria.

Na década de 90, quando as leis de incentivo são consolidadas e a cultura ganha nova dimensão dentro do BNDES, a Galeria do Espaço BNDES vai adquirir mais uma função: difundir a importância da preservação do patrimônio edificado nacional através da montagem de exposições relacionadas, direta ou indiretamente, a projetos de restauro apoiados pelo BNDES no âmbito da Lei Rouanet.

2.3. A institucionalização da cultura e a opção pela preservação

O patrocínio cultural floresceu em todo o mundo a partir da década de 70, impulsionado pela mudança de orientação do tradicional foco no produto para o foco no mercado. No Brasil, essa prática passou a ser realmente utilizada nos anos 90, quando as regras neoliberais de enxugamento do tamanho e das funções do Estado ganharam força e determinaram a adoção de um modelo de financiamento da cultura mais alinhado com a ideologia norte-americana de que a cultura precisa ser encarada como um negócio, devendo se autofinanciar e se submeter às regras do mercado²⁰. Com o presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), as leis federais de incentivo à cultura são transformadas, com a ajuda das empresas estatais, em instrumento maior de uma política cultural centrada no benefício de renúncia fiscal.

Antes mesmo de assumir, o governo FHC iniciou o movimento de propagação dos benefícios do financiamento cultural das duas leis federais existentes: a Lei do Audiovisual e a Lei Rouanet²¹. Um dos alvos foi o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Várias correspondências, tanto internas quanto externas, sinalizam o esforço que começa a ser feito para que o Banco adote as duas leis existentes e, com essa medida, auxilie na divulgação dos seus benefícios. Um dos registros existentes dessa época é um memorando, com data de dezembro de 1994, do superintendente da Área de Relações Institucionais (ARIN), Paulo Sérgio Ferracioli, em resposta a uma consulta interna sobre a viabilidade de utilização dos mecanismos fiscais de

²⁰ Até então, o Brasil teve sempre como parâmetro o modelo francês de financiamento da cultura, onde cultura e arte fazem parte indissociável da identidade e do prestígio de uma nação, sendo o apoio dos poderes públicos fundamental para a garantia de manutenção desses valores.

²¹ A Lei do Audiovisual (nº. 8.685/93) é uma lei federal de incentivo à produção cultural cinematográfica elaborada por Antônio Houaiss no governo Itamar Franco. A Lei Rouanet (nº. 8.3135/9) é uma lei federal de incentivo à cultura de uma maneira geral conhecida até hoje pelo nome do secretário de cultura do governo Collor, Sergio Paulo Rouanet.

apoio à cultura da Lei Rouanet²². Nesse documento, era sinalizada a necessidade de se aprofundar os estudos sobre o assunto, visto que “parecia viável a utilização da Lei Rouanet pela ARIN”.

Em março de 1995, a Área Jurídica do BNDES elabora um parecer²³ em resposta à consulta feita pelo então gerente do Departamento de Relações Institucionais (DERIN), José Carlos Gonçalves Sobral, a respeito dos procedimentos necessários para uso dos incentivos fiscais e financeiros concedidos pelo Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC) em atividades do Espaço BNDES. No referido parecer, é informado que o exercício de atividades artístico-culturais não é objetivo social do BNDES e que “os projetos atinentes ao seu Espaço Cultural não atendem às finalidades do PRONAC, não podendo, por conseguinte, este Banco se qualificar como beneficiário dos ***incentivos financeiros*** concedidos pela Lei nº. 8.313/91”. A única hipótese de habilitação aos benefícios do PRONAC, de acordo com o parecer, seria o BNDES criar uma instituição cultural sem fins lucrativos, idéia que foi totalmente descartada.

Novo parecer é elaborado pela Área Financeira em junho de 1995²⁴, dessa vez em resposta à solicitação do DERIN de detalhamento dos procedimentos para aplicação de recursos em forma de doação ou patrocínio no âmbito da Lei Rouanet. Nesse documento, é informado que o Banco pode fazer jus às deduções de imposto de renda atinentes a aplicações, sob a forma de patrocínio, desde que “em projetos de terceiros, cujos executores sejam pessoas físicas de natureza cultural, de caráter privado”. Apesar da resposta favorável, só um ano mais tarde será autorizada pela Diretoria do BNDES a atividade de patrocínio cultural com base na Lei Rouanet.

²² Desde quando a Lei Rouanet foi criada, a equipe da Área de Relações Institucionais (AR) procurava alternativas e caminhos para que ela pudesse ser usada pelo BNDES. Foram feitas várias consultas, formais e informais, principalmente à Área Financeira do Banco, entre elas uma consulta interna, datada de 15/02/93, e um pedido de parecer, de 22/03/93, ambos solicitados pela AR/DERIN/GECOM.

²³ AJ/DAEST/GEAST nº. 12/95, de 06/03/95.

²⁴ AJ/DAEST/GEAST nº. 24/95, de 29/06/95.

Antes será aprovada, através da Decisão de Diretoria DEC. Nº. DIR 345/95, de 01/09/95, o apoio à produção cinematográfica brasileira para o fortalecimento e a expansão das ações de *marketing* cultural do BNDES por intermédio da Lei do Audiovisual. É importante destacar que, nessa época, não existia no Banco uma gerência para tratar de assuntos culturais, sendo o apoio ao cinema e, mais tarde, o apoio a projetos de restauro, atribuições da Gerência de Publicidade da ARIN ²⁵.

Enquanto o BNDES estréia o apoio a projetos cinematográficos e estuda a melhor maneira de fazer uso da Lei Rouanet, a divulgação promovida pela equipe do governo FHC dos benefícios das leis de incentivo provoca um outro tipo de movimentação: produtores culturais começam a bater à porta das empresas para solicitar apoio para seus projetos. José Pio Borges, vice-presidente do BNDES nessa época ²⁶ lembra que

existia uma situação de demandas definidas. Algumas demandas meritórias e outras, nem tanto. Como a Lei Rouanet é abrangente e permite o apoio a um sem número de atividades culturais e, naquele momento, havia um esforço de governo para que ela se tornasse realmente viável, a influência política também era muito grande. Nós vivíamos uma situação diária de pressão para atender essas demandas e foi preciso quebrar a cabeça até encontrarmos uma saída que permitisse fazer o apoio à cultura via Lei Rouanet alinhado ao perfil do BNDES e à sua missão primordial de banco de desenvolvimento²⁷.

A primeira divisão foi fácil, feita em cima das características das duas leis federais que existiam. “Como a Lei do Audiovisual foi criada para o cinema, o BNDES decidiu apoiar o setor somente através dela, apesar da Lei Rouanet também permitir o patrocínio de atividades cinematográficas”, explica Pio Borges. “O outro desafio, então, foi delimitar qual seria o escopo de apoio do BNDES para

²⁵ A gestão de projetos culturais em departamentos e gerências de publicidade não ocorreu apenas no BNDES, sendo uma situação comum nas demais empresas, em especial nas estatais, dado que as mesmas foram precursoras no uso das leis de incentivo.

²⁶ Pio Borges, funcionário de carreira do BNDES, foi vice-presidente por duas vezes: de 1990 a 1993 e de 1996 a 1998. Entre novembro de 1998 a julho de 1999 ocupou o cargo de presidente da instituição.

²⁷ Entrevista concedida em 08/06/2008. As demais declarações que aparecem neste Capítulo são referentes à entrevista realizada nesse dia.

a Lei Rouanet”. De acordo com ele, foram recebidas algumas demandas na área de patrimônio, de restauro e, em conversa com o então superintendente da ARIN, Hélio Hermeto Filho, eles chegaram à conclusão de que o BNDES precisava ter foco para fazer realmente alguma diferença no campo cultural.

Nossa idéia era que o restauro do patrimônio tinha tudo a ver com o Banco. Afinal, o BNDES é um banco de desenvolvimento e está voltado para o futuro. E para ter um futuro, você precisa ter um passado. Apoiar a preservação do passado, com certeza, iria complementar a ação do Banco de investir no futuro.²⁸

A partir da decisão tomada, o segundo passo, conta Pio Borges, foi conversar com diversos parceiros, delimitar como seria feito esse apoio, institucionalizar, enfim, a ação cultural do BNDES em projetos de restauro. Nesse contexto, o IPHAN acabou desempenhando papel importante. No dia 08 de agosto de 1996, o então presidente do IPHAN, Glauco Campello, encaminha ao BNDES o Ofício nº. 246/96 solicitando oficialmente ao BNDES a participação, como provedor de recursos na restauração e conservação de

prédios representativos desde o século XVI [...] que estão sujeitos a perder as suas características originais, ou a causarem lacunas em nossa memória histórica, caso não se submetam a um processo de restauração e conservação permanente.

É proposta uma parceria, a ser viabilizada através da Lei 8.313/91 (regulamentada pelo Decreto 1.494/95), “a exemplo do que já vem acontecendo com outras empresas estatais, dentre elas, Petrobras, Companhia Vale do Rio Doce, Embratel”. O IPHAN, nessa parceria, ficaria responsável, no curso das restaurações, por todo o acompanhamento técnico necessário à realização e conclusão das obras. Por fim, o presidente Glauco Campello sugere o patrocínio da restauração da Antiga Casa da Moeda no Rio de Janeiro, “extraordinário bem tombado que abriga o Arquivo Nacional na Praça da República”.

²⁸ Pio Borges admite que a decisão pelo apoio ao restauro teve também motivações subjetivas. Ele, por ter morado na Bahia, e Hélio Hermeto, por ser mineiro, possuem uma relação de admiração e amor pelo barroco brasileiro.

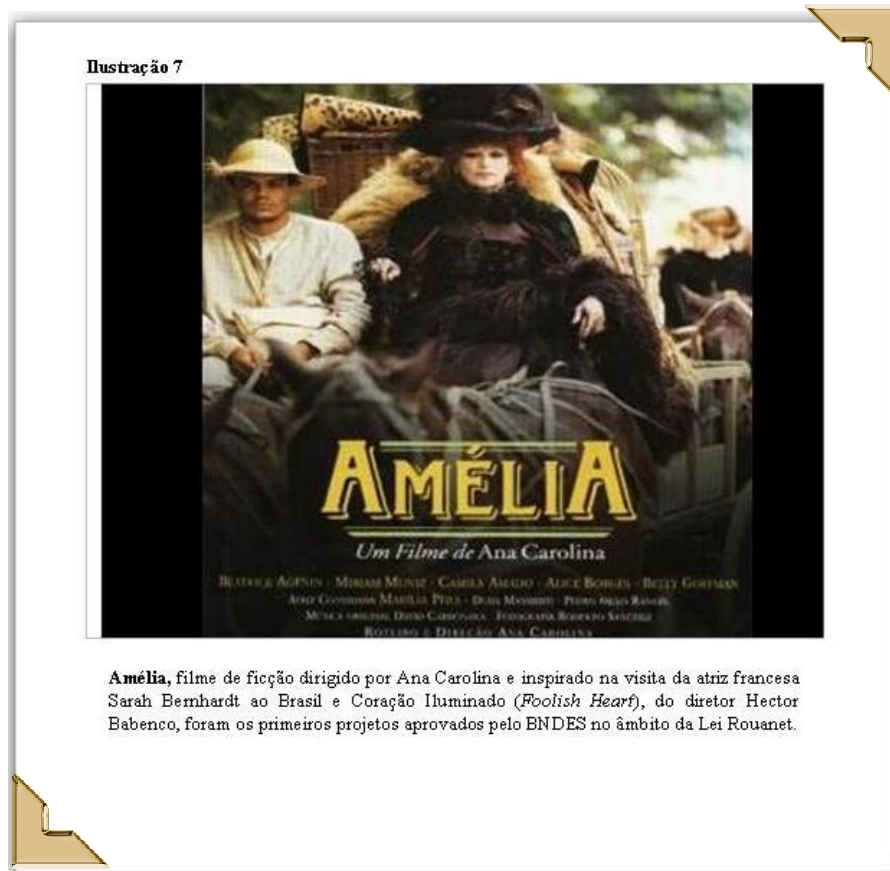
Em 26 de agosto de 1996, é aprovada pela Diretoria a Decisão DEC Nº. DIR 332/96, autorizando, como atividade de relação institucional, a colaboração financeira, na forma de patrocínio, no âmbito da Lei nº. 8.313/91, “exclusivamente a projetos relacionados à restauração e conservação do patrimônio histórico arquitetônico tombado pela União, indicados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), respeitados o limite legal de dedução máxima do imposto de renda e o lucro real anual apurado”. Para Pio Borges, a decisão de levar para a Diretoria o conceito de que a Lei Rouanet seria usada, fundamentalmente, em projetos de restauro foi determinante para o seu sucesso:

Em parte, eu credito a continuidade do apoio ao restauro a essa decisão de consultar a Diretoria e pedir autorização, o que, na prática, não precisava ser feito mas que, além da publicidade positiva gerada, conseguiu evitar as outras ações culturais permitidas pela lei, mas que não tínhamos como avaliar o mérito. Foi feito um recorte na Lei Rouanet, o que garantiu que a maior parte dos recursos, desde então, fosse aplicada em projetos relacionados à preservação do patrimônio.

Além da aprovação pela Diretoria, foi celebrado, em 07 de novembro de 1996, um Convênio entre o BNDES, o Ministério da Cultura e o IPHAN visando apoiar projetos culturais específicos, relacionados à restauração e conservação do patrimônio histórico arquitetônico tombado pela União. Na prática, o IPHAN indicava os bens que precisavam ser restaurados e que já tinham aprovados pelo PRONAC/MInc e o BNDES selecionava, dentre eles, os que iria apoiar, com base em critérios específicos de análise pré-definidos pelo Banco. Depois, eram enviados relatórios trimestrais sobre o andamento das obras e intervenções realizadas em bens tombados que receberam aporte do BNDES. Esse convênio foi renovado em 1997 e 1998, deixando de vigorar a partir de 1999.

A Decisão Nº. DIR 332/96 decide, ainda, permitir o apoio excepcional, no ano de 1996, a dois filmes no segmento cultural de produção cinematográfica independente: “*Foolish Heart*”, do diretor Hector Babenco produzido pela HB Filmes Ltda.; e “Páscoa em Março” (o título foi alterado posteriormente para

“Amélia”), produzido pela Crystal Cinematográfica Ltda e dirigido por Ana Carolina, cada um no valor de R\$ 300 mil. “Eram dois projetos meritórios que precisavam de recursos para sua finalização, mas não havia mais tempo hábil para consegui-los através da Lei do Audiovisual, o que justificou a decisão do apoio excepcional”, argumenta Pio Borges.



Fica estipulado, pela mesma Decisão de Diretoria, que a Área Financeira confirmaria, anualmente, o valor do incentivo fiscal para aplicação na Lei Rouanet. Em 1997, o BNDES transforma a idéia do apoio à preservação em ações, com a aprovação e o desembolso de R\$ 5.118.037,78 para oito projetos de restauro, adaptação e/ou melhoria relacionados a bens culturais tombados pela União

previamente indicados pelo IPHAN. Todos esses pedidos de apoio foram analisados, aprovados e acompanhados em 1997 pela equipe da Gerência de Publicidade da ARIN. “Com o foco bem definido e uma carteira crescente de projetos culturais, decidimos criar uma gerência específica para tocar os pedidos de apoio relacionados ao cinema e ao patrimônio”, explica Pio Borges. Em 1998, a economista Solange Domingo Alencar Torres é convidada para ocupar o cargo de primeira gerente de Cultura do BNDES.

Quando eu assumi a Cultura, o objetivo do apoio à cultura era bem claro. O BNDES tinha interesse em lançar mãos dos benefícios concedidos pelas leis federais de incentivo, mas não para apoiar qualquer tipo de projeto. Guardada as proporções e as características de cada setor e de cada tipo de apoio, prevaleceu a mesma dinâmica de análise adotada no resto do Banco. Afinal, o BNDES é um banco de desenvolvimento. Ele não atua no varejo.²⁹

A preocupação tinha fundamento. Em 1998, apesar da decisão de privilegiar o apoio a projetos de restauro, houve muita pressão para que o BNDES aprovasse outros tipos de projeto enquadrados na Lei Rouanet, principalmente relacionados à edição de livros. Com Pio Borges na presidência, é apresentada a proposta de fortalecer ainda mais o foco no patrimônio, com a elaboração de um regulamento para projetos de restauro. E em 09 de março de 1999, é aprovado pela Diretoria, através da Resolução nº. 945/99, o primeiro Regulamento do BNDES para Patrocínio a Projetos Culturais, no âmbito da Lei Rouanet³⁰. Na avaliação de Pio Borges já havia

uma considerável massa crítica para o BNDES fazer a escolha dos projetos. Continuamos com o apoio do IPHAN, mas nesse momento não havia mais a necessidade de um convênio entre as duas instituições. Era preciso, isso sim, um instrumento claro para o fortalecimento da opção pelo restauro. Por outro lado, havia o

²⁹ Entrevista concedida em 24/06/2008. As demais declarações que aparecem neste Capítulo são referentes à entrevista realizada nesse dia.

³⁰ O regulamento fixou, oficialmente, o valor anual de desembolso, no âmbito da Lei Rouanet, em R\$ 5 milhões.

interesse em dar mais transparência ao processo, o que seria possível com a adoção de um regulamento próprio.

A institucionalização da cultura e a criação de um regulamento específico para apoio à restauração através da Lei Rouanet foram dois passos importantes para o BNDES consolidar uma posição de destaque no processo de validação das leis de incentivo entre as estatais, conforme o direcionamento do governo Fernando Henrique Cardoso. “Outras estatais podiam até ter um orçamento maior para projetos culturais, mas o BNDES foi precursor na idéia de focar em um tipo de ação, em direcionar sua atuação e, com isso, fortalecer um segmento específico”, afirma Pio Borges. “Em apenas dois anos, 1997 e 1998, o BNDES obteve importantes premiações em reconhecimento da sua atuação na área cultural, entre elas o Prêmio Rodrigo de Melo Franco de Andrade e o título de Patrono da Cultura Brasileira³¹”, complementa Solange Torres.

Nessa época, o apoio à cultura era visto como uma ação de *marketing*, uma estratégia de comunicação. O perfil do BNDES, no entanto, provocou desdobramentos mais profundos além do fortalecimento da sua imagem institucional. Desde o início, houve uma preocupação com a sustentabilidade do bem restaurado e com aspectos sociais, educacionais e de geração de emprego. Conforme explica Solange Torres, cada projeto era analisado também por outros ângulos, além da urgência de intervenção por conta da degradação em que o bem se encontrava. “A gente sempre se perguntava o que o BNDES queria com o apoio a cada restauro, e a resposta sempre indicava algo mais do que vincular a imagem do BNDES à preservação da memória nacional”.

Ainda em 1999, ocorre outra mudança que vai contribuir, de maneira significativa, para o fortalecimento da cultura dentro do BNDES. Elizabeth Maria de São Paulo assume a superintendência da Área de Relações Institucionais (ARIN) e sua gestão será marcada por uma visão mais arrojada e dinâmica e um

³¹ O Prêmio Rodrigo de Melo Franco de Andrade é concedido pelo IPHAN e o de Patrono da Cultura Brasileira pelo Ministério da Cultura.

aumento da importância das ações de comunicação e de cultura para o BNDES. Funcionária de carreira, Beth São Paulo já havia ocupado o cargo de gerente de Publicidade no final dos anos 80, tendo participado ativamente da campanha de privatização realizada naquela época³².

Quando assumi, me apaixonei pela cultura e, em especial, pelo trabalho que vinha sendo feito pelo Banco na área de patrimônio. Eu não participei da decisão de focar em projetos de restauro, mas acredito que escolheram bem demais. O BNDES conseguiu marcar posição, ocupar um espaço que a iniciativa privada não tinha interesse. Se o BNDES é o banco do ativo fixo, não tem nada mais fixo, no campo cultural, do que “pedra e cal”, do que restauro do patrimônio arquitetônico e histórico. É a cara do BNDES. Afinal, a ação do Banco está fortemente relacionada ao desenvolvimento e construção do futuro. E não dá para falar em futuro sem preservar o passado.³³

Beth São Paulo ressalta que a lógica de mercado presente no mecanismo de financiamento de cultura através da renúncia fiscal não se aplica totalmente às ações desenvolvidas pelo BNDES, visto que o mesmo possui uma estrutura diferenciada se comparada com as demais empresas, inclusive as estatais. “O *marketing* cultural, no BNDES, nunca teve como objetivo aumentar vendas, ganhar o consumidor. Sempre foi muito mais um trabalho de utilidade pública, de prestação de contas à sociedade, ao cidadão”, acredita. “É claro que o retorno é importante, até porque estamos falando de recursos públicos, mas não está vinculado a regras de mercado”³⁴.

Uma das características mais marcantes da gestão de Beth São Paulo é a forte integração das ações de comunicação e cultura, resultando em uma maior divulgação e reconhecimento do trabalho que era realizado pelo BNDES. Muitas

³² Beth São Paulo saiu da publicidade para cursar o mestrado em Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) no início dos anos 90.

³³ Entrevista concedida em 2/05/2008. As demais declarações que aparecem neste Capítulo são referentes à entrevista realizada nesse dia.

³⁴ Uma prova está no perfil dos projetos selecionados. Antes de o patrimônio ser enquadrado no Artigo 18 da Lei Rouanet (o que permite a dedução integral dos recursos), o BNDES aprovou inúmeros projetos de restauro enquadrados no Artigo 26 da Lei Rouanet, com a dedução de apenas 30% do valor aplicado. Apesar da utilização de recursos próprios nesses apoios, nunca foi feita divulgação sobre o assunto.

das atribuições da ARIN, transformada em Área de Comunicação e Cultura (ACO) em 2001, eram desenvolvidas simultaneamente ou complementarmente por mais de uma gerência. “Eu me reunia com os gerentes de Publicidade, Cultura, Imprensa, Eventos e Atendimento e, assim, era possível traçar uma estratégia conjunta de ação”.

José Carlos Gonçalves Sobral, gerente na época, destaca entre esses projetos integrados a exposição realizada na Galeria do BNDES com fotografias do acervo do projeto de construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré³⁵, restauradas pelo Banco no âmbito da Lei Rouanet; e a exposição sobre a Igreja de Igarassu (PE), também objeto de apoio do BNDES, que mostrou o antes e depois do projeto e as dificuldades técnicas de recuperação de bens tombados, inclusive com a montagem de uma pequena oficina de restauração na Galeria. Para Sobral, a oportunidade de

saber o que cada gerência estava fazendo contribuiu para uma troca intensa de informações e para o surgimento de idéias inovadoras de integração dos projetos sob a responsabilidade da Área de Comunicação. Parte do acervo de fotos da estrada Madeira-Mamoré, por exemplo, além de gerar uma exposição, foi usada na elaboração do Relatório Anual de Atividades do BNDES. Foi uma sugestão minha, encampada pela Beth São Paulo e que permitiu aumentar a visibilidade das ações desenvolvidas pelo Banco nessa área.³⁶

O esforço de integração e de fortalecimento das atividades desenvolvidas, em especial em relação ao restauro do patrimônio, resultou na aprovação de um novo regulamento em 2002, aumentando os recursos disponíveis para aplicação na Lei Rouanet³⁷. “O trabalho que estava sendo desenvolvido na área de patrimônio era realmente importante, mas o orçamento era muito tímido. Foi uma

³⁵ As fotos são de autoria do fotógrafo Dana B. Merrill e registram a construção da ferrovia Madeira-Mamoré, entre 1909 e 1921, na Amazônia.

³⁶ Entrevista concedida em 18/07/2007. As demais declarações que aparecem neste Capítulo são referentes à entrevista realizada nesse dia.

³⁷ Resolução nº. 998/2002, de 25 de março de 2002.

conquista dobrar o orçamento, que passou de R\$ 5 milhões para R\$ 10 milhões”, lembra Beth São Paulo.

Com um maior volume de recursos, o BNDES decidiu aprimorar as ferramentas de análise, intensificando a importância de aspectos como a sustentabilidade do bem restaurado e o desenvolvimento na região onde o bem está localizado, além de buscar uma aproximação com outras áreas do Banco. Muitos projetos foram desenvolvidos, inclusive, em parceria com a Área Social. “Nós fomos responsáveis, por exemplo, pelo projeto de restauro na Serra da Capivara, no Piauí, mas a Área Social conseguiu ampliar os resultados dessa ação, financiando creche, ambulatório, formação de guias para o local e educação focada em restauro”, conta Beth São Paulo. “Afim, a cultura não pode estar dissociada da idéia de desenvolvimento. Ela gera emprego, renda, impulsiona o avanço social e contribui para o fortalecimento da cidadania”.

Ao completar 50 anos, em 2002, o BNDES adota oficialmente o conceito “Cultura é Desenvolvimento”, consolidado através das seguintes ações:

1. Apoio à indústria cinematográfica brasileira, por intermédio da Lei do Audiovisual (Lei nº. 8.685/93);
2. Apoio à preservação do patrimônio nacional edificado, tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), por intermédio da Lei Rouanet (Lei nº. 8.313/91);
3. Projeto “Quintas no BNDES”, com shows gratuitos de música, dança e artes cênicas no Auditório, no Rio de Janeiro;
4. Exposições realizadas na Galeria e no hall externo do BNDES, no Rio de Janeiro.

A análise do apoio ao patrimônio já engloba, conforme os dossiês consultados de projetos aprovados em 2002, 2003 e 2004 pelo BNDES, uma série de critérios capazes de dimensionar a importância de cada um deles para a comunidade e para a região onde estão inseridos. Ainda são priorizados os imóveis tombados pela União, com a justificativa de que essa medida garante que

os recursos serão aplicados em construções que não correm o risco de serem demolidas, mas verifica-se uma tentativa mais nítida de aproximação entre a economia e a cultura. Na análise dos projetos, são levadas em consideração outras variáveis, como:

- sustentabilidade do projeto;
- inclusão de ações de formação de mão-de-obra;
- geração de emprego;
- preservação da diversidade arquitetônica;
- distribuição regional dos projetos;
- desenvolvimento local e do turismo na região.

Ana Luiza Landim, gerente de Cultura de 2003 a 2005, explica que havia uma preocupação grande em aprovar projetos que cumprissem essas exigências, mas ressalta que era muito raro um projeto abarcar todas as variáveis, até pelo perfil do setor, ainda pouco acostumado a incluir a dimensão econômica nos objetivos dos projetos elaborados.

Mas a cada novo apoio, era possível avançar um pouco mais, fazer novos ajustes e, assim, aprimorar o uso dos recursos desembolsados no âmbito da Lei Rouanet, mais alinhado com a própria missão do BNDES. Havia um consenso de que cada pequena conquista era fruto desse processo de trabalho contínuo e também do respeito ao que já havia sido feito antes.

Em 2004, o BNDES amplia ainda mais seu raio de atuação na área cultural, dessa vez por determinação do governo Lula³⁸. Em linha semelhante à experiência de apoio a projetos culturais de restauro, é implantado, por intermédio da Resolução nº. 1122/2004, de 27 de setembro de 2004, o Programa de

³⁸ Outras instituições, além do BNDES, criaram nessa época programas específicos de apoio à guarda e preservação do acervo nacional, entre elas a Petrobras, a Caixa Econômica Federal e o IPHAN. Em parte, a determinação do governo federal de criar programas específicos nessa área foi um reflexo do fim das atividades da Fundação Vitae no Brasil. Fruto da venda de empresas do conglomerado Hotchschild, a Fundação Vitae nasceu com recursos limitados destinados a projetos de acervo. Foram investidos aproximadamente R\$ 340 milhões até agosto de 2006, quando suas atividades foram encerradas no Brasil.

Preservação de Acervos do BNDES, que prevê o apoio a projetos de preservação de acervos arquivísticos, bibliográficos e museológicos. A dotação do programa, constituída com recursos próprios provenientes do Fundo Cultural ³⁹ do BNDES, foi estipulada inicialmente em R\$ 5 milhões para investimentos não-reembolsáveis, com teto máximo para cada projeto em R\$ 500 mil ⁴⁰. Com essa medida, o apoio do Banco em ações de preservação passa a priorizar, a partir de 2004, o apoio às seguintes categorias de patrimônio:

- Patrimônio Edificado: são os bens imóveis representativos do processo histórico nacional como casas, igrejas, conventos, museus e fortes, entre outros;
- Patrimônio Urbanístico: conjuntos urbanos considerados referência na formação da personalidade específica de um lugar e de seus moradores, podendo ser representados por bairros e cidades, incluindo as paisagens urbanas;
- Bens Móveis: conjuntos de elementos artísticos, artefatos culturais e objetos significativos para a memória;
- Bens Integrados: são os elementos artísticos e artes aplicadas, constituindo a ornamentação que forma o ambiente arquitetônico das edificações;
- Patrimônio Documental: são bens móveis, mas formados pelos documentos que constituem o acervo histórico e fontes de comprovação de fatos históricos e memoráveis.

Mas é em 2005 que, definitivamente, o BNDES consolida o conceito de que “Cultura é Desenvolvimento”, ao adotar uma política cultural de patrimônio oficialmente centrada em aspectos econômicos e sociais e fortemente associada ao desenvolvimento local das cidades. Em 10 de dezembro, é aprovado pela Diretoria a Resolução nº. 1232/2005 um novo regulamento para patrocínio a projetos relativos ao patrimônio histórico e arqueológico brasileiro no âmbito da Lei

³⁹ Cabe ressaltar que o Estatuto Social do BNDES, em seu artigo 9º, prevê o apoio, utilizando recursos não reembolsáveis, a projetos e investimentos de caráter social, ambiental ou cultural e a projetos de natureza científica e tecnológica.

⁴⁰ Em 15 de abril de 2008, foi aprovada pela Diretoria a Resolução nº. 1589/2008, aumentando o valor total da aplicação a ser feita no Programa de Acervos em até R\$ 8 milhões. Em 2008 é proposto novo aumento no orçamento, para R\$ 12 milhões.

Rouanet, mais abrangente do que os anteriores e com um orçamento bem mais significativo, de R\$ 20 milhões anuais.

De acordo com o novo regulamento, passam a ter prioridade os projetos relacionados a programas de revitalização (urbana, artística e econômica) que abram novas oportunidades às cidades históricas brasileiras e resultem também em benefícios efetivos à população dessas cidades. Além da restauração, o programa permite a inclusão de apoio à modernização e à equipagem das instalações para abrigar atividades públicas e melhorias nas áreas de entorno das cidades, como iluminação, calçamento, paisagismo e áreas de acesso. Agora, o objetivo do BNDES é restituir plenamente aos monumentos sua função social através de sua reintegração à cidade e à vida dos seus moradores.

A nova política de patrimônio do BNDES passa a tratar a cultura como uma dimensão para o desenvolvimento sustentável e está em sintonia com os objetivos defendidos pelo atual presidente do IPHAN, Luiz Fernando de Almeida. O discurso entre o BNDES e o IPHAN está tão afinado que a nova política adotada pelo Banco para o patrimônio foi oficialmente inaugurada no dia 08 de fevereiro de 2006, em Ouro Preto, durante a solenidade de posse de Luiz Fernando de Almeida como presidente do IPHAN. Em seu discurso de posse, Luiz Fernando ressaltou que "o patrimônio como instituição, deve se colocar onde ainda não se colocou, como parceiro das comunidades". Também afirmou que "a junção do Programa Monumenta ao IPHAN, que é lógica por todos os sentidos, junto da definição das estratégias de patrocínio das estatais explicitará a dimensão unitária de política pública na esfera federal".⁴¹

A integração entre a política de preservação adotada pelo BNDES e o Programa Monumenta, implantado no Governo Fernando Henrique Cardoso e redimensionado no governo Lula, aparece mais claramente no novo regulamento.

⁴¹ "BNDES inaugura em Ouro Preto sua nova política cultural", matéria publicada em 8/2/2006 e disponível em www.radiobras.gov.br. Consulta realizada em 15/02/2006.

De acordo com a Resolução nº. 1232/2005, o apoio do BNDES, no âmbito da Lei Rouanet, deve ser feito mediante duas categorias de projetos:

1. Cidades-pólo: a cada biênio serão escolhidas três cidades-pólo que serão apoiadas com pelo menos dois projetos, que deverão atender a determinados critérios de modo a criar uma sinergia entre eles;
2. Bens tombados de alto significado: Projetos relativos a bens tombados que estejam fora das cidades-pólo, mas que sejam significativos para a história e para a memória brasileira.

Na realidade, desde que iniciou o apoio a projetos relacionados à preservação, o BNDES sempre procurou se adequar às exigências técnicas e diretrizes de governo com o objetivo de oferecer uma ferramenta de apoio capaz de contribuir efetivamente para o desenvolvimento econômico e social de determinada cidade ou região. A decisão de focar em projetos de restauro buscou não só preservar edifícios e ambientes históricos fundamentais para a consolidação da identidade nacional, mas também reintegrá-los à sociedade, dando-lhes um caráter educacional, econômico e gerador de emprego e renda.

Vários dos projetos já apoiados pelo BNDES seguem essa linha, ou seja, já estavam em consonância com o Programa Monumenta, que visa estabelecer um processo de revitalização dos sítios urbanos que dê sustentabilidade ao patrimônio e que contribua para a elevação da qualidade de vida das comunidades envolvidas. Até mesmo o relacionamento bastante próximo com o IPHAN não é uma novidade. Hoje, boa parte das operações de patrocínio aprovadas pelo BNDES decorre de sugestões ou recomendações encaminhadas pelo IPHAN, exatamente como era feito nos primeiros anos, com base no convênio assinado entre os dois órgãos federais.

O que parece ter mudado é o peso que o atual governo passou a dar à dimensão econômica do patrimônio nacional e da cultura de uma maneira geral. Com Lula, o discurso da cadeia produtiva da cultura é mais valorizado, abrindo espaço, inclusive, para o BNDES criar linhas de financiamento próprias, como as já existentes para os demais setores da economia nacional.

2.4. Da política de incentivo à cultura ao planejamento da economia da cultura

A retomada do papel do Estado pelo atual governo do presidente Lula como fomentador e até mesmo ampliador de diretrizes na área cultural alterou as formas de patrocínio e reestruturou os mecanismos de investimentos. Atualmente existe um outro olhar sobre o investimento à cultura, mais atrelado à dimensão econômica e à cadeia produtiva de diversas manifestações culturais. Essa dinâmica de fomento à economia da cultura como um dos eixos prioritários de ação do Ministério da Cultura provocou mudanças também na forma de atuação do BNDES, que, mais uma vez, procura alternativas para ajudar a promover o setor, agora dentro da lógica de desenvolvimento da cultura.

A primeira mudança significativa pôde ser sentida, no final de 2005, com o lançamento de um novo regulamento para o apoio ao patrimônio. Em 2006, uma reestruturação interna elevou a Gerência de Incentivo à Cultura à categoria de departamento. Através da Resolução nº. 1.313/2006, de 23 de junho de 2006, foi aprovada pela Diretoria do BNDES a criação do Departamento de Economia da Cultura (DECULT), subordinado diretamente ao Gabinete da Presidência. A economista Luciane Gorgulho é convidada a chefiar o DECULT, com a incumbência de dar um peso maior à questão dentro do BNDES através da implantação de programas novos e empréstimos ligados a usuários da cadeia produtiva da cultura. “O DECULT foi criado para trabalhar com informação, capacitação e promoção de negócios”, explica Luciane ⁴².

Luciane destaca que o desenvolvimento da economia da cultura exige mecanismos diversificados de fomento, diferentes dos que até então foram utilizados nas políticas de fomento à cultura com base nas leis de incentivo fiscal. “É preciso formular ações mais integradas e contínuas capazes de eliminar

⁴² Entrevista concedida em 2/02/2008. As demais declarações que aparecem neste Capítulo são referentes à entrevista realizada nesse dia.

gargalos e, ao mesmo tempo, identificar novas oportunidades de mercado”. Nessa nova concepção, o projeto “Quintas no BNDES” e a Galeria – ações com caráter maior de relacionamento institucional – passam a ser atribuição do Departamento de Comunicação, ficando o DECULT com duas gerências, uma para patrimônio e acervo e outra para cinema.

Um ano mais tarde, em 2007, já na gestão de Luciano Coutinho como presidente do BNDES, o DECULT vira um departamento na Área Industrial. Mas a mudança foi feita depois de muita polêmica e debate, conforme conta Luciane Gorgulho:

Muita gente se posicionou contra o DECULT ficar vinculado ao Gabinete da Presidência com o novo discurso da economia da cultura adotado pelo Banco. Se foi criado um departamento para operar a economia da cultura, ele deveria ficar em uma área operacional. Esse argumento prevaleceu, mas reconheço que não foi fácil fazer essa mudança, pois havia muita gente contra também. No final, a preocupação foi maior do que os problemas. Do ponto de vista operacional, a ida para a Área Industrial foi extremamente positiva, permitindo que a cultura ganhasse um espaço mais significativo na dinâmica de financiamento do BNDES.

Parte da dificuldade de inserir o DECULT em uma área operacional está relacionada à própria natureza do setor cultural. Qual a área ideal para abrigá-lo? Além da Área Industrial, foram cogitadas a Área de Mercado de Capitais (sinergia com instrumentos de risco, garantindo uma maior aproximação com a cadeia do cinema) e a Área Social (por trabalhar com planejamento urbano, opção que poderia dar mais ênfase às ações de restauro dos centros históricos).

No final, a opção pela Área Industrial prevaleceu, mas ficou decidido que o DECULT, por ter um volume de desembolsos muito pequeno se comparado com os demais departamentos da área⁴³, precisava agregar outras atribuições. Em 21

⁴³ A Área Industrial era responsável, na época, por seis departamentos: Departamento de Agroindústria e de Bens de Consumo (DEAICO); Departamento de Indústria Eletrônica (DEIEL); Departamento de Indústria Pesada (DEPIP); Departamento de Biocombustíveis (DEBIO); Departamento de Produtos Intermediários Químicos e Farmacêuticos (DEFARMA) e Departamento de Comércio, Serviços e Turismo (DECOST).

de agosto de 2007, através da Resolução nº. 1.486/2007, a Diretoria extingue o Departamento de Economia da Cultura do Gabinete da Presidência (GP/DECULT) e altera a denominação do Departamento de Comércio, Serviços e Turismo (DECOST) para Departamento de Cultura e Serviços (DECULT), que passa a ter as seguintes atribuições, entre outras:

- Fomentar, estruturar e acompanhar o desenvolvimento de projetos relativos aos setores de comércio, serviços, turismo e cultura, bem como desenvolver ações institucionais visando o estabelecimento de parcerias e articulação com outras entidades e órgãos públicos e privados;
- Formular, gerir e avaliar os programas do Sistema BNDES para o setor da cultura;
- Selecionar os projetos culturais apoiados pelo Sistema BNDES, tais como os patrocinados no âmbito da Lei nº. 8.313/91 e da Lei nº. 8.685/93, e os projetos voltados à preservação de acervos;
- Planejar, gerir e avaliar as ações de *marketing* cultural do Sistema BNDES;
- Formular e estruturar operações de apoio financeiro a projetos de investimento relacionados ao setor da cultura com instrumentos reembolsáveis, inclusive de renda variável.

O conceito moderno que o BNDES procura imprimir, alinhado com a estratégia adotada pelo governo, é de que o Departamento de Economia da Cultura é uma atividade econômica geradora de emprego, renda e crescimento. A inserção do DECULT na malha operacional do BNDES, explica Luciane Gorgulho, significa um ganho e tem todo o bom senso de juntar os segmentos da indústria de serviços e da indústria em um mesmo locus de análise e acompanhamento.

De certa forma, podemos dizer que o DECOST possuía atribuições que são um pouco complementares ao DECULT. Entre elas, podemos citar as atividades ligadas ao setor do turismo, sinérgicas ao apoio que é feito pelo Banco em projetos de restauro; os pedidos de financiamento analisados no setor do comércio como, por exemplo, para instalação de shopping center, onde normalmente também são instaladas salas de cinema; e as ações ligadas ao fomento e

fortalecimento da cadeia produtiva do livro⁴⁴. Claro que nem tudo casou assim tão perfeitamente. As atividades culturais possuem dimensões subjetivas que as torna mais difíceis de serem enquadradas na dinâmica operacional do BNDES.

De qualquer forma, a mudança de discurso do BNDES na forma de operar a cultura como setor estratégico parece estar se consolidando aos poucos e pode ser conferida no conteúdo do site do Banco⁴⁵:

As atividades culturais constituem atualmente um dos setores mais dinâmicos da economia mundial, com impactos significativos e crescentes sobre a geração de renda e emprego e sobre a formação do capital humano das sociedades. Trata-se do setor que mais cresce, mais emprega e melhor paga em diversos países, superando setores mais tradicionais da economia. E mais do que isso, por serem baseados em criação e propriedade intelectual, os bens e serviços culturais se encontram no epicentro da chamada "economia do conhecimento", e integram, deste modo, um dos segmentos mais dinâmicos e atrativos da economia contemporânea, uma vez que, na atual fase da economia mundial, o que está cada vez mais no centro das disputas competitivas são os ativos intangíveis, baseados em criatividade, idéias, conceitos e valores e geradores de direitos de propriedade intelectual (marcas, patentes, direitos autorais).

Com a criação do DECULT, em 2006, o BNDES passou a oferecer, além dos recursos incentivados, todo o seu leque de instrumentos, com condições diferenciadas para as chamadas indústrias culturais⁴⁶. Com o objetivo de viabilizar o apoio ao desenvolvimento da indústria audiovisual brasileira, foi aprovado em outubro de 2006 o PROCULT – Programa de Apoio à Cadeia Produtiva do

⁴⁴ Com o objetivo de estimular a cadeia produtiva do livro no Brasil, o BNDES apresenta condições especiais para o segmento de edição de livros, entre elas o financiamento de forma direta a partir de R\$ 1 milhão, quando a regra geral é operar diretamente apenas financiamento acima de R\$ 10 milhões. Podem ser apoiados investimentos na aquisição de direitos autorais, de tradução, de revisão técnica, além de projetos de investimento que envolvam obras civis, instalações, capital de giro associado, entre outros itens. Por outro lado, foram realizados estudos para entender a melhor forma de apoiar e financiar projetos nessa área, inclusive com a edição, em 2005, do livro *A Economia da Cadeia Produtiva do Livro*, de Fábio Sá Earp e George Kornis.

⁴⁵ Disponível em www.bndes.gov.br

⁴⁶ Entre essas iniciativas, podemos citar a inclusão da cadeia produtiva do audiovisual como fornecedora no Cartão BNDES, produto que permite o uso automático de uma linha de financiamento com crédito rotativo, pré-aprovado, em até 36 parcelas fixas.

Audiovisual. O Programa abrange os seguintes segmentos: Produção, Distribuição e Comercialização, Exibição e Serviços de Infra-estrutura.

Em dezembro de 2006, foi aprovado o PROTVD – Programa de Apoio à Implementação do Sistema Brasileiro de TV Digital Terrestre que, através de mecanismos de financiamento e de participação acionária, oferece linhas de financiamento à emissoras para aquisição de obras audiovisuais de produtoras independentes brasileiras ou para desenvolvimento de conteúdo próprio. E em julho de 2007, mais um passo foi dado com a aprovação do regulamento que define as normas aplicáveis à participação do BNDES, BNDESPAR e FINAME em Fundos de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional – FUNCINE.

A criação de produtos e programas na área da cultura, no entanto, está muito mais voltado para o setor do audiovisual. De acordo com Luciane Gorgulho, o DECULT está centrando esforços para alargar essa concepção, integrar as ações do departamento, pois a economia da cultura possui um vasto potencial ainda não realizado de produção e distribuição de riqueza de forma sustentável. “As características inerentes a cada segmento, no entanto, permitem que o discurso da economia da cultura seja mais facilmente assimilado dentro da cadeia produtiva do audiovisual do que, por exemplo, em patrimônio e acervos”.

Apesar das dificuldades, o DECULT tem trabalhado para o apoio ao patrimônio se integrar mais fortemente ao conceito econômico da cultura. A filosofia que norteia o BNDES, nesse campo, evoluiu desde 1996. Há uma preocupação crescente em se restituir a função social e econômica, tanto dos bens restaurados quanto dos acervos recuperados, por meio de projetos de revitalização e uso sustentável. “A sustentabilidade do bem e do seu entorno é uma preocupação constante na análise dos projetos. É preciso garantir o uso do bem restaurado, envolver a sociedade, estimular a sua conservação”, complementa Luciane.

Com esse objetivo, a atual chefe de departamento da cultura está trilhando o caminho já percorrido por Elizabeth Maria de São Paulo, superintendente da Área de Comunicação e Cultura entre 1999 e 2004⁴⁷: uma aproximação com as outras áreas operacionais do BNDES, em especial com a Área Social.

Quando eu assumi, o primeiro biênio (2005-2007) das cidades-pólo já estava rodando. Minha preocupação foi fechar os projetos, não deu para fazer um trabalho profundo de integração. Agora, com as cidades do segundo biênio escolhidas (2007-2009), estamos buscando uma aproximação com a Área Social com o objetivo de potencializar nosso apoio. Minha idéia é conseguir usar todos os instrumentos disponíveis, articular as ações. Não podemos resumir nossa participação apenas no restauro e na recuperação dos bens.

A atual chefe do DECULT já visitou, em conjunto com integrantes da Área Social, as cidades de Marechal Deodoro, em Alagoas, e a cidade de Laguna, em Santa Catarina, duas das três cidades eleitas como cidades-pólo para o biênio 2007-2009 (a terceira cidade é Salvador). O objetivo é justamente aumentar a integração entre as duas áreas, colocando também na lista de prioridades da Área Social a análise de pedidos de financiamento nesses municípios. A idéia, explica Luciane, é discutir outros projetos que podem ser apoiados, trocar informações com as prefeituras e associações e tentar fechar uma agenda comum.

Nosso objetivo é articular as ações de patrimônio com a dinamização das cidades envolvidas usando os financiamentos existentes para o setor de turismo, projetos de urbanização e saneamento, além dos programas sociais. Ao focar os esforços em uma determinada cidade, é possível realmente transformar uma realidade tendo o patrimônio como condutor do processo.

Nesse contexto, o PMI – Projetos Multissetoriais Integrados, desempenha função importante. O PMI, atribuição da Área Social, é um conjunto de projetos que integram o planejamento e as ações dos agentes municipais em diversos setores com vistas a contribuir para a solução dos problemas estruturais dos

⁴⁷ Em 2003, na presidência de Carlos Lessa, a Área de Comunicação e Cultura foi transformada em Departamento de Comunicação e Cultura, e Beth São Paulo passou a ser chefe de departamento, mantendo as mesmas atribuições.

centros urbanos. Os projetos a serem financiados pelo BNDES também podem ser focados em um setor específico, como saneamento ou transporte, por exemplo, na medida em que compõem planos de governos municipais mais abrangentes.

Dentre as características especiais do Projeto Multissetorial Integrado podem ser destacadas: a formulação de soluções integradas, considerando-se as especificidades locais; o desenvolvimento de processos de participação das comunidades: o gerenciamento; o acompanhamento e avaliação dos resultados e metas estabelecidas; e manutenção e sustentabilidade das transformações promovidas. O PMI permite o financiamento dos seguintes itens:

- Urbanização e implantação de infra-estrutura básica, inclusive em áreas de risco e de sub-habitação;
- Infra-estrutura de educação, saúde, assistência social, esporte, lazer e serviços públicos;
- Recuperação e revitalização de áreas degradadas, de interesse histórico ou turístico;
- Saneamento ambiental;
- Transportes públicos de passageiros.

A aproximação do trabalho que vem sendo desenvolvido pelo BNDES na área de patrimônio com o setor de planejamento urbano e de turismo também é resultado do estreito relacionamento com o IPHAN. Com Luiz Fernando Almeida à frente da tradicional instituição responsável pela guarda e conservação do patrimônio nacional, a revitalização dos centros históricos ganhou novo fôlego. Em 2006, o Programa Monumenta foi incorporado ao IPHAN, o que fortaleceu dentro do governo a ação de associar a preservação do patrimônio histórico ao desenvolvimento local.

Na realidade, a valorização do patrimônio como um parceiro do desenvolvimento da cidade, presente na concepção do Monumenta desde o início,

retoma as diretrizes adotadas pelo Programa de Cidades Históricas (PCH), na década de 70. Desde aquela época, já estava claro que a proteção dos núcleos históricos e dos bens culturais integrantes do contexto urbano pode contribuir para uma melhor qualidade de vida nas cidades, além de possibilitar a geração de riquezas e empregos para determinada região. Mas não é só. O discurso econômico da cultura não apaga a sua vertente intangível, a sua importância para o fortalecimento da identidade nacional. E nesse processo a preservação do patrimônio brasileiro, embora falha e desconexa, possui função preponderante, como bem explica Augusto Freitas Pinheiro:

O Brasil, nas três últimas décadas do século XX, deu um enorme passo nas questões da preservação do patrimônio cultural urbano e já pode exibir com certo orgulho um passado e um presente, fragmentados, descontínuos, hierarquizados, algumas vezes física e socialmente imperfeitos, mas de fundamental importância para a montagem e a compreensão de um painel rico e vivo de sua identidade cultural. (PINHEIRO, 2002:155)

Talvez por conta de seus aspectos imateriais, a atuação do BNDES, sob o prisma principalmente do patrimônio, ainda não tenha conseguido convencer completamente. Existe uma indefinição interna acerca da melhor forma de gerir esse apoio, o que faz com que a cultura como componente de uma área operacional não tenha sido totalmente aceita e assimilada. A junção do antigo DECOST com o DECULT, no final das contas, não resultou em um departamento harmonioso e afinado em suas atribuições. Tanto que o DECULT, menos de um ano depois, foi novamente desmembrado. Em 27 de maio de 2008, através da Resolução nº. 1.611/2008, foi criado, na Área Industrial, o Departamento de Bens de Consumo, Comércio e Serviços (DECOS). A mesma resolução aprovou também a alteração da denominação do Departamento de Cultura e Serviços (DECULT) para Departamento de Cultura, Entretenimento e Turismo, mantendo-se a sigla DECULT.

Antes dessa cisão, no entanto, duas outras medidas fortaleceram a atuação do BNDES na área cultural. Em 13 de fevereiro de 2008, foi aprovada, através da Resolução nº. 1.560/2008, a criação do “Comitê de Projetos Culturais” com as seguintes atribuições:

- Apreciar os pedidos de colaboração financeira, no âmbito do Regulamento para Patrocínios Relativos ao Patrimônio Histórico e Arqueológico Brasileiro e decidir sobre seu enquadramento nas normas do BNDES, bem como submeter, posteriormente, ao Comitê de Enquadramento e Crédito – CEC, lista dos projetos enquadrados;
- Apreciar e recomendar à Diretoria quaisquer propostas relacionadas à alteração nas normas que regulamentam o apoio do Sistema BNDES às atividades culturais; e
- Apreciar e recomendar, anualmente, à Diretoria a relação de membros, proposta pela AI/DECULT, para composição das Comissões de Seleção para operações de investimento a projetos de preservação de acervos e para operações de investimento na atividade audiovisual, nos termos dos regulamentos específicos aprovados pela Diretoria do BNDES.

A outra medida importante foi o aumento da dotação orçamentária anual, no âmbito da Lei Rouanet, de R\$ 20 milhões para R\$ 30 milhões, para o apoio a projetos de restauro, assunto debatido na 1ª reunião do “Comitê de Projetos Culturais” do BNDES, realizada em março de 2008; e aprovado através da Resolução nº. 1.590/2008, de 15 de abril de 2008. Foi o quarto aumento de orçamento desde 1996, quando a dotação inicial foi estipulada em R\$ 5 milhões, passando para R\$ 10 milhões em 2002 e para R\$ 20 milhões em 2006.

O estabelecimento de uma ação regular a um setor específico permitiu ao BNDES se tornar o maior patrocinador de restauração do patrimônio nacional, tanto pela regularidade quanto pelo montante de recursos já investido, sendo associado de forma positiva a ações de preservação de exemplares arquitetônicos que retratam e resgatam a história brasileira. Desde 1996 já foram desembolsados cerca de R\$ 97 milhões em uma centena de projetos culturais de restauro de

igrejas, casas, fortes, museus, universidades, teatros e centros históricos, distribuídos nas regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Norte e Nordeste do País.

A análise dos projetos apoiados pelo BNDES foi amadurecendo ao longo da última década, passando a englobar conceitos como inclusão de ações de formação de mão-de-obra, desenvolvimento local, fomento ao turismo da região e preservação da diversidade arquitetônica, entre outros. Isso sem falar em pré-requisitos avaliados em qualquer pedido de financiamento usual do Banco, como a geração de emprego e renda e a sustentabilidade do projeto.

Em 2006, com a criação de um Departamento de Economia da Cultura, o BNDES conseguiu pensar a cultura menos associada às regras institucionais e mais atrelada ao fortalecimento das ações de apoio cultural com retorno econômico. Essa transição é mais perceptível no apoio à cadeia produtiva do cinema e da televisão, com a criação de novos programas e a inclusão da música brasileira entre as novas prioridades do atual Departamento⁴⁸, mas também pode ser sentida no apoio ao patrimônio e a projetos de acervos. É um novo olhar de um banco de desenvolvimento sobre a cultura, reflexo da prioridade dada pelo atual governo ao setor, conforme enfatizado pelo presidente Lula, no lançamento do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, em 2004:

Insistimos, portanto, na importância da cultura não só como elemento de identidade nacional, mas também como força necessária e indispensável à consolidação do nosso projeto de desenvolvimento de longo prazo.⁴⁹

⁴⁸ O BNDES patrocinou, em 2007, a 1ª Feira Brasil de Música, realizada na cidade de Recife de 7 a 11 de fevereiro. O evento permitiu reunir, em um mesmo espaço, profissionais de todos os setores da cadeia produtiva musical nacional. Além do aporte de R\$ 1,3 milhão para a realização da Feira, o BNDES montou um estande para divulgar seus produtos e linhas de financiamento.

⁴⁹ Discurso disponível em www.radiobras.gov.br. Acesso em 25/10/2004



CAPÍTULO 3

RESTAURO PELA ÓTICA DE UM BANCO DE DESENVOLVIMENTO

“Toda pessoa tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar do processo científico e de seus benefícios”.

Declaração Universal dos Direitos Humanos - 1948

3.1. Diretrizes e Resoluções: os objetivos do apoio ao patrimônio nacional

O BNDES é o maior patrocinador de projetos de restauração do patrimônio nacional. Este título é o resultado de um trabalho iniciado em 1996 e que, ao longo dos anos, foi sendo aprimorado, fortalecido e ampliado por diversas administrações. Desde então, um convênio foi assinado e cinco resoluções foram aprovadas sobre o assunto, cujas alterações garantiram, entre outras medidas, a ampliação do raio de atuação do BNDES em projetos de restauro, e o aumento da dotação orçamentária, de R\$ 5 milhões em 1997 para R\$ 30 milhões em 2008.

Nesse período, foram desembolsados mais de R\$ 90 milhões em uma centena de projetos culturais de restauro de igrejas, casas, fortes, museus, universidades, teatros e centros históricos, distribuídos nas regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Norte e Nordeste do país.

A análise da carteira de projetos do BNDES foi amadurecendo ao longo da última década, passando a englobar conceitos como inclusão de ações de formação de mão-de-obra, geração de emprego, sustentabilidade do bem cultural e do seu entorno, desenvolvimento local, fomento ao turismo da região e preservação da diversidade arquitetônica, entre outros.

De certa forma, o BNDES acompanhou a própria evolução do ato de preservar no Ocidente que, conforme destaca GOUVEIA (1985), pode ser dividido em três momentos:

1. Primeiro, a ação de preservação se volta exclusivamente para a conservação dos chamados monumentos históricos;
2. Em um segundo momento, os aspectos estéticos e arquitetônicos dos bens restaurados começam a ser levados em consideração. É quando surge a intensa polêmica entre restaurar como novo ou manter a história do bem;
3. Na terceira etapa do processo, a preservação do meio ambiente e a nova feição social do planejamento entram na análise dos projetos, em uma busca pela amplitude social da ação de preservação do patrimônio cultural de uma determinada nação.

Ilustração 8



A Igreja de Santa Bárbara, localizada na cidade de Goiás, recebeu no ano de 1998 o primeiro patrocínio do BNDES na Região Centro-Oeste no âmbito da Lei Rouanet, no valor de R\$ 282 mil.

A decisão de apoiar projetos de restauro no âmbito da Lei Rouanet é oficializada no BNDES em 26 de agosto de 1996 (Decisão nº. Dir. 332/96), data em que a Diretoria autoriza, "como atividade de relação institucional, a colaboração financeira, na forma de patrocínio, no âmbito da Lei nº. 8.313/91, exclusivamente a projetos relacionados à restauração e conservação do

patrimônio histórico arquitetônico tombado pela União, indicados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), respeitados o limite de legal de dedução máxima do imposto de renda e o lucro real anual apurado”. A opção por focar o apoio foi justificada “não só ao fato de ser esta uma área onde existe extrema carência de recursos por parte do Governo Federal, mas também por significar um compromisso com a história e os fatos relevantes nacionais”.

Corroborando essa decisão, em 7 de novembro de 1996, foi assinado um Convênio entre o BNDES, o Ministério da Cultura e o IPHAN com o objetivo de estabelecer as atribuições das três instituições para a concessão de colaboração financeira do BNDES “a projetos culturais aprovados pelo MinC e indicados pelo IPHAN, que visem à restauração e à conservação de monumentos arquitetônicos tombados pela União”, competindo ao MinC e ao IPHAN, entre outras atribuições:

- Fornecer, quando solicitados pelo BNDES, relação dos monumentos tombados, indicando aqueles de maior relevância histórica e arquitetônica e cujo estado precário de conservação esteja pondo em risco a sua integridade;
- Dar, por intermédio das Coordenações Regionais do IPHAN, após a seleção dos monumentos pelo BNDES, apoio técnico necessário à elaboração de cada projeto cultural, bem como a montagem de seu respectivo cronograma físico-financeiro.

Pelo mesmo convênio, o BNDES se comprometeu a:

- Selecionar, dentre os monumentos indicados pelo IPHAN, aqueles cujos projetos de restauração e/ou conservação seriam apoiados;
- Prover, através de instrumentos jurídicos próprios, os recursos financeiros previstos nos cronogramas físicos e financeiros dos projetos apoiados;
- Acompanhar, por intermédio dos relatórios técnicos encaminhados trimestralmente pelo IPHAN, o andamento de todas as fases de execução dos projetos apoiados.

A análise do primeiro mecanismo interno para utilização dos benefícios da Lei Rouanet indica que a falta de *expertise* no apoio a projetos de restauro

provocou a constituição de uma parceria com os órgãos detentores desse conhecimento (MinC e IPHAN), mas o BNDES, desde o início, não abriu mão de fazer a seleção final dos projetos e acompanhar a execução das obras e a correta aplicação dos recursos investidos.

A parceria entre o BNDES, o MinC e o IPHAN foi renovada em 1997 e em 1998. No início de 1999, depois de dois anos de trabalho na análise, seleção e acompanhamento de projetos no âmbito da Lei Rouanet – foram 10 contratos assinados em 1997 e 12 em 1998 – o BNDES decide criar um mecanismo próprio para fortalecer as regras de patrocínio definidas em 1996. Um dos motivos foi a percepção de que uma parcela do apoio estava sendo utilizada em projetos não relacionados com a preservação do patrimônio o que, no médio prazo, poderia acarretar uma pulverização dos recursos e a perda do foco pré-definido.

De fato, a Lei Rouanet contempla uma infinidade de projetos culturais, abrangendo entre outros, produção de discos, vídeos e filmes; edição de obras de ciências humanas, letras e artes; realização de exposições, festivais de artes, espetáculos de artes cênicas, de música e de folclore; construção e manutenção de museus e bibliotecas; e restauração e conservação de bens tombados, entre outros. Em 1997 e 1998 foram assinados 22 contratos, com o comprometimento de R\$ 18 milhões, sendo que 31% desses recursos tinham como destino projetos aprovados em caráter excepcional, isto é, possuíam mérito e relevância na área cultural, eram passíveis de apoio no âmbito da Lei Rouanet, mas não estavam alinhados com o foco definido pela Decisão nº. 332/96.

Com o propósito de tornar a ação do BNDES mais consistente, restringindo e regulando sua atuação dentro do foco definido de patrimônio, é aprovado no dia 9 de março de 1999, através da Resolução nº. 945/99, o primeiro “Regulamento para Patrocínio a Projetos Culturais no Âmbito da Lei Rouanet”, com as seguintes determinações:

- Delimitar o período histórico a ser apoiado, direcionando a atuação do BNDES para o restauro e conservação de monumentos dos períodos colonial e imperial. O recorte temporal é justificado por “abrigar um acervo de extraordinária dimensão cultural (histórica e estética)” e reunir “os prédios que se encontram em pior estado de conservação (pela ação do tempo)”;
- Orientar a destinação dos recursos, dirigidos prioritariamente a projetos denominados de “pedra e cal”, onde a maior preocupação é a integridade física do monumento. Por conta dessa orientação, gastos com divulgação e mídia, mesmo previstos no projeto aprovado pelo MinC, não poderiam ser apoiados. As despesas administrativas, inclusive com elaboração e agenciamento do projeto, também foram limitadas a 15% do valor das obras civis;
- Restringir o tipo de bem a ser apoiado, como de uso público, de propriedade de pessoa jurídica de direito público ou privado sem fins lucrativos;
- Não apoiar mais de um projeto do mesmo proponente simultaneamente, devendo a solicitação de um novo patrocínio somente ser avaliada após a conclusão, de forma bem sucedida, do projeto já apoiado com recursos do BNDES. Da mesma forma, o proponente precisa ser pessoa jurídica de direito privado, de natureza cultural, sem fins lucrativos.

A dificuldade de se prever com antecedência e segurança o resultado do BNDES e o valor do imposto a pagar em cada exercício também é contornada na Resolução nº. 945/99, que estipulou, oficialmente, um valor de desembolso anual no âmbito da Lei Rouanet, de R\$ 5 milhões, provenientes do volume anual de recursos não reembolsáveis disponíveis no BNDES através do seu Fundo Cultural. Cabe ressaltar que o Estatuto Social do BNDES¹, em seu artigo 9º, prevê o apoio, utilizando recursos não reembolsáveis, a projetos e investimentos de caráter social, ambiental ou cultural e a projetos de natureza científica e tecnológica, podendo o BNDES:

¹ O volume anual de recursos disponíveis para as aplicações não reembolsáveis, conforme o Estatuto do BNDES aprovado pelo Decreto nº. 4.418, de 11.10.2002, era limitado a 10% do Lucro Líquido e a 0,5% do Patrimônio Líquido do BNDES. Através do Decreto nº. 6.322, de 21.12.2007, o limite do Patrimônio Líquido foi aumentado para 1,5%, mantendo-se o limite de 10% do Lucro Líquido, o que gerou a possibilidade de expandir a dotação orçamentária para aplicações não reembolsáveis. Atualmente, as operações com recursos não reembolsáveis são operacionalizadas por meio do Fundo Social, do Fundo Tecnológico (FUNTEC), do Fundo de Estruturação de Projetos (FEP) e do apoio a investimentos de natureza cultural (Fundo Cultural).

- Efetuar aplicações não reembolsáveis em projetos e programas de ensino e pesquisa, de natureza científica e tecnológica;
- Efetuar aplicações não reembolsáveis destinadas, especificamente, a apoiar projetos, investimentos de caráter social, nas áreas de geração de emprego e renda, serviços urbanos, saúde, educação e desportos, justiça, alimentação, habitação, meio ambiente, recursos hídricos, desenvolvimento rural e outras vinculadas ao desenvolvimento regional e social, bem como **projetos de natureza cultural**;
- Contratar estudos técnicos e prestar apoio técnico e financeiro, inclusive não reembolsável, para a estruturação de projetos que promovam o desenvolvimento econômico e social do país ou sua integração à América Latina.

O teto de R\$ 5 milhões, que poderia ser acrescido caso fosse apurado, no final do ano, um montante de imposto de renda a pagar superior ao inicialmente previsto, foi justificado por ser um “valor expressivo considerada a carência de recursos oficiais”, o que “tornaria o BNDES o principal parceiro do IPHAN”, além de ser “compatível com os gastos realizados na área cultural por empresas de maior porte”. Por outro lado, a fixação de um valor anual para desembolso, sujeito a acréscimo eventual, permitiria um “melhor controle da carteira, da seleção de novos projetos e tornaria mais seguro o engajamento em projetos com desembolsos plurianuais”².

Em 2002, o “Regulamento para Patrocínio a Projetos Culturais no Âmbito da Lei Rouanet” é alterado e consolidado através da Resolução nº. 998/2002, de 25 de março de 2002, com a aprovação de duas importantes mudanças:

- A destinação da colaboração financeira do BNDES passa a contemplar, além dos projetos de restauração e/ou conservação de monumentos, os investimentos fixos em adaptação e/ou modernização das instalações, indispensáveis ao funcionamento das atividades usuais;
- O limite anual de desembolsos passa a ser fixado em até R\$ 10 milhões.

² Na prática, antes mesmo da definição do teto de R\$ 5 milhões, o valor desembolsado pelo BNDES sempre foi superior a essa dotação: R\$ 5,4 milhões em 1997; R\$ 7,2 milhões em 1998; R\$ 6,8 milhões em 1999; R\$ 5,3 milhões em 2000; e R\$ 6,3 milhões em 2001.

Dobrar o orçamento foi um grande avanço do novo regulamento, justificado em parte pelos resultados positivos alcançados nos cinco anos anteriores e pelo aumento da demanda existente. Mas foi também reflexo da mudança instituída com a edição da Medida Provisória (MP) nº. 2.228-1, de 06.09.2001, que estabeleceu a Política Nacional do Cinema e dispôs sobre os demais incentivos federais à cultura. Com a referida MP, o benefício da dedução integral dos recursos aplicados foi estendido aos projetos de patrimônio cultural material e imaterial. Até então, a dedução aplicada era de 30% do valor, sendo o restante dos recursos aplicados proveniente do Fundo não reembolsável, conforme previsto no Estatuto do BNDES.

Já a possibilidade do BNDES também apoiar a adaptação e a modernização de instalações foi reflexo do próprio histórico de análise e aprovação de projetos. Apesar do regulamento anterior não prever investimentos fixos para adequar o uso do bem no tempo presente – o que pode, inclusive, impedir a sua sustentabilidade –, muitos dos projetos de restauração de monumentos tombados pela União contemplavam a adaptação da edificação à sua utilização atual, desde que avaliadas e aprovadas pelo IPHAN³. Tanto que o BNDES já havia apoiado anteriormente projetos com características claras de adaptação – aliadas ou não ao restauro do próprio bem – como, por exemplo, iluminação, segurança e refrigeração, caso do Paço Imperial, da Casa do Trem (do Museu Histórico Nacional) e do Arquivo Nacional, todos localizados no Rio de Janeiro.

Com a consolidação do regulamento, em 2002, o conceito de preservação é amplificado, e o BNDES delimita um caminho mais preciso de atuação com seu slogan “Cultura é Desenvolvimento”, cada vez mais alinhando o retorno de imagem em uma ação típica de *marketing* cultural ao componente de

³ Esse é o caso, por exemplo, de obras de restauro em museus, teatros e outros prédios, cujas fachadas externas preservam as características originais, mas os interiores sofrem modernizações necessárias ao funcionamento de suas novas atividades.

desenvolvimento local de determinada região. Na análise dos projetos, são verificados tópicos como formação de mão-de-obra, geração de emprego, sustentabilidade do projeto e acessibilidade do bem a ser restaurado.

No final das contas, o conhecimento e a massa crítica acumulados permitiram a adequada gestão da carteira de projetos, com a conclusão dos projetos contratados e o fortalecimento institucional do BNDES, além de prepararem o terreno para mudanças introduzidas com a edição de um novo regulamento, aprovado em 2005.

O novo “Regulamento para Patrocínio a Projetos Relativos ao Patrimônio Histórico e Arqueológico Brasileiro no Âmbito da Lei Rouanet”, aprovado pela Diretoria do BNDES por intermédio da Resolução nº. 1.232/2005, de 10 de novembro de 2005 determina que:

- O apoio destina-se a projetos relativos a bens tombados pelo IPHAN que sejam de uso público e de propriedade de pessoa jurídica de direito público ou privado, sem fins lucrativos, sendo que projetos relativos a bens tombados somente por órgão estadual de preservação poderão ser apoiados mediante aval do IPHAN;
- O proponente do projeto deve ser pessoa jurídica de direito público ou privado, sem fins lucrativos⁴.

Além da possibilidade de apoiar um bem tombado apenas em nível estadual e do fim da exigência da atividade principal do proponente ter caráter cultural, o novo regulamento estipula que poderão receber apoio que tenham como finalidade realizar um ou mais dos seguintes itens:

1. Restauração e/ou conservação: artística, arquitetônica e/ou de infraestrutura;
2. Adaptação e/ou modernização das instalações: de bens tombados para abrigo de atividades de uso público;

⁴ Em 14 de dezembro de 2005, através da Resolução nº. 1.247/2005, o Banco passou a permitir o apoio simultâneo a mais de um projeto cultural do mesmo proponente.

3. Investimentos fixos: em melhoria da área de ambiência de bens tombados (enterramento de fiação; regularização de calçamento, iluminação de destaque, paisagismo, melhoria de acesso, etc.); e aquisição de equipamentos destinados a capacitar ou qualificar o bem tombado para abrigar atividades de uso público.

A maior inovação do regulamento, no entanto, refere-se, como já mencionado, à seleção dos projetos, que pode ocorrer em duas modalidades:

1. Cidades-pólo: a cada biênio são escolhidas três cidades-pólo onde serão apoiados pelo menos dois projetos, que devem atender critérios estabelecidos pelo regulamento em vigor (importância e condição de conservação do conjunto de monumentos tombados da cidade; dificuldade de obtenção de recursos locais para a preservação do patrimônio; projetos de revitalização urbana em curso e a importância do patrimônio tombado no conjunto desses projetos) de modo a criar uma sinergia entre eles, que resulte em maior benefício social, cultural, urbanístico ou turístico à cidade. Findo o biênio, outras três cidades serão escolhidas, não havendo a possibilidade de recondução de nenhuma das três imediatamente anteriores;
2. Bens tombados de alto significado: projetos relativos a bens tombados que estejam fora das cidades-pólo, desde que atendam cumulativamente os critérios de alto significado cultural e social para a cidade em que esteja localizado; existência de projetos culturais, culturais e/ou sociais de amplo acesso público, resultados nas dependências do bem tombado e que já tenham alcançado resultados significativos; e existência de plano consistente de sustentabilidade e manutenção do bem tombado após a realização do projeto.

Ilustração 9



Salvador, selecionada “cidade-pólo” no biênio 2007-2009 do Programa de Preservação do BNDES, ao lado de Marechal Deodoro (AL) e Laguna (SC), terá prioridade no apoio de projetos de revitalização urbana e social.

Ao se analisar o conjunto de diretrizes adotadas no final de 2005⁵, percebe-se que a integração do bem restaurado à vida da comunidade, um dos critérios na análise dos projetos em anos anteriores, agora é fator determinante para aprovação ou indeferimento de um pedido de apoio, uma vez que

o efetivo resgate do patrimônio inclui sua apropriação coletiva e democrática, ou seja: criar condições materiais e simbólicas para que todas as classes possam encontrar nele um significado, e compartilhá-lo. (CANCLINI, 1994:103).

A visão de importância da apropriação coletiva corrobora o conceito alargado de patrimônio, como o conjunto de traços do passado deixado para as gerações presentes, sejam construções arquitetônicas, expressões plásticas, artefatos utilitários, danças, músicas e demais manifestações culturais de determinado povo. Manifestações que podem ser conferidas, em boa parte, nos centros históricos das grandes cidades, locais excluídos do processo de

⁵ Além do regulamento destinado a projetos relacionados ao patrimônio nacional, a Diretoria aprovou, através da Resolução nº.1.233/2005, o apoio, no âmbito da Lei Rouanet, a projetos culturais diversos como edição de livros, espetáculos, exposições, grupos de dança, teatro e circo e realização de festivais e feiras, entre outros. A dotação anual foi estipulada em R\$ 3 milhões.

crescimento econômico ao longo dos anos – o que garantiu a preservação de suas características originais, mas, por outro lado, provocou o aprofundamento dos seus problemas sociais⁶.

Por conta disso, nos dias de hoje, conforme nos ensina CANCLINI (1994), a defesa do patrimônio urbano requer o enfrentamento da crise estrutural das grandes cidades⁷ através da adoção de três critérios gerais para orientar as decisões e que permitam promover os “usos sociais do patrimônio”:

1. A preservação dos bens culturais não pode ser mais importante do que as pessoas que necessitam deles para viver;
2. As soluções devem buscar um equilíbrio orgânico entre as tradições que dão identidade, por exemplo, a um bairro, aos produtores de artesanato, às mudanças requeridas pela modernização;
3. As políticas e as decisões sobre estes problemas devem ser tomadas em instâncias e com procedimentos que tornem possível a participação democrática dos produtores e usuários.

Por outro lado, o reconhecimento da importância da revitalização do patrimônio histórico para o desenvolvimento turístico, cultural, educacional e econômico das cidades – conceito maior do Programa Monumenta do Governo Federal – está claramente presente na nova política cultural adotada em 2005 pelo BNDES, inclusive por conta do orçamento estipulado para esse fim, que mais uma vez foi dobrado, passando de R\$ 10 milhões para R\$ 20 milhões.

Entre os motivos que levaram o BNDES a mudar o Regulamento destaca-se o interesse em aumentar sua área de atuação e distribuir de forma mais

⁶ Os ciclos da economia preservam os conjuntos que, por alguma razão, ficaram à margem do fluxo de novos ciclos de desenvolvimento, ao decair o anterior. Também se preservam edifícios que, por sua própria natureza, mantiveram sua função original inalterada (igrejas, fortificações e alguns edifícios públicos).

⁷ Os intensos processos de migração para as capitais e a valorização do solo urbano têm gerado, nos últimos anos, tensões na preservação das cidades históricas e dos centros históricos das grandes cidades, provocando a necessidade crescente de adoção de programas de preservação com forte viés econômico e gerador de renda e alta capacidade de inclusão social.

adequada seus investimentos em projetos culturais. Para tanto, diversas modificações foram implantadas, inclusive quanto ao nível de conhecimento, profissionalismo e coordenação dos proponentes. Pelo novo regulamento tornou-se obrigatória a apresentação de cópia do formulário completo de inscrição do projeto na Lei Rouanet (com a devida aprovação); cronograma de execução com orçamento detalhado por etapa; relatório de captação de recursos com comprovação dos aportes efetivados; plano de sustentabilidade do bem após a realização do projeto; proposta de uso público para o monumento; indicação, quando houver, da relação do bem com outros programas em curso; currículo da instituição proponente e de todos os realizadores envolvidos na execução do projeto.

Em 15 de abril de 2008, a atual política cultural do BNDES para patrimônio fica ainda mais fortalecida: é aprovado pela Diretoria, através da Resolução nº. 1.590/2008, um novo orçamento destinado a projetos relacionados à preservação do patrimônio nacional no âmbito da Lei Rouanet, que passa de R\$ 20 milhões para R\$ 30 milhões.

3.2. O mapa da atuação e a distribuição dos recursos

Durante os anos de 1997 a 2007, foram assinados pelo BNDES 148 contratos⁸ no âmbito da Lei Rouanet, no valor total de R\$ 105.045.952,03, sendo que a maior parte deles (116 contratos, o equivalente a 79% do total) contemplou o apoio a projetos de restauro, adaptação e modernização de 86 edificações e/ou bens culturais tombados de todas as regiões do país⁹. Independente da estrutura existente em cada administração e do apoio à cultura ser atribuição do Gabinete

⁸ Em 1996, quando foi aprovada pela Diretoria do BNDES a utilização da Lei Rouanet para apoio a projetos culturais, dois contratos foram assinados para o setor do audiovisual, o que totaliza 150 contratos no âmbito da Lei Rouanet até dezembro de 2007.

⁹ O número de contratos não representa o número de bens culturais apoiados, visto que um mesmo projeto pode ter tido mais de um contrato e/ou um determinado bem pode ter recebido recursos para mais de um tipo de projeto.

da Presidência ou de uma área operacional específica, todos os projetos cumpriram trâmite interno semelhante aos demais projetos financiados pelo BNDES dentro de sua missão principal de fomentar o desenvolvimento econômico e social: fase de enquadramento, de análise, de seleção, de aprovação e de contratação.

Tabela 4

CONTRATAÇÕES LEI ROUANET 1997-2007	
Ano	Nº. Contratos
1997	10
1998	12
1999	15
2000	12
2001	11
2002	16
2003	13
2004	11
2005	13
2006	24
2007	11
TOTAL	148

A análise dos contratos celebrados, ano a ano, comprova que, embora não tenha representado a totalidade dos apoios realizados, o foco pré-definido de apoio ao patrimônio nacional foi mantido. Ao longo dos anos, no entanto, o BNDES também patrocinou algumas exposições e edições de livros, além de outros tipos de projetos de preservação da memória nacional ou de difusão de manifestações culturais como música, dança e arte. Entre eles, podemos citar o aporte feito em 1999 para aquisição e restauro de um conjunto de 189 negativos flexíveis e em vidro que documentam a construção da Ferrovia Madeira-Mamoré, entre 1909 e

1912, na Amazônia, de autoria do fotógrafo americano Dana B. Merrill¹⁰. Ou o apoio, iniciado no mesmo ano, às atividades da Orquestra Sinfônica Brasileira (OSB), fundada pelo Maestro José Siqueira em 1940, época em que a 2ª Guerra dificultava a vinda de orquestras ao Brasil¹¹.

Ilustração 10



O acervo de fotografias da construção da Ferrovia Madeira-Mamoré, doado pelo BNDES ao Museu Paulista da USP (Museu do Ipiranga), foi utilizado na montagem de uma exposição na Galeria do BNDES, em 2000, além de ter ilustrado o Relatório de Atividades do Banco no mesmo ano.

Dos 148 contratos assinados no período, 21% deles (o equivalente a 32 contratos) têm relação com projetos para apoio de diversas formas de manifestação cultural previstas na Lei Rouanet, conforme detalhado abaixo:

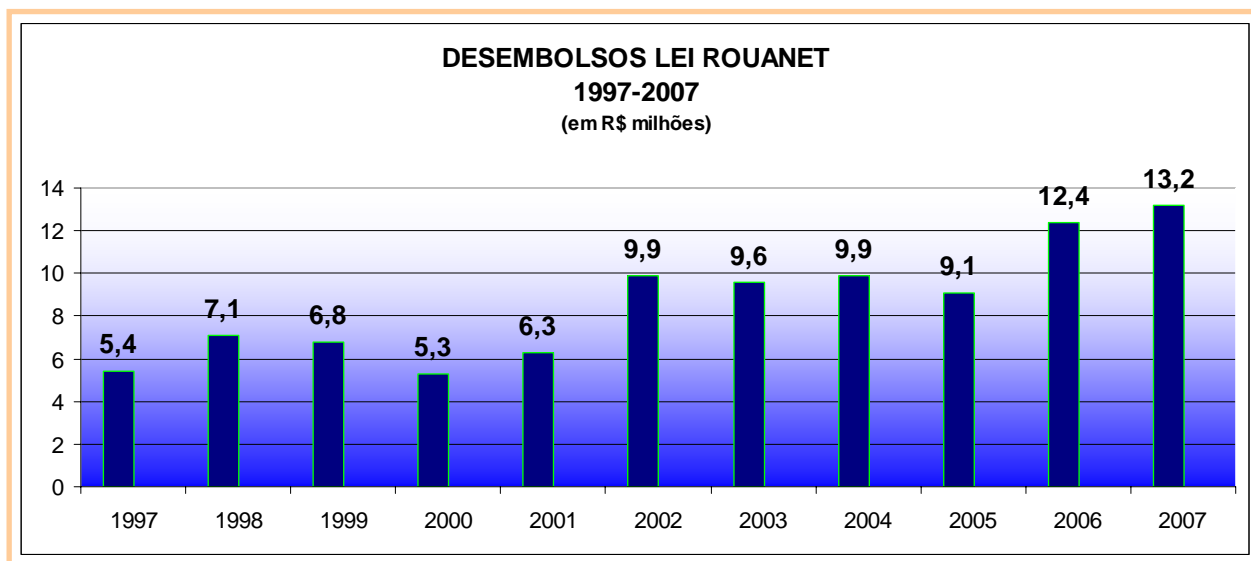
¹⁰ O projeto de construção da Ferrovia Madeira-Mamoré encerra um dos episódios mais significativos da história da ocupação da Amazônia e da tentativa de integrá-la ao mercado mundial através da comercialização da borracha. A intenção do projeto era estabelecer uma ligação entre as regiões produtoras de látex, nas proximidades do Rio Madeira, Mamoré, Guaporé e Beni (este último na Bolívia). Cerca de 30 mil trabalhadores de várias partes do mundo participaram da construção, sendo que 6 mil morreram no local. Dados disponíveis em <http://www.mp.usp.br/mamore.htm>. Consulta realizada em 22/05/2008.

¹¹ A aprovação de um projeto no âmbito da Lei Rouanet fora do foco tradicional de restauro para a manutenção da programação anual de concertos da OSB – fato que se repetiria nos anos de 2000, 2002, 2004 e 2005 – foi motivado pela situação crítica enfrentada pela instituição, inclusive com dificuldade para pagar os salários dos músicos.

- Música: 09 contratos;
- Exposições: 08 contratos;
- Apoio e manutenção de museus: 07 contratos;
- Edição de Livros: 05 contratos;
- Dança: 02 contratos;
- Restauração de Acervo: 1 contrato

O volume de recursos desembolsados pelo BNDES no âmbito da Lei Rouanet (para projetos de restauro e de outras manifestações culturais) entre 1997 e 2007 foi de R\$ 95 milhões, assim distribuídos no decorrer dos anos¹²:

Gráfico 4



¹² O volume desembolsado representa quanto efetivamente do valor contratado foi repassado para o proponente em cada ano.

No apoio específico à preservação do patrimônio nacional, os outros 116 contratos celebrados pelo BNDES, no valor de total de R\$ 91.181.495,83, beneficiaram os seguintes bens culturais¹³:

1. Igreja Nossa Senhora da Lapa dos Mercadores (Rio de Janeiro, RJ);
2. Igreja Nossa Senhora do Rosário (Ouro Preto, MG);
3. Igreja de Santa Luzia (Rio de Janeiro, RJ);
4. Faculdade de Medicina da Bahia (Salvador, BA);
5. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – IFCS/UFRJ (Rio de Janeiro, RJ);
6. Paço Imperial (Rio de Janeiro, RJ);
7. Farol da Barra (Salvador, BA);
8. Igreja Santo Antônio de Igarassu (Igarassu, PE);
9. Ordem 3ª São Francisco da Penitência¹⁴ (Rio de Janeiro, RJ);
10. Museu Histórico Nacional¹⁵ (Rio de Janeiro, RJ);
11. Igreja de Santo Antônio (Santa Bárbara, MG)
12. Museu da República (Rio de Janeiro, RJ);
13. Igreja de Santa Bárbara (Goiás, GO);
14. Igreja Nossa Senhora do Carmo¹⁶ (Mariana, MG);
15. Igreja de São Francisco da Confraria (Mariana, MG);
16. Igreja Matriz de São Caetano (Monsenhor Horta, MG);
17. Igreja Bom Jesus do Monte (Furquim, MG);
18. Igreja Nossa Senhora do Rosário (Santa Rita Durão, MG);
19. Igreja Matriz de Nossa Senhora de Nazaré (Santa Rita Durão, MG);
20. Biblioteca do Itamaraty (Rio de Janeiro, RJ);
21. Palácio da Alvorada (Brasília, DF);

¹³ O total de 86 bens culturais sobe para 97 caso sejam separados os projetos de “bens culturais que integram outros bens”, como é o caso, por exemplo, do Pano de Boca do Teatro Municipal, do projeto da Ordem 3ª da Penitência + Museu de Arte Sacra, ou de determinados projetos que englobam o restauro da edificação (patrimônio edificado) e dos seus elementos artísticos (bens móveis). A relação completa dos contratos pode ser conferida no ANEXO 1.

¹⁴ Dois contratos (1998 e 2001): restauro da igreja e museu da arte sacra.

¹⁵ Dois projetos: Casa do Trem e restauração do 3º andar (com instalação de exposição permanente).

¹⁶ As igrejas do nº 14 ao nº 19 integram o projeto “Igrejas Históricas do Século XVIII”.

22. Jardim Botânico – Arboreto e Biblioteca (Rio de Janeiro, RJ);
23. Teatro Municipal¹⁷ (Rio de Janeiro, RJ);
24. Igreja Matriz de Santo Antônio (Tiradentes, MG);
25. Igreja São Francisco de Assis da Penitência (Salvador, BA);
26. Casa da Torre de Garcia D'Ávila (Mata de São João, BA);
27. Cinemateca Brasileira¹⁸ (São Paulo, SP);
28. Igreja Santo Antonio dos Anjos da Laguna (Laguna, SC);
29. Parque Nacional da Serra da Capivara (Raimundo Nonato, PI);
30. Teatro Santa Isabel (Recife, PE);
31. Igreja e Residência dos Reis Magos (Serra, ES);
32. Forte São José (Rio de Janeiro, RJ);
33. Casa Franklin Sampaio (Petrópolis, RJ);
34. Portal da Misericórdia (Salvador, BA);
35. Arquivo Nacional (Rio de Janeiro, RJ);
36. Casa do Conde dos Arcos (Salvador, BA);
37. Igreja Nossa Senhora da Saúde (Rio de Janeiro, RJ);
38. Convento de Santo Antônio¹⁹ (Rio de Janeiro, RJ);
39. Igreja Nossa Senhora do Outeiro da Glória (Rio de Janeiro, RJ);
40. Igreja Nossa Senhora dos Prazeres (Jaboatão dos Guararapes, PE);
41. Igreja Nossa Senhora do Carmo – Antiga Sé (Rio de Janeiro, RJ);
42. Museu da Língua Portuguesa Estação da Luz (São Paulo, SP);
43. Museu Casa de Juscelino Kubitscheck (Diamantina, MG);
44. Fortaleza de Santa Cruz (Rio de Janeiro, RJ);
45. Museu de Artes e Ofícios (Belo Horizonte, MG);
46. Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário (Pirenópolis, GO)
47. Pavilhão Casa de Chá – Praça dos Três Poderes (Brasília, DF);
48. Centro Cultural Internacional (Rio de Janeiro, RJ)
49. Museu da Indústria do Ceará (Fortaleza, CE);

¹⁷ Restauro do Pano de Boca e Projetos Executivos para o restauro da cobertura de cobre.

¹⁸ Dois projetos: instalação do Arquivo de Matrizes; e restauração do Galpão 3 (instalação de sala de cinema).

¹⁹ Dois projetos: Teto da Sacristia de Santo Antônio e restauro do Convento.

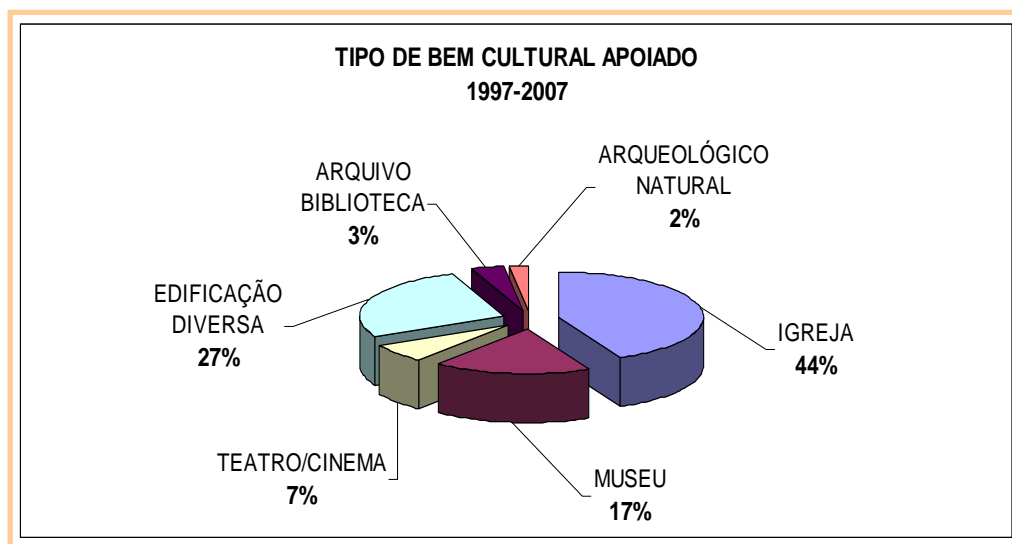
50. Museu Emílio Goeldi (Belém, PA);
51. Teatro Álvaro de Carvalho (Florianópolis, SC);
52. Escola de Minas de Ouro Preto (Ouro Preto, MG)
53. Museu Nacional de Belas Artes (Rio de Janeiro, RJ);
54. Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro, RJ);
55. Complexo do Ver-o-Peso (Belém, PA);
56. Mosteiro de São Bento – Igreja N. Senhora Montserrat (Rio de Janeiro, RJ);
57. Igreja Nossa Senhora Conceição de Angra dos Reis (Angra dos Reis, RJ);
58. Igreja da Madre de Deus (Recife, PE);
59. Igreja do Bom Jesus da Coluna (Rio de Janeiro, RJ);
60. Museu Nacional da Cultura Afro-brasileira (Salvador, BA);
61. Igreja Nossa Senhora da Candelária (Rio de Janeiro, RJ);
62. Teatro José de Alencar (Fortaleza, CE);
63. Igreja da Vila de Santo Amaro (General Câmara, RS);
64. Paço da Misericórdia – Centro de Artes e Fazeres²⁰ (Ouro Preto, MG);
65. Museu do Rio São Francisco (Penedo, AL);
66. Cine Olinda (Olinda, PE);
67. Casarão Lundgren – Centro de Memória (Olinda, PE);
68. Igreja Nossa Senhora da Conceição dos Militares (Recife, PE);
69. Museu do Oratório (Ouro Preto, MG);
70. Igreja de São Francisco de Assis (São Paulo, SP);
71. Igreja de Sant’Ana (Belém, PA);
72. Casa de Jorge de Lima (Maceió, AL);
73. Museu do Meio Ambiente do Jardim Botânico (Rio de Janeiro, RJ);
74. Convento de Santa Maria Madalena (Marechal Deodoro, AL);
75. Centro Cultural Butantan (São Paulo, SP);
76. Basílica de Nossa Senhora do Carmo (Recife, PE);
77. Igreja da Matriz de N. Senhora dos Remédios (Parati, RJ);

²⁰ O projeto do Paço da Misericórdia teve alteração de finalidade, passando a patrocinar a restauração parcial do antigo edifício da Santa Casa de Misericórdia, com a redução do apoio do BNDES de R\$ 2.014.750,62 para R\$ 1.085.388,54.

78. Teatro Municipal Ribeira dos Icó (Ico,CE);
79. Centro Administrativo de Bagé – Antiga Estação Ferroviária (Bagé, RS);
80. Palacete Pedro Osório (Bagé, RS);
81. Museu do Índio (Rio de Janeiro, RJ);
82. Casa de Câmara e Cadeia – Antigo Sobrado do Imperador (Igarassu, PE);
83. Igreja do Convento de N. Senhora do Carmo (Olinda, PE);
84. Museu de Arqueologia e Etnologia da UFPR (Paranaguá, PR);
85. Igreja de Santa Efigênia (Ouro Preto, MG);
86. Casa do Trem Bélico (Santos, SP).

Esses 86 bens culturais podem ser divididos, para fins didáticos, em seis grandes grupos: igreja; museu; teatro/cinema; edificação diversa (forte, casa, farol, marcenaria, etc.); arquivo/biblioteca²¹; e arqueológico/natural. No período analisado, percebe-se uma concentração do apoio em projetos de restauro (44% do total), mas também uma tendência no aumento das concentrações em projetos de museus (17%) e de edificações diversas (27%), conforme gráfico abaixo:

Gráfico 5



²¹ Os projetos desse grupo passaram a ter o apoio exclusivo do BNDES através do Programa de Preservação de Acervos, criado em 2004.

A análise dos apoios realizados pelo BNDES entre 1997 e 2007 no âmbito da Lei Rouanet especificamente em projetos de restauro indica uma concentração nos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Pernambuco, Bahia e São Paulo, tanto no número de bens culturais quanto no volume de recursos contratados, conforme pode ser comprovado na tabela abaixo:

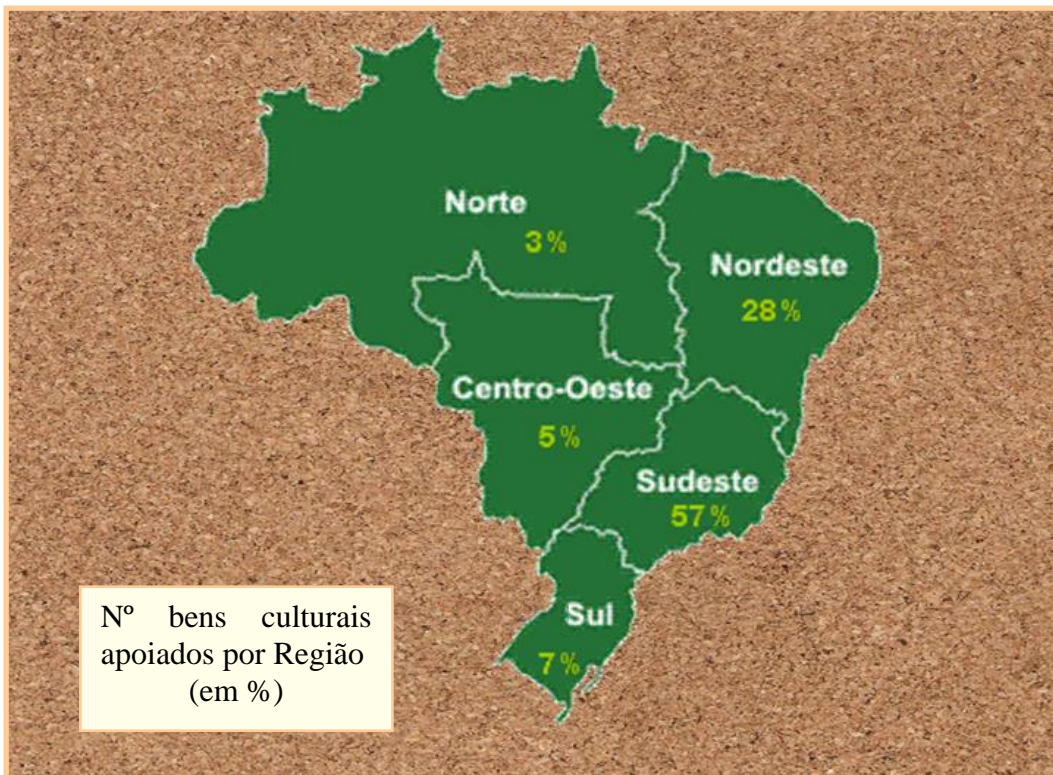
Tabela 5

BENS CULTURAIS APOIADOS 1997- 2007 (por estado)		BENS CULTURAIS APOIADOS 1997 – 2007 (por valor contratado)	
UF	Nº Bens	UF	CONTRATOS (R\$)
RIO DE JANEIRO	28	RIO DE JANEIRO	37.395.960,10
MINAS GERAIS	15	MINAS GERAIS	12.830.067,94
PERNAMBUCO	10	PERNAMBUCO	10.415.911,63
BAHIA	7	SÃO PAULO	7.595.553,95
SÃO PAULO	5	BA	5.793.598,23
CEARÁ	3	ALAGOAS	4.822.337,38
PARÁ	3	PARÁ	3.237.039,23
RIO GRANDE DO SUL	3	RIO GRANDE DO SUL	1.763.803,65
ALAGOAS	3	SANTA CATARINA	1.557.947,31
SANTA CATARINA	2	CEARÁ	1.529.549,69
GOIÁS	2	GO	1.282.221,32
DISTRITO FEDERAL	2	DF	1.150.918,00
PIAUI	1	PARANÁ	764.787,40
ESPÍRITO SANTO	1	ESPÍRITO SANTO	641.800,00
PARANÁ	1	PI	400.000,00
TOTAL	86	TOTAL	91.181.495,83

O mapa da atuação do BNDES por Região comprova que o Sudeste foi a região mais beneficiada com a política cultural de apoio a projetos de preservação do patrimônio nacional (veja mapa da atuação na página seguinte).

MAPA DA ATUAÇÃO 1997 A 2007

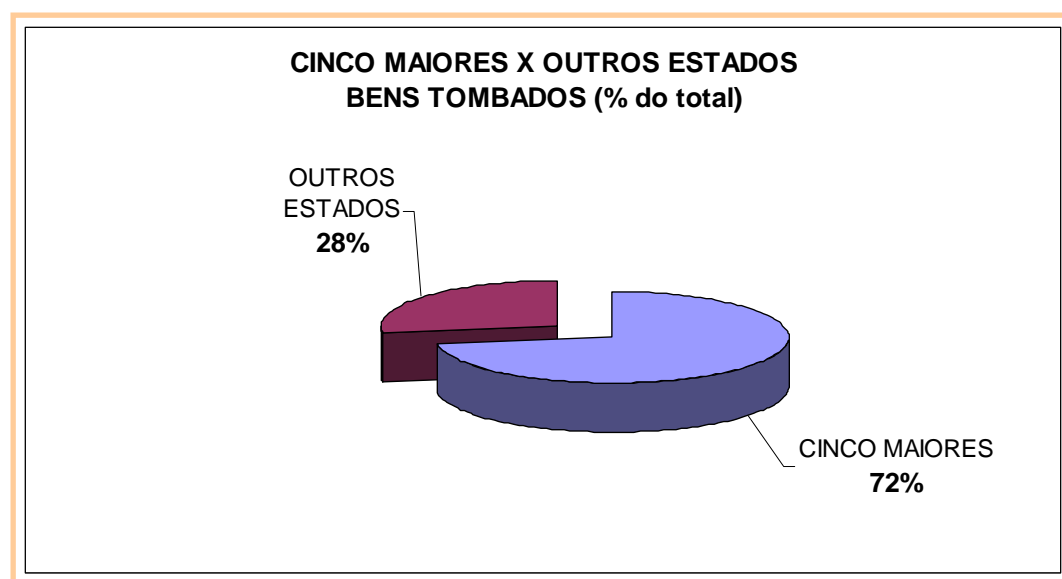
Gráfico 6



Cabe ressaltar, no entanto, que a análise da atuação do BNDES (por cidade, estado ou região) não pode ser feita isoladamente: é preciso levar em consideração as características particulares do patrimônio nacional. Não podemos esquecer, por exemplo, que a política de preservação adotada no Brasil desde os anos 30 priorizou os bens do barroco brasileiro e as construções do período colonial, cujos maiores representantes são justamente os estados da Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Do outro lado, até o final de 2005 o regulamento do BNDES para apoio de projetos do patrimônio nacional exigia que os mesmos fossem tombados pela União (uma garantia de que eles não seriam demolidos). É natural, então, que os resultados do BNDES espelhem a política de tombamento do IPHAN.

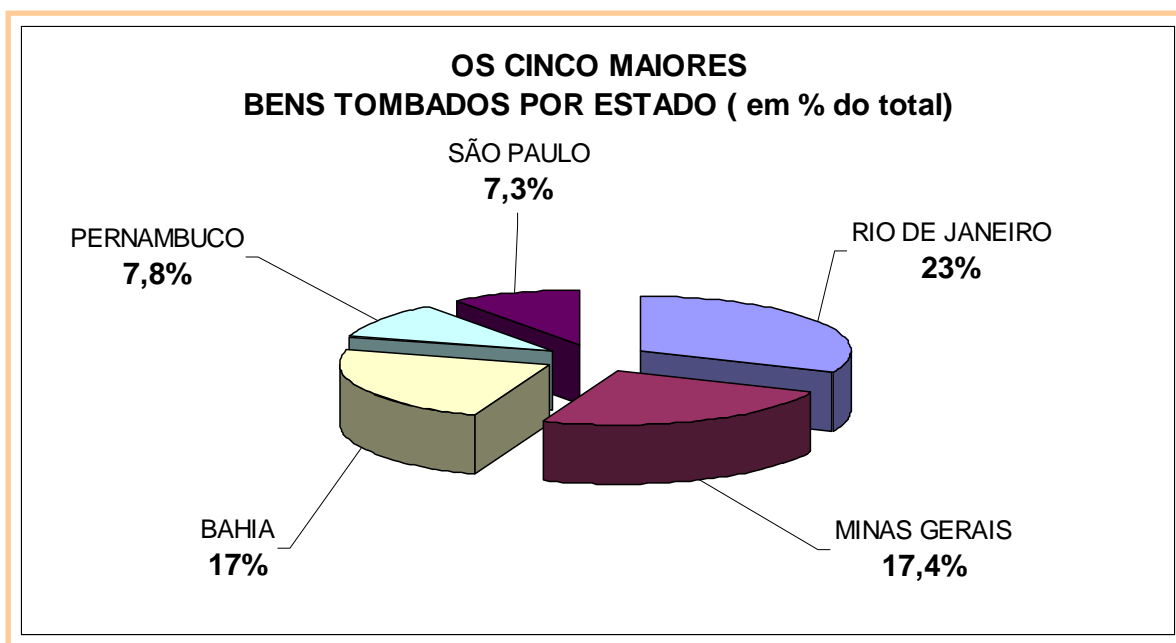
Quando se compara o número de registros do IPHAN dos cinco estados que mais receberam recursos do BNDES em relação ao volume de tombamentos total no país, fica claro que, no caso do patrimônio nacional, a concentração é reflexo da junção entre a herança histórica do país e a opção feita pelo Estado dos bens que deveriam ilustrar a memória coletiva da nação.

Gráfico 7



Da mesma forma, quando se compara o número de registros de tombamento existentes nos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco e São Paulo, percebe-se que o Rio de Janeiro concentra o maior número de bens tombados pela União, com 23% do total tombado pelo IPHAN em todo o país.

Gráfico 8



Interessante ressaltar que a liderança do Estado do Rio de Janeiro também é fruto de outra concentração: a cidade do Rio de Janeiro é, de todas as cidades brasileiras, a que possui o maior número de bens tombados pelo IPHAN. Ao contrário de outros Estados como, por exemplo, Minas Gerais – que possui 204 bens tombados, mas espalhados em diversas cidades históricas como Tiradentes, Ouro Preto e São João Del Rei –, o Estado do Rio de Janeiro concentra em uma única cidade grande volume de obras, documentos e edificações.

Na realidade, a cidade do Rio de Janeiro possui atributos importantes que justificam tanto o volume de recursos já investidos pelo BNDES quanto a escolha como cidade-pólo no biênio 2005-2007 (junto com Olinda e Ouro Preto). Fundada

em 1565, a cidade do Rio de Janeiro sempre desempenhou papel político-administrativo essencial na história do Brasil, tendo ocupado, sucessivamente, as seguintes funções:

- 1567 a 1608: Cidade colonial portuguesa;
- 1608 a 1762: Capital de um dos governos gerais do Brasil;
- 1762 a 1808: Capital do Vice-Reino Português;
- 1815 a 1822: Capital do Reino Unido de Portugal;
- 1822 a 1889: Capital do Império Brasileiro
- 1889 a 1960: Capital da República.

A posição de destaque da cidade ao longo dos anos está registrada nas edificações e ruas da cidade que, juntas, conseguem retratar parte da história do Brasil Colônia, Império e República através de uma variedade de estilos arquitetônicos, do colonial ao modernista, passando pelo neoclássico, eclético e *art deco*²². Ao todo, são 141 bens registrados e tombados, entre igrejas, museus, teatros, casarios, prédios, ruas e avenidas, além de morros, parques e jardins. Salvador possui 91 bens tombados, a cidade do Recife 39 e a de São Paulo, 20²³.

Apesar de a concentração ser justificada pelo próprio cenário da preservação no país, o BNDES foi amadurecendo a idéia de encontrar alternativas para uma melhor distribuição de recursos. Em 2005, com o novo regulamento, é aberta a possibilidade de apoio a projetos de bens tombados apenas em nível estadual.

Por outro lado, é criado o critério de cidades-pólo e, com ele, é inserido na análise dos projetos o conceito de recuperação sustentável²⁴, fortemente presente

²² Cabe ressaltar também que as instituições presentes na cidade do Rio de Janeiro são instituições nacionais, ou seja, depositárias da história e da memória do país e não apenas do Rio de Janeiro.

²³ Todos os dados de tombamento foram retirados do Arquivo Noronha Santos do IPHAN, disponível em www.iphan.gov.br Consulta realizada nos meses de julho e agosto de 2007.

²⁴ O conceito de recuperação sustentável significa a execução de obras de restauro e conservação em paralelo à adoção de medidas econômicas, institucionais e educativas, com o objetivo de ampliar o retorno econômico e social dos investimentos, aplicando-os em sua conservação permanente. (WEFFORT e SOUZA, 1988)

no Programa Monumenta. Outra mudança significativa é o aumento da participação do BNDES, em volume de recursos, em projetos situados em estados pouco ou nunca apoiados, como o apoio ao Convento de Santa Maria Madalena (Marechal Deodoro, AL), no valor de R\$ 2,3 milhões; e do apoio à Casa do Trem Bélico (Santos, SP), no valor de R\$ 1,4 milhão.

As três cidades-pólo selecionadas para o biênio 2005-2007 foram Ouro Preto (MG), Olinda (PE) e Rio de Janeiro (RJ). Ouro Preto foi escolhida devido à sua importância dentro do conjunto do patrimônio nacional, que a torna referência para o turismo cultural e histórico de Minas Gerais e do Brasil²⁵. Razões similares motivaram a escolha de Olinda. No caso do Rio de Janeiro, além da comprovada importância histórica da cidade, a escolha foi reflexo também do interesse do governo federal de aumentar os investimentos na cidade, especialmente em projetos relacionados aos museus, por conta da realização dos Jogos Pan-Americanos de 2007 e do conseqüente aumento no fluxo de turistas na cidade.

Para o segundo biênio (2007-2009) foram escolhidas as cidades de Salvador (BA), Laguna (SC) e Marechal Deodoro (AL)²⁶. Salvador, por ter ocupado o título de primeira capital do país e possuir belos exemplares do patrimônio nacional, mas que não conseguiu ainda, mesmo com os investimentos do Monumenta, promover uma revitalização sustentada e economicamente viável em seu centro histórico.

Laguna e Marechal Deodoro foram selecionadas principalmente pela localização e representatividade do conjunto arquitetônico. Laguna, porto natural circundado por faixa de terra plana, é a terceira cidade mais antiga de Santa Catarina, fundada em 1676. Serviu de ponto de apoio para a Coroa Portuguesa

²⁵ Patrimônio Cultural da Humanidade, Ouro Preto é uma das poucas cidades setecentistas brasileiras a preservar, não apenas um conjunto arquitetônico expressivo, mas também as características originais de sua urbanização.

²⁶ Das três cidades, apenas Marechal Deodoro nunca teve apoio do BNDES em projetos de restauro no âmbito da Lei Rouanet.

colonizar as terras do Sul do país, além de ter sido palco da Guerra dos Farrapos, entre 1835 a 1845²⁷.

Ilustração 11



Vista aérea de Laguna, cidade catarinense de ruas estreitas e casario colorido que ganhou destaque, durante a Guerra dos Farrapos (1835-1845), quando Bento Gonçalves instituiu no local a República Juliana.

Marechal Deodoro, localizada a apenas 21 quilômetros de Maceió, foi fundada no início do século XVII, quando os colonizadores portugueses ali se instalaram para evitar o contrabando de pau-brasil na costa brasileira. Teve papel de destaque no cenário político e histórico, no período que antecedeu à proclamação da República e possui um rico acervo arquitetônico em estilo barroco. Até então, o município tinha o nome de Santa Maria da Lagoa do Sul, tendo sido capital de Alagoas até 1839.

²⁷ A Guerra dos Farrapos foi uma guerra de caráter republicano contra o governo imperial do Brasil, resultando na declaração de independência da província do Rio Grande do Sul, dando origem à República Rio-Grandense, reintegrada ao país com o fim do conflito em 1845.

3.3. Apoio por projeto: escolhas e opções

Entre 1997 e 2007, O BNDES apoiou uma centena de projetos de restauro, adaptação e modernização relacionados a 90 bens culturais, a maioria deles tombados pela União. O trabalho desenvolvido nos últimos anos contribuiu, de maneira decisiva, para que edificações e construções representativas da história e da memória nacional, e que corriam o risco de virar ruína, pudessem ser recuperadas, além de adquirirem novos usos e funções. Desde o início, no entanto, os pedidos de colaboração financeira sempre foram superiores aos recursos disponíveis, o que forçou a adoção de critérios bem específicos de enquadramento, análise e aprovação de projetos.

Mas que critérios, afinal, foram esses? Primeiramente, cabe lembrar a clara influência do IPHAN na indicação dos projetos, principalmente nos primeiros anos de apoio, quando foi celebrado um convênio entre as duas instituições, resultando na priorização de bens edificados dos períodos colonial e imperial. Em segundo lugar, é importante destacar que o apoio à cultura materializado em patrocínio a projetos de preservação do patrimônio nacional estava sendo introduzido como prática em um banco de desenvolvimento, criado em 1952 com a função de promover o crescimento econômico do país. Essa tentativa de junção entre a dimensão cultural e a dimensão econômica e social pode ser percebida tanto no perfil dos projetos selecionados quanto na estratégia de atuação adotada pelo BNDES ao longo dos anos.

Em 1997, são contemplados com recursos não reembolsáveis projetos localizados em estados com fortes características arquitetônicas da Colônia e/ou do Império: Bahia, Minas Gerais, Pernambuco e Rio de Janeiro. O primeiro contrato, no valor total de R\$ 1.512.640,78, foi assinado pelo BNDES em 16 de janeiro de 1997 para o projeto “Igrejas Barrocas”, relacionado a duas igrejas: Nossa Senhora da Lapa dos Mercadores, localizada no centro do Rio de Janeiro, e Nossa Senhora do Rosário, localizada na cidade mineira de Ouro Preto.

Consideradas de enorme importância para a arquitetura nacional e para o barroco brasileiro, as duas igrejas possuem, em comum, uma rara singularidade, que é o uso da planta elíptica, também presente na Igreja de Nossa Senhora do Outeiro da Glória, no Rio de Janeiro.

Ilustração 12



O restauro da Igreja Nossa Senhora da Lapa dos Mercadores, no centro do Rio de Janeiro, foi objeto do primeiro contrato de patrocínio de preservação do patrimônio edificado nacional do BNDES.

Mas não é só isso. O primeiro apoio do BNDES promove, além das obras de restauração (no valor de R\$ 781.391,10 para a Igreja Nossa Senhora dos Mercadores e de R\$ 564.059,68 para a Igreja Nossa Senhora do Rosário), a realização do “Canteiro Escola”, treinamento de jovens em diversas atividades de restauro, durante a realização das obras, no valor de R\$ 167.184,00. A mesma idéia é implantada no apoio ao projeto de restauro do anfiteatro e da ala nordeste da Faculdade de Medicina da Bahia, no Centro Histórico de Salvador, também contratado em 1997. Cerca de 70 jovens, com idade entre 14 e 24 anos,

receberam orientação educacional e profissional, participando ativamente da execução das obras civis e de restauração ²⁸.

Já o apoio ao Paço Imperial – palco de momentos marcantes da história do Brasil, como as coroações de D. Pedro I e D. Pedro II e a extradição da Família Real – indica que a preocupação com a adaptação do bem tombado para seu uso no presente não é um critério de escolha que aparece apenas nos regulamentos mais recentes do Banco. Graças ao contrato firmado com o BNDES em 1997, o Paço Imperial se tornou, naquela época, o único espaço museológico da cidade a atender as exigências internacionais relacionadas a controle de temperatura, iluminação e sistema de segurança.

Na realidade, a relação entre o BNDES e o Paço Imperial sempre foi bastante próxima. Tanto que a instituição recebeu, em 1987, o primeiro apoio do Banco no âmbito da Lei Sarney, além de ter sido palco de diversas exposições patrocinadas pelo Banco²⁹. No final dos anos 90, como conta o ex-presidente do BNDES, José Pio Borges, a idéia era fazer do Paço Imperial

um Centro Cultural do BNDES. A meu ver, essa proposta seria um complemento à decisão de foco na preservação do patrimônio. O Paço Imperial está voltado para a arte contemporânea que, de certa forma, é o oposto, mas também complementa essa visão de antigo e novo, de passado e de futuro. Infelizmente não houve tempo para consolidar essa idéia. É uma pena ³⁰.

Em 1999, a visão da cultura como item indispensável na busca do pleno desenvolvimento de determinada região é fortalecida através da ação de apoio

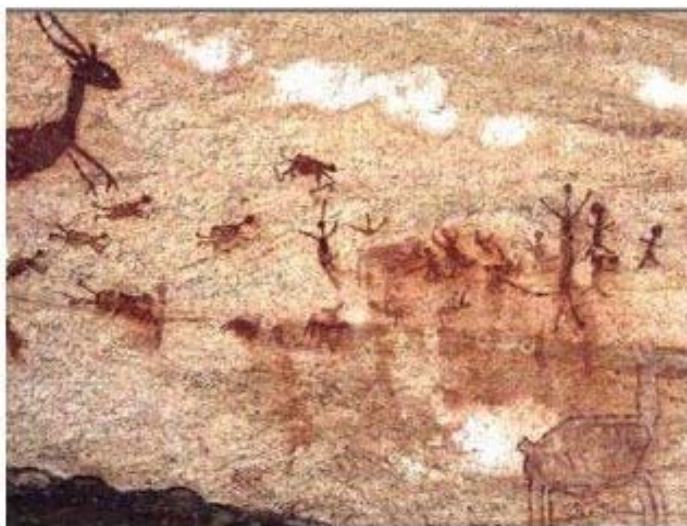
²⁸ Orientação supervisionada pela Escola Oficina de Salvador (EOS), criada através de acordo internacional e baseada no modelo espanhol das *Escuelas Taller*, existente em 27 países da América Latina e Caribe

²⁹ Foram realizadas três exposições no Paço Imperial: “O Brasil Redescoberto” (1999), mostra de obras de artistas que vieram para o Brasil junto com a Família Real Portuguesa em 1808; “Quando o Brasil Era Moderno”(2000-2001), sobre o modernismo visual brasileiro entre 1905-1955; e “Caminhos do Contemporâneo” (2002), evento em comemoração aos 50 anos do BNDES cujo objetivo foi mapear a arte brasileira entre 1952-2002, e correlacionar os movimentos artísticos ao pensamento econômico do período.

³⁰ Entrevista concedida em 08/06/2008. As demais declarações que aparecem no presente Capítulo são referentes à entrevista realizada nesse dia.

integrada entre a Área Social e a Área de Comunicação no Parque Nacional da Serra da Capivara, no Piauí. Com uma área de 130 mil hectares no município de Raimundo Nonato, esse parque possui a maior concentração de sítios pré-históricos das Américas (são mais de 360) e desde 1991 integra a Lista de Patrimônio Cultural da Humanidade da Unesco.

Ilustração 13



O Parque Nacional da Serra da Capivara (PI) recebeu o único patrocínio do BNDES no âmbito da Lei Rouanet destinado ao patrimônio arqueológico nacional.

Foram dois contratos de patrocínio assinados em 1999 e 2001, cada um no valor de R\$ 200 mil para obras de consolidação de paredes com pinturas rupestres em 48 sítios arqueológicos e recuperação e proteção de 10 sítios arqueológicos, localizados nas áreas mais visitadas do Parque da Capivara. Já a Área Social financiou, no valor de R\$ 1,9 milhão, obras destinadas à construção de núcleos de apoio às comunidades do local (como creche e ambulatório).

Em 2003, com o conhecimento adquirido na análise e acompanhamento de mais de 40 projetos de restauro, o BNDES decide amplificar os resultados de sua atuação. Ana Luiza Landim, gerente de Incentivo à Cultura na época, introduz na análise dos projetos o conceito de apoio prioritário a obras de restauro inseridas em áreas degradadas das cidades, principalmente naquelas que pudessem ser beneficiadas com programas municipais de revitalização ³¹.

Um dos marcos desse período é o apoio integral feito pelo BNDES em 2003³², no valor de cerca de R\$ 1,3 milhão, para o restauro e revitalização da Igreja Nossa Senhora da Saúde, localizada no Bairro da Saúde, zona portuária do Rio de Janeiro. Construída em 1742, a Igreja da Saúde – uma das mais antigas igrejas da cidade, tombada pelo então SPHAN na primeira lista de 1938 – possui uma arquitetura que mistura o rural e o urbano, com traços barrocos e neoclássicos, com a mesma proporção de, aproximadamente, 1x1 entre as alturas do edifício e do morro verificada na Igreja Nossa Senhora do Outeiro da Glória, também no Rio de Janeiro, o que fazem delas esculturas sobre pedestais³³.

Praticamente em ruínas, a Igreja da Saúde estava abandonada há muitos anos, reflexo do processo de decadência ocorrido na zona portuária carioca no século 20. Metade dos azulejos portugueses, que vieram de Lisboa no início século 19 e retratam cenas de José no Egito emolduradas por barra rococó, foram roubados, assim como muitos entalhes raros do altar. A Igreja já havia sido restaurada duas vezes no passado, mas como não houve uma preocupação com a restituição e uso do bem pela comunidade, ela voltou a ser saqueada e

³¹ Essa idéia será incorporada como um dos eixos de atuação da política cultural adotada oficialmente pelo BNDES em 2005 para o apoio a projetos de preservação do patrimônio, e que continua vigente até hoje.

³² Em 2001, o BNDES patrocinou integralmente a execução de obras emergenciais na Igreja da Saúde, cuja cobertura estava completamente comprometida, o que colocava em risco a integridade física da construção. Os recursos desembolsados, de cerca de R\$ 196 mil, permitiram fazer, ainda, a catalogação e a proteção de todo o acervo que restou da igreja; e executar o projeto executivo de restauração iniciada em 2003.

³³ As colinas sobre as quais as duas igrejas foram construídas eram cercadas pelo mar na época. A diferença é que o bairro da Saúde entrou em decadência no século 20 e a Glória, não. Isso explica o abandono relegado à Igreja da Saúde, fazendo com que muita gente, nos dias de hoje, sequer saiba da sua existência.

abandonada. Como garantir, então, que isso não voltaria a ocorrer? Ana Landim explica que, na análise do pedido de apoio feito ao BNDES na época, alguns aspectos foram determinantes para a sua aprovação, entre eles

a implementação do projeto habitacional no Morro da Saúde, em terreno contíguo à Igreja, o que trouxe uma verdadeira oportunidade para a revitalização do bairro; e a disposição existente de dinamização de toda a zona portuária, inclusive com vários projetos em estudo. Por outro lado, o projeto apresentado estava calcado em modernos conceitos de restauração e, ao garantir sua execução, o BNDES pôde contribuir para a difusão e consolidação dessas técnicas. Na verdade, o apoio à Igreja da Saúde foi uma oportunidade excelente de unir, em um mesmo projeto e sob uma ótica moderna, a questão da preservação e do desenvolvimento³⁴.

Toda a execução do projeto da Igreja da Saúde seguiu os princípios defendidos pelo teórico italiano Cesare Brandi. Para BRANDI (2004), a restauração deve visar o restabelecimento da unidade potencial da obra-de-arte desde que isso seja possível, sem cometer um falso artístico ou falso histórico, e sem cancelar nenhum traço da sua passagem no tempo. Ou seja, o objetivo era deixar claro que houve uma intervenção na igreja.

Conforme contam os arquitetos responsáveis pela obra, Jorge Astorga e Cândido Campos³⁵, os painéis furtados que possuíam registro fotográfico foram reintegrados com a técnica de afresco sobre a própria argamassa de revestimento da parede. Uma técnica que preserva a leitura do conjunto, mas que permite perceber, facilmente, não se tratar dos azulejos roubados. “Se os originais forem encontrados, podem voltar ao lugar de origem” diz Astorga.

Técnica semelhante foi usada para as talhas de madeira tiradas das paredes e do altar, recriadas em peças de resina pintadas, dando a impressão de

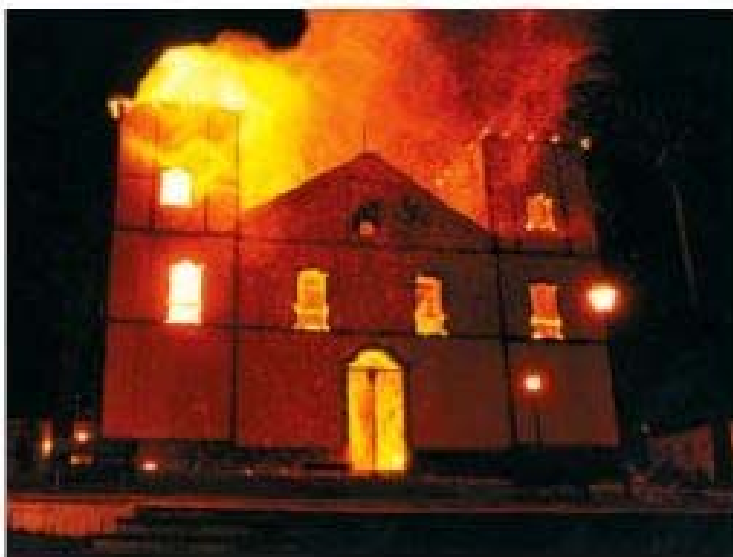
³⁴ Entrevista concedida 23/06/2008. As demais declarações que aparecem no presente Capítulo são referentes à entrevista realizada nessa data.

³⁵ “Rio restaura o primeiro monumento tombado”. O Estado de São Paulo, dia 02.03.2005, página C4.

relevo. “A idéia é compor o visual da época, mas deixar claro para o público leigo que o que havia ali foi retirado”, complementa Campos.

Outro projeto importante contratado no início de 2003 pelo BNDES está relacionado mais diretamente ao valor simbólico e de identificação de determinado bem para uma comunidade. No dia 05 de setembro de 2002, um incêndio praticamente destruiu a Igreja Matriz de Pirenópolis, construída por escravos em 1732 e considerada o monumento mais antigo do Estado de Goiás. Nessa igreja eram realizadas as mais importantes cerimônias religiosas da cidade, com famílias inteiras recebendo ali o batismo, a crisma e a benção de casamento. Em menos de quatro horas, o fogo queimou todo o teto e seus afrescos, todas as imagens de pequeno porte, os castiçais de prata e os cinco altares em estilo barroco.

Ilustração 14



Em menos de cinco horas o fogo destruiu a Igreja Nossa Senhora do Rosário, construída em 1732 na cidade de Pirenópolis e considerada o monumento mais antigo do Estado de Goiás.

No dia seguinte ao incêndio, o BNDES anunciou seu apoio para a restauração da Igreja. Elizabeth Maria de São Paulo, superintendente na época, conta que viajou para Pirenópolis em seguida para verificar os estragos e o que poderia ser feito pelo Banco e ficou muito emocionada com o que presenciou:

A gente via o luto no olhar dos moradores da cidade. Eles realmente sentiram o incêndio como uma perda pessoal. Foram deixadas muitas flores na frente da igreja. Naquele momento, eu compreendi plenamente como a destruição de um patrimônio provoca a perda de referenciais importantes em uma comunidade.³⁶

O ano de 2003 também traz a marca da realização de três projetos integrados de divulgação das ações do BNDES na área de preservação do patrimônio³⁷. No âmbito das comemorações do 51º aniversário do Banco, é desenvolvido o projeto “Som e Luz: Largo da Carioca – o Coração do Rio”, um espetáculo gratuito de som luz contando a história do Largo da Carioca desde a fundação da cidade do Rio de Janeiro projetado nas paredes do Convento de Santo Antônio. “Além de divulgar o trabalho do BNDES, esse trabalho teve como objetivo democratizar o acesso da população a bens culturais e colaborar para o resgate de cidadania e apropriação do espaço público pela população carioca”, explica Elizabeth São Paulo³⁸.

A segunda iniciativa foi promovida durante a 5ª BIA – Bienal Internacional de Arquitetura e Design de São Paulo³⁹, realizada de 14 de setembro a 2 de novembro de 2003 no Parque do Ibirapuera e que congrega diversas exposições com as contribuições mais significativas e inovadoras da área de urbanismo, de

³⁶ Entrevista concedida em 2/05/2008. As demais declarações que aparecem neste Capítulo são referentes à entrevista realizada nesse dia.

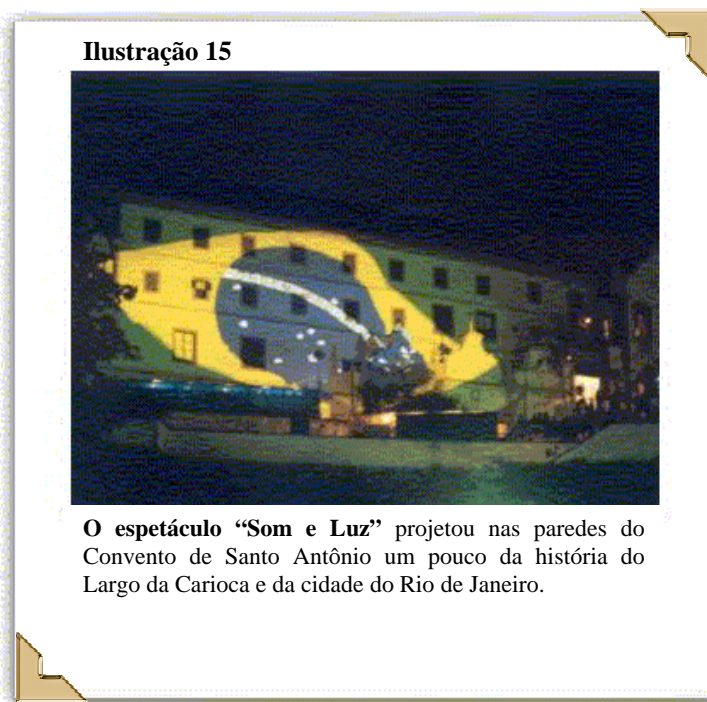
³⁷ Além da exposição *Uma Viagem ao Patrimônio Mundial Brasileiro*, panorama geral dos 17 sítios brasileiros inscritos pela UNESCO na Lista do Patrimônio Mundial, realizada na Galeria do BNDES entre 19 de março e 17 de abril de 2003.

³⁸ O roteiro do espetáculo pode ser consultado no ANEXO 4.

³⁹ A BIA é o único evento brasileiro de Arquitetura e Urbanismo assinalado no calendário internacional de eventos sobre o assunto.

arquitetura e *design*. O BNDES montou na Bienal um estande composto por uma série de caracterizações referentes a projetos apoiados no âmbito da Lei Rouanet, inclusive com uma exposição fotográfica de várias obras de restauro realizadas. No local foi construída uma réplica de parte da Igreja da Ordem 3ª de S. Francisco da Penitência – monumento que ocupa posição de destaque no centro do Rio de Janeiro e é legítimo exemplar do barroco português no Brasil. – e instalada uma oficina de restauro.

A terceira ação foi a participação do BNDES, pela primeira vez em sua história, da Feira da Providência, evento realizado pela Arquidiocese do Rio de Janeiro com o objetivo de angariar fundos para as ações sociais promovidas pelo Banco da Providência. O cenário montado para a 5ª Bienal de Arquitetura e Design de São Paulo foi reutilizado, sendo reproduzido no estande o ambiente do Largo da Carioca, onde estão localizados o BNDES e Igreja da Ordem 3ª de S. Francisco da Penitência⁴⁰.



⁴⁰ O BNDES conquistou o prêmio especial “Apoio à Cultura” do Guia 4 Rodas pelo conjunto dos trabalhos de Restauro de Patrimônio Arquitetônico desenvolvido no âmbito da Lei Rouanet em 2003.

Em 2005, o BNDES assinou o primeiro contrato de apoio no Estado do Rio Grande do Sul destinado a obras de restauro na Igreja da Vila de Santo Amaro, localizada no município de General Câmara e um dos mais significativos conjuntos urbanos de origem portuguesa do estado⁴¹. O diferencial do projeto foi a inclusão de uma rubrica específica com o objetivo é garantir a execução de um trabalho educacional dividido em

- Acompanhamento acadêmico do restauro: Foi firmada uma parceria com a Universidade de Santa Cruz (município vizinho a Venâncio Aires e Santo Amaro) para o trabalho de pesquisas arqueológicas, já que a universidade possui um Centro de Pesquisas Arqueológicas;
- Educação Patrimonial: Foi montada grade de visitas para alunos da rede pública de ensino para mostrar o processo de restauro da Igreja e a importância da preservação dos bens públicos. Também foram realizadas oficinas com professores e alunos, com trabalhos de desenhos e maquetes, entre outros, para a realização de exposições sobre o projeto de restauro.

Na mesma linha da educação e capacitação integrada ao processo de restauro o BNDES encerra, em 2005, uma série de apoios para a criação do Museu de Artes e Ofícios (MAO), instalado no edifício em estilo neoclássico da Estação Central do Brasil, no centro de Belo Horizonte, Minas Gerais. Resultado de mais de 30 anos de pesquisas e aquisições de Ângela Gutierrez, presidente do Instituto Cultural Flávio Gutierrez, o acervo do MAO tem como principal propósito a valorização da história do trabalho no Brasil, a transmissão desse valor aos estudantes e a transmissão dos saberes de muitos ofícios aos jovens, permitindo que se integrem ao mercado de trabalho com funções especializadas. Dentre as atividades documentadas pela instituição estão a carpintaria, a olaria, a ferraria, a padaria, o curtume, a sapataria, a chapelaria, a barbearia, a odontologia, o tropeirismo, o laticínio, o comércio ambulante, a ourivesaria, a tecelagem, a doçaria, a costura e os ofícios ligados à religião.

⁴¹ A Igreja da Vila de Santo Amaro e mais 14 casas em seu entorno foram tombadas em 1998 para garantir a preservação de sua arquitetura, representativa da história e da memória local e regional.

O BNDES patrocinou tanto as obras de restauro do prédio da Estação Central do Brasil como a construção de dois anexos ao museu destinados a atividades do programa educativo e do programa de capacitação profissional de jovens, voltado para restauração e para ofícios artesanais especializados, de modo que mestres artesãos possam transmitir seus conhecimentos, perpetuando nossa tradição⁴².

Em 8 de fevereiro, o BNDES inaugura a nova política cultural de apoio ao patrimônio, conforme regulamento aprovado no final de 2005, com a assinatura do contrato do projeto de restauração do Centro de Artes e Fazeres, situado no prédio histórico da Santa Casa de Misericórdia, em Ouro Preto (MG). Nesse momento, é oficializado o discurso da cultura como uma dimensão para o desenvolvimento sustentável das cidades e o raio de atuação do BNDES em projetos de restauro é formalmente ampliado, abarcando várias das propostas e iniciativas processadas na última década, como podemos perceber em alguns exemplos abaixo relacionados:

- Centro Cultural do Instituto Butantan (São Paulo, SP): tem como objetivo o restauro e adaptação das edificações tombadas pelo Estado de São Paulo que compunham a antiga carpintaria e marcenaria para abrigar três áreas para exposições e um auditório multimídia com capacidade para 80 pessoas;
- Centro Administrativo de Bagé e Palacete Pedro Osório (Bagé, RS): recuperação da antiga ferroviária da cidade, construída em 1929, que abriga o Centro Administrativo da prefeitura; e restauração do Palacete Pedro Osório para o desenvolvimento de atividades culturais relacionadas às artes plásticas e cênicas e à música. com a criação de um espaço para as artes;
- Igreja de Santa Efigênia (Ouro Preto, MG): fundado em 1717, é considerado o principal templo da confraria dos negros, apresentando diversos elementos da cultura africana inseridas em sua talha barroca, como búzios, chifres de carneiro e cabra e marcas de iniciação;

⁴² O MAO foi selecionado, ainda, no Programa de Preservação de Acervos do BNDES.

- Museu do Meio Ambiente (Rio de Janeiro, RJ); restauro do prédio histórico de dois andares e 800 metros quadrados localizado dentro do Jardim Botânico e que esteve fechado por mais de dez anos. É o primeiro museu da América Latina destinado à promoção de exposições sobre a questão ambiental;
- Sobrado do Imperador (Igarassu, PE); restauro do prédio da primeira Casa de Câmara e Cadeia de Pernambuco e local onde o Imperador Pedro II concedeu o beija-mão e almoçou no dia 5 de dezembro de 1859, que estava em ruínas e fechado. Vai abrigar atividades ligadas à preservação e divulgação do patrimônio nacional;
- Casa de Jorge de Lima (Maceió, AL): restauro da Casa do poeta Jorge de Lima, anexo da Academia Alagoana de Letras, que possui destacado valor histórico para o Estado de Alagoas. Primeiramente, por ser uma das significativas edificações que contornam a Praça Visconde de Sinimbu — local que concentra edificações do início do século passado. Segundo, por ter sido a residência do poeta alagoano, cuja importância literária se estende ao restante do país. A relação do imóvel com a imagem de Jorge de Lima consolidou a importância e a referência cultural da casa, levando a população a reivindicar a obra;
- Casa do Trem Bélico (Santos, SP): restauração da Casa do Trem Bélico, construída no século XVIII, com o objetivo de adaptá-la para ser um museu. Considerado o prédio público mais antigo da cidade, foi um dos primeiros imóveis do Estado de São Paulo a ganhar o título de patrimônio histórico nacional em 1940. Estava abandonado e em condições inadequadas de utilização para fins culturais e turísticos. Como está localizada em uma rua pequena e estreita no Centro Histórico de Santos, houve a necessidade de se integrar o processo de restauro do imóvel a um contexto urbanístico geral, incluindo a derrubada dos muros que separam o terreno anexo da rua e a transformação desse terreno em um gramado ligado ao espaço público, abrindo o logradouro para pedestres.



CONCLUSÃO

CONCLUSÃO

“O futuro é o único que nos resta intacto”.

Frederico Mayor

A preservação do patrimônio é uma prática característica dos estados modernos ocidentais. O Estado, ao atribuir um determinado valor a certas manifestações históricas e artísticas, inscreve, no espaço social, figurações concretas e visíveis de valores que deseja transmitir e preservar. No Brasil, essa prática tomou corpo no início do século XX, com os modernistas e Getúlio Vargas e, desde então, tem sido o lado mais coerente e estável das tentativas de implantação de políticas públicas para o fomento e a difusão da cultura nacional.

Nesse contexto, podemos dividir a atuação do Estado na política brasileira de preservação em três grandes momentos:

1. Na primeira fase, quando Getúlio Vargas inicia o processo de preservação no país, o objetivo é o fortalecimento do sentimento de pertencimento ao país e de formação de uma identidade verdadeiramente nacional. O Estado, nesse momento, tem interesse no discurso nacionalista como forma de legitimação do poder;
2. Com a ditadura, a preservação nacional entra em uma segunda fase. Os militares, como Getúlio, também estavam interessados no fortalecimento de um sentimento de nacionalidade para o Brasil, só que fortemente atrelado ao discurso de segurança nacional e, em um segundo momento, ao seu valor econômico;
3. A volta da democracia instaura, com uma forte participação das empresas estatais, o mecanismo de apoio à cultura através da renúncia fiscal, provocando a entrada de novos atores na política de preservação do patrimônio nacional.

E é justamente na terceira fase de atuação do Estado na política de preservação que o BNDES entra em cena. Interessante perceber que, no caso específico do BNDES, a implantação das leis de incentivo foi a responsável por abrir às portas para a cultura dentro do maior banco de desenvolvimento da América Latina. Sem a Lei Rouanet, talvez o BNDES não fosse hoje o principal patrocinador de projetos de restauro, visto que dentro da missão do mesmo não estava previsto o apoio à cultura e, portanto, também não estava prevista dotação orçamentária para esse fim. A Lei Rouanet criou o orçamento para a cultura dentro do BNDES.

Bem, se os recursos são oriundos da renúncia fiscal, então o BNDES nunca investiu diretamente na preservação do patrimônio nacional? É apenas uma transferência de recursos, uma ação de *marketing* cultural? Apesar dessa ser uma das críticas em relação ao trabalho realizado pelo BNDES nessa área, basta olhar os critérios de análise e seleção de projetos apoiados, o volume de recursos desembolsados e o número de funcionários que integram a equipe para perceber que a atuação do BNDES vai bem mais longe.

Primeiro porque os recursos que integram o orçamento do BNDES – tanto para patrocínio quanto para financiamento – são, na realidade, majoritariamente de origem pública. Segundo, porque o BNDES é um instrumento do Governo Federal e entre suas atribuições está viabilizar as diversas políticas públicas, inclusive na área cultural. Em terceiro, porque o histórico de desembolso de mais de R\$ 90 milhões em quase uma centena de projeto de restauro, modernização e adaptação de bens culturais tombados exigiu a montagem de uma estrutura interna específica, que atualmente envolve mais de 30 pessoas, tanto na área de cultura quanto de áreas afins, como a financeira e a jurídica.

Por outro lado, é possível dizer que a consolidação do sistema de financiamento da cultura no Brasil, apoiada nos incentivos fiscais e nos fundos orçamentários, significou um esforço importante de diversificação de fontes, além

de ter representado uma nova proposta para suprir dificuldades de financiamento. Nenhum instrumento é perfeito para responder a todas as demandas financeiras do universo cultural. Fundos Públicos, isenção fiscal, editais, patrocínios diretos, financiamentos bancários, empréstimos subsidiados, fundos de investimento, capital de risco, *marketing* cultural, orçamentos governamentais, todos tem aspectos positivos e negativos (CAETANO, 2007).

A institucionalização de um departamento voltado exclusivamente para a cultura dentro do BNDES está permitindo um olhar e um pensar diferentes sobre o financiamento à cultura, mais perceptível no caso da cadeira produtiva do audiovisual, com a criação de fundos de investimentos e linhas de apoio específicas. Mas é importante frisar que a lógica de banco de desenvolvimento, econômico e social, sempre esteve presente na atuação do BNDES em projetos de preservação do patrimônio nacional, conforme pode ser comprovado na presente dissertação. Da mesma forma, é fácil visualizar o pioneirismo do BNDES na gestão dos recursos provenientes das leis de incentivo, refletido na própria continuidade da proposta esboçada em 1996.

Cabe destacar também que, no caso específico da cultura, o BNDES passou a trabalhar com clientes “não tradicionais”. A inclusão de um novo perfil de cliente exigiu uma série de ajustes até o amadurecimento de um modelo compatível com as exigências operacionais do BNDES, entre elas a elaboração de uma agenda capaz de unir as ações voltadas para o enfrentamento das especificidades das questões culturais com as características típicas da ação do Banco, ou seja, a oferta de recursos financeiros de longo prazo, reembolsáveis.

Esse é um trabalho dinâmico, ainda em curso. Na realidade, a garantia de um acesso mais homogêneo aos recursos do BNDES na área cultural vai além do contínuo aperfeiçoamento do apoio que vem sendo feito desde a década de 90. A democratização plena dos recursos depende da sistematização e disseminação de novas metodologias e da avaliação dos resultados e dos impactos dos aportes

feitos pelo Banco, além do estabelecimento de uma interlocução contínua com os principais atores sociais envolvidos nesse processo.

De qualquer forma, a análise dos projetos que integram a carteira do BNDES e o acompanhamento das ações desenvolvidas desde 1997 na área de preservação do patrimônio permitiram o levantamento de gargalos no processo, a saber:

- A ação isolada de restauro de um determinado bem não garante a sua preservação, já que são necessários recursos para a sua manutenção;
- Muitas edificações, apesar de serem tombadas, não oferecem acessibilidade à população de maneira geral ou um uso democrático do seu espaço que justifique a utilização de recursos incentivados no seu restauro;
- O apoio a diversos projetos na mesma área sem interligação entre eles enfraquece o objetivo de alavancar a economia de determinada cidade ou região, além de diminuir a visibilidade institucional da empresa patrocinadora;
- A proposta de apoio a ações emergenciais de restauro para garantir a integridade física de edificações ameaçadas inibe um planejamento mais amplo e em sinergia com outros programas de governo voltados para a recuperação sustentável das cidades brasileiras.

Com isso, o regulamento atual para apoio a projetos de restauro, adaptação e modernização de bens culturais está mais objetivo e centrado na solução desses entraves, o que corrobora ainda mais a postura adotada pelo atual governo de dar um caráter econômico às diversas manifestações culturais, inclusive na área do patrimônio. Estão sendo adotados parâmetros e conceitos diversos dos utilizados anteriormente, principalmente para fortalecer os seguintes pontos:

- Critérios para definição das cidades-pólo com potencial de investimento;
- Convergência entre os projetos de restauro e os outros programas de apoio (acervo e cinema);
- Convergência entre os projetos de restauro e o Programa Monumenta, do Governo Federal;

- Atrativos da região para captação de investimentos privados (históricos, culturais e econômicos).

Dentro dessa ótica da cultura como fator econômico e de desenvolvimento, a atuação do BNDES acabou insuflada pelas novas diretrizes para o fortalecimento da cultura e conseqüente irradiação para todas as regiões do país traçadas pela equipe do governo Lula, entre elas:

- Democratizar o acesso aos recursos incentivados;
- Dinamizar a economia da cultura e gerar mais empregos;
- Elevar a qualidade dos projetos;
- Focar recursos nas prioridades do país
- Desburocratizar e modernizar os instrumentos de gestão;
- Garantir controle dos recursos captados.

Podemos perceber também uma preocupação maior com o uso que o bem terá depois de restaurado. São estimuladas as medidas e as alternativas capazes de ampliar o retorno econômico e social dos investimentos. Sendo assim, a análise de viabilidade de um projeto de restauro dentro do BNDES passa a levar em consideração não apenas a restauração física da edificação, mas também a forma como ela será reintegrada na vida da cidade e a sua capacidade de atrair novos investimentos.

Mesmo com os esforços que vem sendo pelo MinC – através principalmente do Monumenta – e da amplitude do atual regulamento do BNDES, a falta de uso ainda é o aspecto mais sério a ser enfrentado. O que se busca agora, mais do que nunca, é a aliança entre restauração e revitalização. A existência de um plano de uso, com envolvimento real da comunidade, estimula a conservação e evita que novos investimentos sejam necessários no curto e no médio prazo.

É preciso lembrar que uma política cultural para ser verdadeiramente pública precisa ter um escopo amplo capaz de abarcar toda a população de determinado país e não apenas alguns segmentos da sociedade. A sociedade deve ser o alvo final do sistema de financiamento. Dar acesso aos bens culturais, no entanto, continua a ser o maior desafio dos governos que se sucedem no poder no Brasil. Até mesmo no caso do patrimônio cultural, a ação sistemática de mais de setenta anos do Estado não foi capaz de democratizar o acesso aos monumentos, edificações e construções preservadas. Mas dar acesso significa também descentralizar. Em países como o Brasil, heterogêneo e profundamente desigual, esse é outro desafio a ser vencido, inclusive pelo BNDES, que ainda concentra a maior parte dos recursos desembolsados no âmbito da Lei Rouanet na região Sudeste do país.

Mesmo de forma desigual, a cultura está definitivamente incluída entre os fatores de desenvolvimento, em que as políticas culturais devem estar articuladas às econômicas e sociais. Se a cultura tem sido objeto de preocupação pelo valor que possui, em si mesma e por ser a expressão de diferentes modos de viver; agora ela também é observada na sua capacidade geradora de renda e de empregos. Na avaliação de REIS (2007), uma das aplicações mais visíveis da economia da cultura se dá quando, aliada ao urbanismo, integra um programa de desenvolvimento socioeconômico por meio de revitalizações urbanas (2007:56).

A utilização do conhecimento do mercado e das metodologias econômicas a serviço dos objetivos de política cultural revela que a cultura não só é capaz de promover valores demográficos, reforçar as identidades de uma sociedade, incrementar a qualidade de vida, favorecer a criatividade e a inovação de um povo, mas também possui uma faceta econômica fundamental para gerar inclusão em uma sociedade em desenvolvimento. (REIS, 2007:58)

Ou seja, além de garantir a preservação de edificações ameaçadas e associar de maneira positiva a imagem institucional do BNDES ao patrimônio nacional, a decisão de focar o apoio do BNDES em projetos de restauro como

forma de reintegrá-los à sociedade, dando-lhes também um caráter educacional, econômico e gerador de emprego e renda, está afinado com as modernas concepções de uso e apropriação do patrimônio de uma nação.

Entretanto, somente uma ação pública coordenada, de recuperação do patrimônio edificado, associada à revitalização econômica e social de seus usos, pode garantir que os bens culturais restaurados – pelo BNDES ou por qualquer outro órgão ou empresa, pública ou privada – realmente sejam reintegrados à sociedade. Um dos caminhos é o fortalecimento da noção de patrimônio, conforme explica GOUVEIA:

Não basta, segundo um texto oficial, que um edifício histórico seja palco de concertos, exposições de arte ou de balés. É preciso que a arquitetura faça parte integrante do espetáculo. Para chegar a isto, sugere-se a elaboração de espetáculos inspirados na história do monumento, suas dimensões sócio-políticas, a divulgação de material documental e de análise do monumento para que grupos da comunidade organizem suas próprias visitas aos monumentos históricos. (GOUVEIA, 1995:62)

Só é possível preservar a história de uma comunidade e suas várias formas de manifestação conhecendo-a e fomentando a sua disseminação. Olhar para o passado, entendê-lo e reconhecer sua relação com o contexto atual é valorizar a construção de um mundo cada vez melhor para as próximas gerações. Como bem explica CHAGAS (2002), cultura por si só não basta; cultura é relação; precisa estar integrada à sociedade e às vidas das pessoas, precisa fazer parte do presente. Ou nas palavras de CANCLINI:

O processo social de desenvolvimento do patrimônio requer que diferenciemos, nele, segundo os termos de Raymond Williams, o que é arcaico, residual e emergente. O arcaico é o que pertence ao passado e é reconhecido como tal por quem hoje o revive, quase sempre ‘de um modo deliberadamente especializado’. Por outro lado, o residual se formou no passado, mas se encontra em atividade dentro dos processos culturais. O emergente designa os novos significados e valores, novas práticas e relações sociais. A política cultural não pode apegar-se ao primeiro sentido, como costuma acontecer; precisa

articular a recuperação da densidade histórica com os significados recentes que geram as práticas inovadoras na produção e consumo. (CANCLINI, 1994:109)

A decisão do BNDES de focar sua ação na preservação do patrimônio edificado contribuiu primeiramente para disseminar a importância histórica dessas edificações para a memória da sociedade brasileira. O conhecimento e a experiência adquiridos no decorrer dos anos aliados à missão primordial do BNDES, que é promover o desenvolvimento com inclusão social, permitiram um alargamento sistemático dos objetivos propostos, tornando o apoio a projetos de restauro um dos caminhos para a inclusão social e o fortalecimento da cidadania.

No final das contas, o Brasil ainda está em busca de ferramentas estatais que realmente permitam fazer da preservação do patrimônio um meio eficaz de intervir positivamente no arcabouço cultural brasileiro, uma tentativa de encontrar o equilíbrio entre atuação arbitrária e omissão das políticas públicas. Da mesma forma, o BNDES vem aprimorando a sua forma de atuação através da reformulação de regulamentos e da criação de programas específicos para a preservação da memória nacional com base nos resultados alcançados no passado porque

a cultura é cumulativa por definição. Nunca é um afresco instantâneo. Ela se perfila e se constrói por tradições, gostemos ou não. E, em particular, se quisermos inovar profundamente nesse campo, devemos pensar a longo e médio prazos, o que implica assumir acúmulos, apreender que o mundo não começa conosco, que as políticas culturais não prosperam nem se arraigam com base nas cisões culturais” (CAETANO, 2007:48)



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. Fontes Oraís, Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). *Fontes Históricas*. – São Paulo: Contexto, p. 155-202, 2005.

_____. *Ouvir Contar: textos em história oral*. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo*. Lisboa: Edições 70, 1991.

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. *Rodrigo e o SPHAN: coletânea de textos sobre o patrimônio cultural*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Fundação Nacional Pró-Memória, 1997.

ARANTES, A.A. *O espaço da diferença*. Campinas, SP: Papyrus, 2000.

ARQUIVO GUSTAVO CAPANEMA, FGV/CPDOC, disponível no site <http://www.cpdoc.fgv.br>. Consultado em 08/06/2007.

ARRIGUI, Giovanni. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora UNESP, 1996.

AZEREDO, Beatriz e DUNCAN, Pedro Gomes (orgs). *A experiência da área de desenvolvimento social no período de 1996-2002*. Rio de Janeiro, BNDES, 2002.

BALAKRISHAN, Gopal (org). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 4 ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BNDES: *50 anos de desenvolvimento*. São Paulo: DBA Artes Gráficas, 2002.

BNDES, *Coleção de Relatórios da Área de Comunicação do*. Rio de Janeiro: BNDES, 2000-2005.

BNDES e o Plano de Metas 1956/61. Rio de Janeiro: BNDES, 1996.

BNDES, 40 anos. *Um agente de mudanças*. Rio de Janeiro: BNDES, 1992.

BNDES, Relatório de Atividades do. Rio de Janeiro: BNDES, 1980-2007.

BO, João Batista Lanari. *Proteção do patrimônio na UNESCO: ações e significados*. Brasília: UNESCO, 2003.

BOMENY, Helena. Patrimônios da memória nacional. In: *Ideólogos do patrimônio cultural*. Rio de Janeiro, IBPC, p. 1-14, 1991.

BORDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

_____. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BOTELHO, Isaura. *Romance de formação: FUNARTE e política cultural 1976-1990*. Rio de Janeiro, Casa de Rui Barbosa, 2001.

BRANDI, Cesare. *Teoria da Restauração*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2004.

BRANT, Leonardo. *A Lei Rouanet por Sérgio Xavier*. Cultura e mercado, 9/06/08. Disponível no site www.culturaemercado.com.br

BRASIL. Ministério da Cultura. *Legislação cultural brasileira anotada*. Supervisão e organização da pesquisa Theo Pereira da Silva, coordenação e pesquisa Yberê Eugênio Veiga. Brasília: MinC, 1997.

BRESCIANI, Maria Stella. Cidade e História. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org). *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, p. 17-35, 2002.

CAETANO, Gerardo. Cultura, desenvolvimento e política. In: *Observatório Itaú Cultural*, nº. 2, p. 39-49, maio/agosto 2007. São Paulo: Itaú Cultural, 2007.

CALABRE, Lia (org.). *Políticas culturais: diálogo indispensável*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2005.

CAMARGO, Haroldo Leitão. *Patrimônio Histórico e Cultural*. São Paulo: Aleph, 2002 (Coleção ABC do Turismo).

CAMPELLO, Glauco. Apresentação Revista do Patr, Haroldo Leitão. *Patrimônio Histórico e Cultural*. São

CANCLINI, Néstor Garcia. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. 4 ed. São Paulo: Ed. USP, 2003.

_____. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

_____. O Patrimônio Cultural e a Construção Imaginária do Nacional. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. nº. 23, p. 94-115, 1994.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. *A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CASTELLO, José. Cultura.. In: LAMOUNIER, Bolívar e FIGUEIREDO, Rubens (org). *A era FHC: Um balanço*. São Paulo: Cultura Editores Associados, p. 627-656, 2002.

CASTRO, Ana Célia (org). *Desenvolvimento em debate*. Rio de Janeiro: Mauad: BNDES, 2002 (volumes 1,2 e 3).

CAVALCANTI, Lauro. *Modernistas na Repartição*. 2ed. Rev. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: IPHAN, 2000.

_____(org). Modernistas, arquitetura e patrimônio. In: PANDOLFI, Dulce (org). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, p. 179-189, 1999.

CHACON, Vamireh. *A construção da brasilidade*. Brasília: Paralelo 15 – São Paulo: Marco Zero. 2001.

- CHAGAS, Mário. Cultura, patrimônio e memória. Porto Alegre: *Ciências & Letras*. Nº. 31, p. 15-29, jan/jun. 2002.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1988.
- CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ática, 1994.
- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Liberdade/Unesp, 2001.
- CHUVA, Márcia. Fundando a nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado. *Topoi*, UFRJ, v.4, nº. 7, p. 313-333, jul/dez, 2003.
- _____ (org.). *A invenção do patrimônio: continuidade e ruptura na constituição de uma política oficial de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1995.
- COELHO, Teixeira. *Dicionário crítico de política cultural*. São Paulo, Fapesp/ Iluminuras, 1997.
- CONNERTON, Paul. *Como as Sociedades Recordam*. Lisboa: Celta, 1993.
- COSTA, Ivan Freitas da Costa. *Marketing cultural: o patrocínio de atividades culturais como ferramenta de construção de marca*. São Paulo, Editora Atlas, 2004.
- COVRE, Maria de Lourdes Manzini. *O que é Cidadania*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.
- CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. 2.ed. Bauru: Edusc, 2002.
- CUÉLLAR, Javier Pérez de (org). *Nossa diversidade criadora: Relatório da Comissão Mundial de Cultura e desenvolvimento*. Campinas, SP: Papirus; Brasília: Unesco, 1997.
- CURY, Isabelle. *Cartas Patrimoniais*. 3ª ed. rev. aum. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.
- D'ARAUJO, Maria Celina e CASTRO, Celso (orgs). *Tempos Modernos: João Paulo dos Reis Velloso, memórias do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- DE LORENZO, Helena Carvalho e COSTA: Wilma Peres (orgs). *A década de 20 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: UNESP, 1997.
- DURAND, José Carlos. *Política e gestão cultural: Brasil, USA e Europa*. São Paulo: EAESP-FGV, 2000. Relatório de pesquisa nº 13/2000.
- EAGLETON, Terry. *A idéia de cultura*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.
- EARP, Fábio Sá e KORNIS, George. *A Economia da Cadeia Produtiva do Livro*. Rio de Janeiro: BNDES, 2005.
- ELIAS, Norbert. *Os estabelecidos e os outsiders: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- FALCON, Francisco José Calazans. *História cultural: uma visão sobre a sociedade e a cultura*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1999.

FERREIRA, Aurélio B. de Hollanda. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FILHO, Francisco Humberto Cunha. *Cultura e Democracia na Constituição Federal de 1988: A Representação de interesses e sua aplicação ao Programa Nacional de Apoio à Cultura*. Rio de Janeiro: Letra Legal, 2004.

FOLHA de São Paulo. *MinC planeja alternativa à Lei Rouanet*. São Paulo, 31 de março de 2008.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina e CHAGAS, Mário (orgs). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, p. 56-76, 2003.

_____, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro; UFRJ: IPHAN, 1997.

_____. Da modernização à participação: a política federal de preservação nos anos 70-80. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. n.º. 24, Cidadania, p. 153-164, 1996.

FURTADO, Celso. *Cultura e desenvolvimento em época de crise*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

GIAMBIAGI, Fábio e MOREIRA, Mauricio Mesquita. *A economia brasileira nos anos 90*. Rio de Janeiro: BNDES, 1999.

GLOBO, Jornal o. *Os dois Brasis da Lei Rouanet*. Segundo Caderno. Domingo, 22 de julho de 2007.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Monumentalidade e Cotidiano: Os Patrimônios Culturais como Gênero de Discurso. In: OLIVEIRA, Lucia Lippi (org). *Cidade: Histórias e Desafios*. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 108-123, 2002.

_____. O patrimônio como categoria de pensamento. In: CHAGAS, Mário, ABREU, Regina (orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, p. 21-30, 2003.

_____. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 1996.

_____. *Museus, museólogos e a representação do Brasil*. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Departamento de Ciências Sociais, jun. 1995. Texto apresentado na Jornada de Pós-Graduação da UFRJ.

GOUVEIA, Maria Alice Machado. Políticas de preservação do patrimônio (três experiências em confronto): Inglaterra, Estados Unidos e França. In: MICELI, Sérgio e GOUVEIA, Maria Alice Machado. *Política cultural comparada*. Rio de Janeiro: FUNARTE/Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo/Financiadora de Estudos e Pesquisas – FINEP, p. 35-64, 1985.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. 10ed – Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HECK, Carlos H. Apresentação. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. n.º. 30, Mário de Andrade, 2002.

HOBBSAWM, Eric J., RANGER, Terence. *A Invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOBBSAWM, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.

ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios). Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais. México, 1985. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br>. Acesso em: 31 jul. 2006.

JELÍN, Elizabeth [et al]. *Cultura e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Edições Fundo Nacional da Cultura, 2000 (Cadernos do Nosso Tempo. Nova série; 3).

JEUDY, Henri-Pierre. *Memórias do Social*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

Le GOFF, Jacques. *História e Memória*. 2ª ed. Campinas: Unicamp. 1992.

LEMOES, Carlos A. C. *O que é patrimônio histórico*. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2000 [1981] (col. "Primeiros Passos", vol. 51).

LESSA, Carlos (org). *Enciclopédia da brasilidade: auto-estima em verde amarelo*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

LOPES, Antônio Herculano e CALABRE, Lia (org). *Diversidade cultural brasileira*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2005.

MAGALHÃES, Aloísio. *E Triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil*. Rio de Janeiro/ Brasília, Nova Fronteira / Fundação Nacional Pró-Memória, 1985.

MALHANO, Clara Emilia Sanches Monteiro de Barros. *Da materialização à legitimação do passado: a monumentalidade como metáfora do Estado: 1920-1945*. Rio de Janeiro: Lucerna; FAPERJ, 2002.

MARTINS, Maria Helena Pires. *Preservando o patrimônio & construindo a identidade*. São Paulo: Editora Moderna, 2002.

MEC-Sphan. Pró-Memória. *Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória*. Brasília, 1980. (Publicações da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 31).

MICELI, Sérgio (org.) *Estado e Cultura no Brasil*. São Paulo: Difel, 1984.

MINISTÉRIO da Cultura. *Programa Cultural para o Desenvolvimento do Brasil*. Brasília: MinC, 2006.

_____. *Economia da Cultura*. Disponível em www.cultura.gov.br

_____. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 1996

MINISTÉRIO da Educação e Cultura (MEC). *Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória*. Brasília, Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Fundação Pró-Memória, nº.31, 1980.

MONTEIRO FILHA, Dulce Corrêa e MODENESI, Rui Lyrio (org). *BNDES, um banco de idéias: 50 anos refletindo o Brasil* Rio de Janeiro: BNDES, 2002.

NETO, Pedro Taddei. Preservação sustentada de sítios históricos: a experiência do Monumenta. In: UNESCO. *Políticas Culturais para o Desenvolvimento: uma base de dados para a cultura*. Brasília: Unesco, p. 105-116, 2003.

NORA, Pierre. *Entre a memória e a história: a problemática dos lugares*. In: Revista Projeto História. PUC-SP, São Paulo, n.10, 1993.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Cultura é patrimônio*. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

_____, Lúcia Lippi. Política nacional de cultura: dois momentos em análise – 1975 e 2005. In: GOMES, Ângela Maria de Castro (org). *Direitos e Cidadania: memória, política e cultura*. Rio de Janeiro: FGV, p. 137-153, 2007.

_____, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1982.

OLIVEN, Ruben George. *A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-nação*. 2ed. rev. e ampl. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. *Moderna Tradição Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. *A imaginação a Serviço do Brasil*. Caderno de Campanha. São Paulo, PT, 2002.

PINHEIRO, Augusto Ivan de Freitas. Aprendendo com o Patrimônio. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org). *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, p. 141-155, 2002.

POERNER, Arthur José. *Identidade cultural na era globalização: política federal de cultura no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

POLLACK, Michel. Memória, esquecimento e silêncio. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, nº. 3, p. 3-15, 1989.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD. *Relatório do Desenvolvimento Humano 2004: liberdade cultural num mundo diversificado*. Lisboa: Mensagem, 2004.

REIS, Ana Cecília Fonseca. Economia da cultura e desenvolvimento: panorama geral e sugestão de debates para não-economistas. *Observatório Itaú Cultural*, nº. 2, maio/agosto 2007. São Paulo: Itaú Cultural, p. 50-58, 2007.

_____. *Marketing cultural e financiamento da cultura: teoria e prática em um estudo internacional comparado*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

RODRIGUES, Marly. Preservar e consumir: o patrimônio histórico e o turismo. In: FUNARI, Pedro Paulo e PINSKI, Jaime (orgs). *Turismo e Patrimônio Cultural*. 3ª edição. São Paulo: Contexto, p. 15-24, 2003.

RUBIM, Antonio Albino Canelas e BARBALHO, Alexandre(orgs). *Políticas Culturais no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2007 (Coleção CULT).

SANT'ANNA, Márcia. *A preservação de sítios históricos no Brasil (1937-1990)*. Artigo disponível no site <http://www.archi.fr/SIRCHAL/seminair/SirchalQ/marcia.htm>. Consultado em 11/12/2006.

SARKOVAS, Yacoff. Patrocínio de quem? *Revista Época*. Consulta pelo site www.revistaepoca.globo.com em 21/07/2005.

SCHWARZMANN, Simon. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra / EDUSP, 1984.

SILVA, Fernando Fernandes da. *As cidades brasileiras e o patrimônio cultural da humanidade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

SILVA, Raul Mendes; CACHAPUZ, Paulo Brandi; LAMARÃO, Sérgio (orgs). *Getúlio Vargas e seu tempo*. Rio de Janeiro: BNDES, 2004 (edição fora do comércio, propriedade do BNDES).

SODRÉ, Nelson Werneck. *Síntese de História da Cultura Brasileira*. 20ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SOUSA, Márcio. *Fascínio e Repulsa: Estado, cultura e sociedade no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Fundo Nacional de Cultura. 2000 (Cadernos do Nosso Tempo. Nova Série: 2)

UNESCO. *Políticas culturais para o desenvolvimento: uma base de dados para a cultura*. Brasília: UNESCO, 2003.

VELLOSO, Mônica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília e Almeida Neves (orgs). *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, p. 145-179, 2003. (Col. O Brasil republicano; v.2)

WEFFORT, Francisco C. *Formação do Pensamento Político Brasileiro: idéias e personagens*. São Paulo: Ática, 2006.

_____, Francisco. Apresentação. In: JELÍN, Elizabeth [et al]. *Cultura e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Edições Fundo Nacional da Cultura, p. 9-14, 2000. (Cadernos do Nosso Tempo. Nova série; 3).

_____, Francisco e SOUZA, Márcio (orgs). *Um olhar sobre a cultura brasileira*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1998.

_____, Francisco. Tem que combinar incentivo e subsídio. *Revista Marketing Cultural*, agosto de 1997. Disponível no site www.marketingcultural.com.br. Consultado em 20/03/08.

SITES CONSULTADOS

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

www.bndes.gov.br

Brasil Cultura

www.brasilcultura.com.br

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC (FGV)

www.cpdoc.fgv.br

Cultura e Mercado

www.culturaemercado.com.br

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN

www.iphan.gov.br

Ministério da Cultura

www.cultura.gov.br

Museu Paulista

www.mp.usp.br

Patrimônio - Revista Eletrônica do IPHAN

www.revista.iphan.gov.br

Portal de Serviços e Informações de Governo – Rede Governo

www.redegoverno.gov.br

Presidência da República

www.presidencia.gov.br

Programa Monumenta

www.monumenta.gov.br

Revista Marketing Cultural

www.marketingcultural.com.br

Revista Museu

www.revistamuseu.com.br

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

www.unesco.org.br

DECRETOS E LEIS

BRASIL, GOVERNO FEDERAL. **Lei nº. 11.646, de 10 de março de 2008.** Altera dispositivos da Lei nº. 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para estender o benefício fiscal às doações e patrocínios destinados à construção de salas de cinema em Municípios com menos de 100.000 (cem mil) habitantes, e dá outras providências.

BRASIL, GOVERNO FEDERAL. **Decreto nº. 5.761, de 27 de abril de 2006.** Regulamenta a Lei nº. 8.313, de 23 de dezembro de 1991, estabelece sistemática de execução do Programa Nacional de Apoio à Cultura - PRONAC e dá outras providências.

BRASIL, GOVERNO FEDERAL. **Decreto nº. 3.551, de 4 de agosto de 2000** - institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências.

BRASIL, GOVERNO FEDERAL. **Lei nº. 9.874, de 23 de novembro de 1999.** Altera dispositivos da Lei nº. 8.313, de 23 de dezembro de 1991, e dá outras providências.

BRASIL, GOVERNO FEDERAL. **Medida Provisória nº. 1.589, de 20 de novembro de 1997.** Altera dispositivos da Lei nº. 8.313, de 23 de dezembro de 1991, e dá outras providências.

BRASIL, GOVERNO FEDERAL. **Decreto nº. 1.494, de 17 de maio de 1995.** Regulamenta a Lei nº. 8.313, de 23 de dezembro de 1991, estabelece a sistemática de execução do Programa Nacional de Apoio à Cultura - PRONAC, e dá outras providências.

BRASIL, GOVERNO FEDERAL. **Lei nº. 8.685, de 20 de julho de 1993.** Cria mecanismos de fomento à atividade audiovisual e dá outras providências.

BRASIL, GOVERNO FEDERAL. **Lei nº. 8.313, de 23 de dezembro de 1991.** Restabelece os princípios da Lei Sarney e institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC).

BRASIL, GOVERNO FEDERAL. **Lei nº. 8.029, de 12 de abril de 1990.** Dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da administração Pública Federal, e dá outras providências.

BRASIL, GOVERNO FEDERAL. **Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988.**

BRASIL, GOVERNO FEDERAL. **Lei nº. 7.505, de 02 de julho de 1986.** Dispõe sobre benefícios fiscais na área do imposto de renda concedidos a operações de caráter cultural ou artístico.

BRASIL, GOVERNO FEDERAL. **Lei nº. 1.940, de 25 de maio de 1982.** Institui a contribuição social, cria o FINSOCIAL e atribui ao BNDES a administração deste Fundo.

BRASIL, GOVERNO FEDERAL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 24 de janeiro de 1967.

BRASIL, GOVERNO FEDERAL. **Lei nº. 3.924, de 26 de julho de 1961.** Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.

BRASIL, GOVERNO FEDERAL. **Lei nº. 1.628, de 20 de junho de 1952.** Cria o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE).

BRASIL, GOVERNO FEDERAL. **Decreto-lei nº. 25, de 30 de novembro de 1937** - organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.

BRASIL, GOVERNO FEDERAL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937.

BRASIL, GOVERNO FEDERAL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934.

BRASIL, GOVERNO FEDERAL. **Decreto nº. 24.735, de 14 de julho de 1934.** Inicia a organização de um serviço de proteção a monumentos históricos e obras de arte tradicionais do Brasil.

BRASIL, GOVERNO FEDERAL. **Decreto nº. 22.928, de 12 de julho de 1933.** Declara erigida em Monumento Nacional a Cidade de Ouro Preto.

BRASIL, GOVERNO FEDERAL. Constituição Política do Império, de 25 de março de 1824.

DOCUMENTOS BNDES

CONVÊNIO BNDES, MINISTÉRIO DA CULTURA E IPHAN, de 7 de novembro de 1996.

Visa o apoio a projetos culturais específicos, relacionados à restauração e conservação do patrimônio histórico arquitetônico tombado pela União.

DECISÃO Nº DIR. 332/96, de 26 de agosto de 1996. Autoriza, como atividade de relação institucional, a colaboração financeira, na forma de patrocínio, no âmbito da Lei nº. 8.313/91, exclusivamente a projetos relacionados à restauração e conservação do patrimônio histórico arquitetônico tombados pela União.

DECISÃO Nº DIR. 345/95, de 1º de setembro de 1995. Autoriza a aquisição de Certificados de Investimento Audiovisual, com a finalidade de apoiar o cinema nacional.

DECISÃO Nº DIR. 194/87, de 23 de junho de 1987. Autoriza, no âmbito da Lei Sarney, a doação de Cz\$ 6 milhões para o Paço Imperial.

DOCUMENTOS arquivados no Acervo do Centro de Pesquisas de Informações e Dados do BNDES (Coped); e no Acervo da Gerência de Documentação do BNDES (Gdoc) relativos à implantação da Gerência de Incentivo à Cultura do BNDES e do Programa de Preservação do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

DOSSIÊS dos projetos de restauro aprovados no âmbito da Lei *Rouanet* (período de 1997 a 2007);

OFÍCIO Nº 246/96, de 08 de agosto de 1996. Ofício enviado pelo IPHAN ao BNDES solicitando a participação do mesmo no patrocínio de projetos de restauro no âmbito da Lei Rouanet.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 02/87, de 23 de março de 1987. Dispõe sobre a utilização dos benefícios fiscais previstos na Lei Sarney.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 04/88, de 23 de agosto de 1988. Aprova o Regulamento do Espaço BNDES.

PARECER AJ/DEAST/GEAST Nº. 12/95, de 06 de março de 1995. Analisa a Lei nº. 8.313/91 e informa que as atividades desenvolvidas no Espaço BNDES não podem ser por ela beneficiados.

PARECER AJ/DEAST/GEAST Nº. 24/95, de 29 de junho de 1995. Analisa a Lei nº. 8.313/91 e informa de que forma o BNDES pode fazer uso da mesma no apoio a projetos de natureza cultural.

RESOLUÇÃO Nº 1.611/08, de 27 de maio de 2008. Altera a denominação do Departamento de Cultura e Serviços (DECULT) para Departamento de Cultura, Entretenimento e Turismo, mantendo a sigla DECULT e redefinindo suas atribuições.

RESOLUÇÃO Nº 1.594/08, de 22 de abril de 2008. Aprova, no âmbito do Planejamento Corporativo, da Missão, da Visão e das Orientações Estratégicas do BNDES para o período 2009 a 2014.

RESOLUÇÃO Nº 1.590/08, de 15 de abril de 2008. Altera e consolida o Regulamento para patrocínio a projetos relativos ao patrimônio histórico e arqueológico brasileiro no âmbito da Lei Rouanet.

RESOLUÇÃO Nº 1.589/08, de 15 de abril de 2008. Altera e consolida o Regulamento para Apoio a Projetos de Preservação de Acervos.

RESOLUÇÃO Nº 1.560/08, de 13 de fevereiro de 2008. Aprova a criação do Comitê de Projetos Culturais.

RESOLUÇÃO Nº 1.486/07, de 21 de agosto de 2007. Extingue o Departamento de Economia da Cultura (GP/DECULT) e altera a denominação do Departamento de Comércio, Serviços e Turismo (AI/DECOST) para Departamento de Cultura e Serviços (AI/DECULT).

RESOLUÇÃO 1.313/06, de 23 de junho de 2006. Cria a Consultoria de Desenvolvimento de Projetos (GP/CODEP) do Departamento de Economia da Cultura (GP/DECULT).

RESOLUÇÃO 1.247/05, de 14 de dezembro de 2005. Altera o Regulamento para patrocínio a projetos relativos ao patrimônio histórico e arqueológico brasileiro no âmbito da Lei Rouanet.

RESOLUÇÃO Nº 1.233/05, de 10 de novembro de 2005. Aprova novo Regulamento para patrocínio a projetos relativos ao patrimônio histórico e arqueológico brasileiro no âmbito da Lei Rouanet.

RESOLUÇÃO Nº 1.122/04, de 27 de setembro de 2004. Aprova o Regulamento para Concessão de Apoio a Projetos de Preservação de Acervos.

RESOLUÇÃO Nº 998/02, de 25 de março de 2002. Aprova alterações e consolidação do Regulamento para patrocínio a projetos culturais no âmbito da Lei Rouanet.

RESOLUÇÃO Nº 945/99, de 9 de março de 1999. Aprova o Regulamento para patrocínio a projetos culturais, no âmbito da Lei Rouanet.

ENTREVISTADOS

Ana Luiza Landim – Advogada do BNDES, foi assessora da Área de Comunicação e Cultura em 2001 e 2002, assumindo a Gerência de Incentivo à Cultura em 2003, cargo que ocupou até o início de 2005. Entrevista realizada em **23/06/2008**.

Carlos Augusto de Oliveira Lima – Com formação em Comunicação Social (Jornalismo), trabalhou na Área de Comunicação do BNDES entre 1980 e 1995, tendo ocupado os cargos de gerente e chefe do então Departamento de Projetos de Comunicação (DEPRO), mais tarde transformado em Departamento de Relações Institucionais (DERIN). Entrevista realizada em **14/07/2007**.

Elizabeth Maria de São Paulo – Foi superintendente da Área de Comunicação e Cultura de 2000 a 2004, sendo responsável pelo aumento da dotação orçamentária para apoio a projetos de restauro e inovações importantes para o fortalecimento de ações culturais no BNDES. Entrevista realizada em **02/05/2008**.

José Carlos Gonçalves Sobral – Foi gerente e responsável pelo “Espaço BNDES” de 1996 a 2003. Entrevista realizada em **18/07/2007**.

José Pio Borges – Funcionário de carreira do BNDES, ocupou o cargo de vice-presidente por duas vezes (de 1990 a 1993 e de 1996 a 1998) e de presidente de novembro de 1998 a julho de 1999. Entrevista realizada em **8/06/2008**.

Luciane Fernandes Gorgulho – Formada em economia, é a atual chefe do Departamento de Cultura, Entretenimento e Turismo (DECULT) do BNDES. Entrevista realizada em **2/02/2008**.

Solange Domingo Alencar Torres – Primeira gerente de cultura do BNDES, em 1998, cargo que ocupou até o início de 2003. Entrevista realizada em **24/06/2008**.



ANEXOS

CONTRATAÇÕES NO ÂMBITO DA LEI ROUANET 1997 A 2007

Projetos de Apoio ao Patrimônio Nacional

1997	
PROJETOS CONTRATADOS	LOCALIZAÇÃO
IGREJAS BARROCAS	RJ E MG
SANTA LUZIA (2 contratos)	RJ
FACULDADE DE MEDICINA DA BAHIA (2 contratos)	BA
FACHADAS DO IFCS/UFRJ	RJ
PAÇO IMPERIAL (dois contratos)	RJ
FAROL DA BARRA	BA
IGREJA SANTO ANTONIO DE IGARASSU 1	PE

1998	
PROJETOS CONTRATADOS	LOCALIZAÇÃO
ORDEM 3ª S. FRANCISCO DA PENITÊNCIA	RJ
CASA DO TREM (2 contratos)	RJ
IGREJA DE SANTO ANTÔNIO	MG
JARDINS DO MUSEU DA REPÚBLICA	RJ
IGREJA DE SANTA BÁRBARA	GO
IGREJAS HISTÓRICAS DO SÉCULO XVIII 1	MG
BIBLIOTECA DO ITAMARATY	RJ
PALÁCIO DA ALVORADA	DF

1999	
PROJETOS CONTRATADOS	LOCALIZAÇÃO
JARDIM BOTÂNICO	RJ
TEATRO MUNICIPAL 1	RJ
IGREJA MATRIZ DE SANTO ANTÔNIO 1	MG
IGREJA SANTO ANTÔNIO DE IGARASSU 2	PE
IGREJA S. FRANCISCO DE ASSIS DA PENITÊNCIA	BA
CASA DO TREM 3	RJ
CASA DA TORRE DE GARCIA D'ÁVILA 1	BA
CINEMATECA BRASILEIRA 1	SP
IGREJA SANTO ANTÔNIO ANJOS DE LAGUNA	SC
PARQUE NACIONAL DA SERRA DA CAPIVARA 1	PI

	2000
PROJETOS CONTRATADOS	LOCALIZAÇÃO
TEATRO SANTA ISABEL	PE
IGREJAS HISTÓRICAS DO SÉCULO XVIII 2	MG
IGREJA E RESIDÊNCIA DOS TRÊS REIS MAGOS	ES
IGREJA MATRIZ DE SANTO ANTÔNIO 2	MG
CINEMATECA BRASILEIRA 2	SP
FORTE SÃO JOSÉ 1	RJ

	2001
PROJETOS CONTRATADOS	LOCALIZAÇÃO
CASA FRANKLIN SAMPAIO 1	RJ
PORTAL DA MISERICÓRDIA 1	BA
ARQUIVO NACIONAL (dois contratos)	RJ
MUSEU DE ARTE SACRA	RJ
CASA DO CONDE DOS ARCOS 1	BA
IGREJA N. SENHORA DA SAÚDE	RJ
PARQUE NACIONAL DA SERRA DA CAPIVARA 2	PI
TETO SACRISTIA DE SANTO ANTÔNIO	RJ

	2002
PROJETOS CONTRATADOS	LOCALIZAÇÃO
IGREJA N. SENHORA DO OUTEIRO DA GLÓRIA 1	RJ
IGREJA N. SENHORA DOS PRAZERES	PE
IGREJA N. SENHORA DO CARMO – ANTIGA SÉ	RJ
FORTE SÃO JOSÉ 2	RJ
MUSEU DA LÍNGUA PORTUGUESA ESTAÇÃO DA LUZ 1	SP
MUSEU CASA DE JK	MG
CASA FRANKLIN SAMPAIO 2	RJ
PORTAL DA MISERICÓRDIA 2	BA
IGREJAS HISTÓRICAS DO SÉCULO XVIII 3	MG
CASA DO CONDE DOS ARCOS 2	BA
FORTALEZA DE SANTA CRUZ	RJ
CASA DA TORRE 2	BA
ARQUIVO NACIONAL 3	RJ
MUSEU DE ARTES E OFÍCIOS 1	MG

2003	
PROJETOS CONTRATADOS	LOCALIZAÇÃO
IGREJA MATRIZ N. SRA. ROSÁRIO DE PIRENÓPOLIS	GO
PAVILHÃO CASA DE CHÁ	DF
CENTRO CULTURAL INTERNACIONAL	RJ
IGREJA N. SENHORA DO OUTEIRO DA GLÓRIA 2	RJ
IGREJA N. SENHORA DA SAÚDE 2	RJ
MUSEU DA INDÚSTRIA DO CEARÁ	CE
MUSEU EMÍLIO GOELDI - ROCINHA	PA
TEATRO ÁLVARO DE CARVALHO	SC
ESCOLA DE MINAS DE OURO PRETO	MG
MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES	RJ
BIBLIOTECA NACIONAL	RJ

2004	
PROJETOS CONTRATADOS	LOCALIZAÇÃO
COMPLEXO DO VER-O-PESO	PA
MOSTEIRO DE SÃO BENTO – N. SRA. MONTSSERAT	RJ
IGREJA SANTO ANTÔNIO DOS ANJOS DE LAGUNA 2	SC
IGREJA N. SRA. CONCEIÇÃO ANGRA DOS REIS	RJ
IGREJA DA MADRE DE DEUS	PE
IGREJA DO BOM JESUS DA COLUNA	RJ
TEATRO MUNICIPAL 2	RJ
MUSEU NACIONAL CULTURA AFRO-BRASILEIRA	BA
IGREJA NOSSA SENHORA DA CANDELÁRIA 1	RJ

2005	
PROJETOS CONTRATADOS	LOCALIZAÇÃO
THEATRO JOSÉ DE ALENCAR	CE
MUSEU DE ARTES E OFÍCIOS (3 contratos)	MG
IGREJA NOSSA SENHORA DA CANDELÁRIA 2	RJ
MUSEU HISTÓRICO NACIONAL	RJ
IGREJA DA VILA DE SANTO AMARO	RS
CINEMATECA BRASILEIRA 3	SP
MUSEU DA LINGUA PORTUGUESA ESTAÇÃO DA LUZ 2	SP

	2006
PROJETOS CONTRATADOS	LOCALIZAÇÃO
MUSEU DE ARTES E OFÍCIOS 5	MG
PAÇO DA MISERICÓRDIA	MG
MUSEU DO RIO SÃO FRANCISCO	AL
CINE OLINDA	PE
CASARÃO LUNDGREN – CENTRO DE MEMÓRIA	PE
IGREJA N. SRA. CONCEIÇÃO DOS MILITARES (2 contratos)	PE
IGREJA N. SENHORA DO OUTEIRO DA GLÓRIA 3	RJ
MUSEU DO ORATÓRIO	MG
IGREJA DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS	SP
IGREJA DE SANT´ANA	PA
CASA DE JORGE DE LIMA	AL
MUSEU DO MEIO AMBIENTE	RJ
CONVENTO DE SANTA MARIA MADALENA	AL
CENTRO CULTURAL BUTANTAN	SP
BASÍLICA DE NOSSA SENHORA DO CARMO	PE
IGREJA N. SENHORA DOS REMÉDIOS DE PARATI	RJ
TEATRO RIBEIRA DOS ICÓS	CE
CENTRO ADMINISTRATIVO DE BAGÉ	RS
PALACETE PEDRO OSÓRIO	RS

	2007
PROJETOS CONTRATADOS	LOCALIZAÇÃO
MUSEU DO ÍNDIO	RJ
CASA DE CÂMARA E CADEIA	PE
IGREJA DO CONVENTO DE N. SRA. DO CARMO (2 contratos)	PE
FORTE SÃO JOSÉ 3	RJ
MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA DA UFPR	PR
CONVENTO DE SANTO ANTÔNIO	RJ
IGREJA DE SANTA EFIGÊNIA	MG
CASA DO TREM BÉLICO	SP

VALOR TOTAL CONTRATADO POR BEM CULTURAL 1997 A 2007

NOME DO PROJETO	CIDADE/UF	ANO CONTRATOS	VALOR TOTAL
IGREJAS BARROCAS 1 - N. SRA DOS MERCADORES	RIO DE JANEIRO/RJ	1997	864.989,10
IGREJAS BARROCAS 2 –N. SRA ROSÁRIO	OURO PRETO/MG	1997	647.651,68
IGREJA DE SANTA LUZIA	RIO DE JANEIRO/RJ	1997, 1997	180.000,00
FACULDADE DE MEDICINA DA BAHIA	SALVADOR/BA	1997, 1997	1.555.000,00
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS – IFCS	RIO DE JANEIRO/RJ	1997	422.387,00
PAÇO IMPERIAL	RIO DE JANEIRO/RJ	1997, 1997	644.510,00
FAROL DA BARRA	SALVADOR/BA	1997	303.500,00
IGREJA SANTO ANTÔNIO DE IGARASSU	IGARASSU/PE	1997, 1999	830.000,00
ORDEM 3ª S. FRANCISCO PENITÊNCIA ¹	RIO DE JANEIRO/RJ	1998, 2001	4.476.700,00
MUSEU HISTÓRICO NACIONAL ²	RIO DE JANEIRO/RJ	1998, 1998, 1999, 2005	2.516.324,12
IGREJA DE SANTO ANTÔNIO	SANTA BÁRBARA/MG	1998	100.400,00
MUSEU DA REPÚBLICA	RIO DE JANEIRO/RJ	1998	285.230,00
IGREJA DE SANTA BÁRBARA	GOIÁS/GO	1998	282.221,32
IGREJAS HISTÓRICAS DO SECULO XVIII	VÁRIAS/MG	1998, 2000, 2002	2.679.216,12
BIBLIOTECA DO ITAMARATY	RIO DE JANEIRO/RJ	1998	854.712,08
PALÁCIO DA ALVORADA	BRASÍLIA/DF	1998	1.000.000,00
JARDIM BOTÂNICO – ARBORETO E BIBLIOTECA	RIO DE JANEIRO/RJ	1999	105.800,00
TEATRO MUNICIPAL ³	RIO DE JANEIRO/RJ	1999, 2004	888.477,30
IGREJA MATRIZ DE SANTO ANTONIO	TIRADENTES/MG	1999, 2000	1.500.000,00
IG. S. FRANCISCO ASSIS PENITÊNCIA	SALVADOR/BA	1999	300.000,00
CASA DA TORRE DE GARCIA D ´ÁVILA	SALVADOR/BA	1999, 2002	1.500.000,00
CINEMATECA BRASILEIRA	SÃO PAULO/SP	1999, 2000, 2005	1.950.000,00
IGREJA S. ANTONIO DOS ANJOS DA LAGUNA	LAGUNA/SC	1999, 2004	1.123.922,99
PARQUE NACIONAL SERRA DA CAPIVARA	RAIMUNDO NONATO/PI	1999, 2001	400.000,00
TEATRO SANTA ISABEL	RECIFE/PE	2000	1.000.000,00
IGREJA E RESIDÊNCIA REIS MAGOS	SERRA/ES	2000	641.800,00
FORTE SÃO JOSÉ	RIO DE JANEIRO/RJ	2000 e 2002, 2007	831.198,72
CASA FRANKLIN SAMPAIO	PETRÓPOLIS/RJ	2001, 2002	200.000,00
PORTAL DA MISERICÓRDIA	SALVADOR/BA	2001, 2002	1.000.000,00
ARQUIVO NACIONAL	RIO DE JANEIRO/RJ	2001, 2001, 2002	5.500.000,00
CASA DO CONDE DOS ARCOS	SALVADOR/BA	2001, 2002	900.000,00
IGREJA N. SENHORA DA SAÚDE	RIO DE JANEIRO/RJ	2001, 2003	1.521.268,99
CONVENTO DE SANTO ANTÔNIO ⁴	RIO DE JANEIRO/RJ	2001, 2007	1.719.762,57
IGREJA N. SENHORA DO OUTEIRO DA GLÓRIA	RIO DE JANEIRO/RJ	2002, 2003, 2006	2.345.194,00
IGREJA N SENHORA DOS PRAZERES	JABOATÃO/PE	2002	918.918,00
IGREJA N. SENHORA DO CARMO – ANTIGA SÉ	RIO DE JANEIRO/RJ	2002	1.200.000,00
MUSEU DA LÍNGUA PORTUGUESA ESTAÇÃO DA LUZ	SAO PAULO/SP	2002, 2005	2.100.000,00
MUSEU CASA JK	DIAMANTINA/MG	2002	130.500,00

¹ Com Museu de Arte Sacra

² Com Casa do Trem

³ Pano de Boca e projeto executivo cobertura de cobre

⁴ Com Teto Sacristia Santo Antônio

FORTALEZA DE SANTA CRUZ	RIO DE JANEIRO/RJ	2002	806.270,00
MUSEU DE ARTES E OFÍCIOS	BELO HORIZONTE/MG	2002, 2005, 2006	4.487.540,98
IGREJA MATRIZ N. SENHORA DO ROSÁRIO	PIRENÓPOLIS/GO	2003	1.000.000,00
PAVILHÃO CASA DE CHÁ – PRAÇA TRÊS PODERES	BRASILIA/DF	2003	150.918,00
CENTRO CULTURAL INTERNACIONAL	RIO DE JANEIRO/RJ	2003	110.727,00
MUSEU DA INDÚSTRIA DO CEARÁ	FORTALEZA/CE	2003	1.000.000,00
MUSEU EMÍLIO GOELDI-PAV. DOMINGOS SOARES	BELÉM/PA	2003	1.000.000,00
TEATRO ÁLVARO DE CARVALHO	FLORIANÓPOLIS/SC	2003	434.024,32
ESCOLA DE MINAS OURO PRETO	OURO PRETO/MG	2003	136.350,00
MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES	RIO DE JANEIRO/RJ	2003	1.000.000,00
BIBLIOTECA NACIONAL	RIO DE JANEIRO/RJ	2003	500.000,00
COMPLEXO DO VER-O-PESO	BELÉM/PA	2004	1.000.000,00
MOSTEIRO DE SÃO BENTO	RIO DE JANEIRO/RJ	2004	1.000.000,00
IGREJA N. SENHORA CONCEIÇÃO ANGRA DOS REIS	ANGRA DOS REIS/RJ	2004	1.577.301,52
IGREJA DA MADRE DE DEUS	RECIFE/PE	2004	520.000,00
IGREJA DO BOM JESUS DA COLUNA	RIO DE JANEIRO/RJ	2004	1.307.440,22
MUSEU NACIONAL DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA	SALVADOR/BA	2004	235.098,23
IGREJA N. SENHORA DA CANDELÁRIA	RIO DE JANEIRO/RJ	2004, 2005	2.677.705,24
THEATRO JOSÉ DE ALENCAR	FORTALEZA/CE	2005	347.447,69
IGREJA DA VILA DE SANTO AMARO	GENERAL CÂMARA/RS	2005	463.644,95
PAÇO DA MISERICÓRDIA	OURO PRETO/MG	2006	1.085.381,54
MUSEU DO RIO SÃO FRANCISCO	PENEDO/ALAGOAS	2006	1.581.050,00
CINE OLINDA	OLINDA/PE	2006	947.263,80
CASARÃO LUNDGREN – CASA DE MEMÓRIA	OLINDA/PE	2006	1.031.288,51
IGREJA N. SENHORA CONCEIÇÃO DOS MILITARES	RECIFE/PE	2006	1.115.924,00
MUSEU DO ORATÓRIO	OURO PRETO/MG	2006	591.504,00
IGREJA DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS	SÃO PAULO/SP	2006	1.289.552,00
IGREJA DE SANT ´ANA	BELÉM/PA	2006	1.237.039,23
CASA DE JORGE DE LIMA	MACEIÓ/AL	2006	939.672,00
MUSEU DO MEIO AMBIENTE	RIO DE JANEIRO/RJ	2006	1.776.427,00
CONVENTO DE SANTA MARIA MADALENA	MAL. DEODORO/ALAGOAS	2006	2.301.615,38
CENTRO CULTURAL BUTANTAN	SÃO PAULO/SP	2006	855.245,98
BASÍLICA DE N. SENHORA DO CARMO	RECIFE/PE	2006	1.232.556,00
IGREJA DA MATRIZ DE N. SENHORA DOS REMÉDIOS	PARATI/RJ	2006	1.408.877,91
TEATRO RIBEIRA DOS ICÓS	CEARÁ	2006	182.102,00
CENTRO ADMINISTRATIVO DE BAGÉ	BAGÉ/RS	2006	799.930,58
PALACETE PEDRO OSÓRIO BAGÉ	BAGÉ/RS	2006	500.228,12
MUSEU DO ÍNDIO	RIO DE JANEIRO/RJ	2007	674.657,33
CASA DE CÂMARA E CADEIA	IGARASSU/PE	2007	914.862,18
IGREJA DO CONVENTO DE N. SENHORA DO CARMO	OLINDA/PE	2007	1.905.099,14
MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA DA UFPR	PARANAGUÁ/PARANÁ	2007	764.787,40
IGREJA SANTA EFIGÊNIA	OURO PRETO/MG	2007	1.471.523,62
CASA DO TREM BÉLICO	SANTOS/SP	2007	1.400.755,97
			91.181.495,83

PRESIDENTES DO BNDES 1952 A 2008

PRESIDENTE	PERÍODO
ARI FREDERICO TORRES	julho 1952 – junho 1953
VÁLDER LIMA SARMANHO	junho 1953 – fevereiro 1955
GLYCON DE PAIVA TEIXEIRA	março 1955 – fevereiro 1956
LUCAS LOPES	fevereiro 1956 – junho 1958
FRANCISCO ANTUNES MACIEL	agosto 1958 – agosto 1958
ROBERTO DE OLIVEIRA CAMPOS	agosto 1958 – julho 1959
LUCIO MARTINS MEIRA	julho 1959 – fevereiro 1961
JOSÉ VICENTE DE FARIA LIMA	fevereiro 1961 – setembro 1961
LEOCÁDIO DE ALMEIDA ANTUNES	setembro 1961 – junho 1963
JOSÉ GARRIDO TORRES	julho 1964 – março 1967
JAYME MAGRASSI DE SÁ	março 1967 – outubro 1970
MARCOS PEREIRA VIANNA	outubro 1970 – março 1979
LUIZ ANTONIO SANDE DE OLIVEIRA	março 1979 – setembro 1983
JORGE LINS FREIRE	setembro 1983 – outubro 1984
JOSÉ CARLOS PERDIGÃO MEDEIROS DA FONSECA	outubro 1984 – março 1985
DILSON DOMINGOS FUNARO	março 1985 – agosto 1985
ANDRÉ FRANCO MONTORO FILHO	agosto 1985 – janeiro 1987
MÁRCIO JOÃO DE ANDRADE FORTES	janeiro 1987 – setembro 1989
NEY FONTES DE MELO TÁVORA	outubro 1989 – março 1990
EDUARDO MARCO MODIANO	março 1990 – outubro 1992
ANTONIO BARROS DE CASTRO	outubro 1992 – março 1993
LUIZ CARLOS DELBEN LEITE	março 1993 – agosto 1993
PÉRSIO ARIDA	setembro 1993 – janeiro 1995
EDMAR LISBOA BACHA	janeiro 1995 – novembro 1995
LUIZ CARLOS MENDONÇA DE BARROS	novembro 1995 – abril 1998
ANDRÉ PINHEIRO DE LARA RESENDE	abril 1998 – novembro 1998
JOSÉ PIO BORGES DE CASTRO FILHO	novembro 1998 – julho 1999
ANDREA SANDRO CALABI	julho 1999 – fevereiro 2000
FRANCISCO ROBERTO ANDRÉ GROS	fevereiro 2000 – janeiro 2002
ELEAZAR DE CARVALHO FILHO	janeiro 2002 – janeiro 2003
CARLOS LESSA	janeiro 2003 – janeiro 2005
GUIDO MANTEGA	janeiro 2005 – março 2006
DEMIAN FIOCCA	março 2006 – abril 2007
LUCIANO COUTINHO	abril 2007 – atual



CLIENTE - BNDES
PRODUTO - ESPETÁCULO DE SOM E LUZ
TÍTULO - Largo Da Carioca, O Coração Histórico Do Rio
REF. - ROTEIRO de LUZ

Introdução Geral:

As luzes cenográficas do Morro e do Convento de Sto Antônio diminuem de intensidade. A música que recepciona os pedestres se esvai. Trilha sonora de abertura e efeitos cinéticos de projeção PIGI anunciam:

BNDES (logomarca) apresenta

Largo da Carioca, o coração histórico do Rio.

Ouve-se pelo locutor:

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, em defesa do Patrimônio Histórico Nacional e em comemoração ao seu 51º aniversário, estará oferecendo todas as Terças, Quintas e Sextas, às 18:30h e às 19:00h, até o dia 11 de Julho de 2003, o espetáculo de Som e Luz: **Largo da Carioca, o coração histórico do Rio.**

Vamos contar agora a história fabulosa do lugar mais popular da cidade:

BOM DIVERTIMENTO!

LOCUÇÃO

A história que contaremos a seguir é apaixonante!!! Vamos falar da origem deste lugar onde vocês trabalham, passeiam, que vocês cruzam todos os dias... a história do Largo da Carioca, o coração histórico do Rio.

Ela começa há quase 500 anos quando Santo Antônio, hoje festejado no mês de junho, ainda nem tinha sua linda casa no alto deste morro, para proteger o Rio de Janeiro.

Tempos depois do dia 1º de março de 1565, fundação oficial da cidade do Rio de Janeiro, na Urca, aconteceu um evento ainda mais importante para o futuro do Rio. Um momento de grande esperança: o verdadeiro início de uma nova era.

Na época, do alto do morro de Sto Antônio, (que ainda nem tinha este nome), dava pra ver, além da Lagoa e dos pântanos, o Pão de Açúcar...

... Dava pra ver também, a paisagem da futura Lapa, até a ilha de Villegaignon, passando por onde hoje é a Praça XV.

Que paisagem de Paz!!!

Os índios, aproveitando daquele momento mágico, contemplavam o sol nascente, nadando e cantando ao som das flautas, hoje quase esquecidas.

De cima do morro, as corujas observavam com perplexidade e inquietação, neste dia muito especial, o que começava a acontecer perto daqui, no Morro do Castelo, que hoje já nem existe mais.

Elas viam seres estranhos subirem as encostas do morro, homens nunca antes vistos por aqui.

Elas lembravam de tê-los visto, na Ilha de Villegaignon quando sobrevoando por aquele pedaço de terra.

Eram homens cobertos de ferro, acompanhados por outros seres vestidos de preto. Tratavam-se de guerreiros em armaduras e padres portugueses ao redor de Estácio de Sá, que plantou lá, uma bandeira, a bandeira do Rei de Portugal!

O Rio poderia começar a existir de verdade.

Escondidos, os índios observavam os portugueses. Eram os mesmos nativos que ajudaram os franceses na aventura de criar uma França Antártica, um sonho de Rainhas e Reis do outro lado do Atlântico.

E a história caminha rápido. Mais rápido que o galope do cavalo e a indomável onda do mar .

Ela nos leva ao início do século XVII, à construção do Convento e da Igreja de Santo Antônio. Em cima da Igreja, em 1610, já triunfava o famoso Galo Campanário.

Mas a história nos leva aos portugueses do Morro do Castelo, que apertados no Morro, precisam descer rumo ao futuro Paço Imperial, drenando o pântano e erguendo a futura praça XV.

A vida nos morros, porém, é mais agradável, mais amena. Não proliferam nas encostas os mosquitos; há menos animais perigosos e o aumento da população acarreta na falta de água potável.

Os raros poços naquele tempo não eram suficientes para as necessidades do povo do Rio.

O Rio Carioca, com origem na floresta entre o morro de Santa Teresa e o Corcovado, tinha que chegar até o Centro da Cidade para abastecer a população. E a sua importância era tanta, que os nascidos no Rio de Janeiro levaram o seu nome: CARIOCAS!

Foi para atender a esta necessidade que foi construído no início do século um primeiro archeduto para o abastecimento de água, e depois, entre 1744 e 1750, um dos mais espetaculares monumentos do Rio de Janeiro: Os famosos Arcos da Lapa que revolucionaram o cotidiano da cidade.

E a partir daí a construção de um grande chafariz com 16 carrancas: o chafariz da Carioca.

Naquela época, a rua da Carioca tinha um nome bizarro: Rua dos Piolhos. Era assim conhecida por causa do trânsito das carroças que transportavam água, apelidadas de Piolhos.

E aquele chafariz consolidou o Largo como um lugar de encontros, de fofocas e de trabalho dos escravos, tão bem retratados nas gravuras de Debret.

A partir de 1763 a Bahia perde o Estatuto de Capital do vice-Reinado em favor do Rio. Com isso, a igreja de Santo Antônio ganha mais força como o local mais freqüentado pela população fervorosa da capital do vice-reino.

É nesta época que é construída a Igreja mais bonita da cidade e talvez do Brasil: a Igreja da Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência, um tesouro da arquitetura e da beleza barroca, assinada por Manuel de Brito e Francisco Xavier de Brito.

Esta jóia foi restaurada pelo BNDES e devolvida ao Patrimônio Histórico Nacional do Brasil em 2001.

Mas, de volta ao passado, a chegada da família real portuguesa em 1808 concedeu à cidade o Estatuto de Capital de Portugal e de todas as colônias. Dom João VI transformou a pequena aldeia colonial em uma verdadeira capital.

O dia 09 de janeiro de 1822, o famoso dia do Fico, foi muito comentado nestas ruas. Quando passou o jovem D. Pedro I voltando para a Quinta da Boa Vista ou indo para o Campo de Santana para ser aclamado, como exigia a tradição portuguesa.

Foi também nesta época que este local foi definitivamente batizado de Rua e Largo da Carioca.

E em 1848, o chafariz do Largo da Carioca foi reconstruído, a partir de desenho do arquiteto francês Grand Jean de Montigny.

Ou seja, aqui respiramos história, a história do Brasil.

Passaram por aqui a Imperatriz Leopoldina em sua carruagem e seu filho D. Pedro II. A Princesa Isabel também atravessou o Largo em 1.888 para assinar a Lei Áurea no Paço Imperial da cidade, selando assim o fim da escravidão.

O cortejo imperial que se despedia do Brasil, passou por aqui um ano depois.

Voltando de Petrópolis, às pressas, o próprio D. Pedro II teve que discretamente dar adeus à sua capital para embarcar ao exílio.

Ele nunca mais veria o Convento de Santo Antônio, que hoje abriga a sepultura dos seus filhos que morreram jovens. Nunca mais poderia admirar a beleza do Cristo Serafim, raríssima representação do senhor, com as 6 asas dos arcanjos, e o chão da capela-Mor, revestido de mármore nas cores branco, preto e amarelo, que ele apreciava tanto.

Ele nunca mais voltou ao Brasil!

Somente ouviu notícias da evolução e das mudanças ocorridas no coração da Nova República, e do novo lema instituído: Ordem e Progresso.

Em 1884, aqui mesmo no Largo da Carioca era fundada a fábrica de cerveja BARBANTE, provavelmente a primeira de todo o Brasil o que caracterizava que a capital do Brasil atravessava o século demonstrando o seu dinamismo e seu desejo de aderir à modernidade.

Pereira Passos, o prefeito da cidade em 1905, inaugurou a Avenida Central, atual Rio Branco. Nesta época a badalação ficava no Hotel Avenida e o Reduto da Boemia Carioca encontrava-se no Café Nice, assim como o Tabuleiro da Baiana era o ponto final dos bondes da Zona Sul e o Hospital da Terceira Ordem, hoje destruído, era um dos principais hospitais da antiga capital. Depois, nos anos 30, o Morro do Castelo foi completamente destruído.

Nesta mesma época surgiram as primeiras construções de concreto armado, os primeiros arranha-céus e, nos arredores, na Cinelândia, os primeiros grandes cinemas que transformaram a paisagem urbana das novas ruas comerciais.

A Avenida Rio Branco também tornou-se forte concorrente do Largo ...

Desde então, muitas coisas aconteceram neste local, palco de grandes transformações que ficaram na memória e no imaginário do povo Carioca.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – o BNDES, além de ter adotado o Largo da Carioca, é o principal restaurador de monumentos do Patrimônio Histórico Nacional.

A Igreja da Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência, ilustra este trabalho de desenvolvimento cultural promovido pelo BNDES, que permitiu, após 14 anos de portas fechadas, o seu completo restauro e sua reabertura à população carioca.

Este Som e Luz é mais um presente do BNDES à população do Rio e a todos que contribuem para o desenvolvimento da cidade e do Brasil.

Santo Antônio,

Rogai pela cidade do Rio de Janeiro!

Boa Noite!

CONVITE 5ª BIENAL DE ARQUITETURA E DESIGN DE SÃO PAULO

METRÓPOLES

5ª BIENAL INTERNACIONAL DE ARQUITETURA E DESIGN DE SÃO PAULO



O Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Professor Carlos Lessa, tem a satisfação de convidá-lo para visitar o estande do BNDES na **5ª Bienal de Arquitetura e Design de São Paulo**, onde poderá ser apreciado o trabalho de restauro de monumentos nacionais apoiados pelo Banco.

De 15 de setembro a 2 de novembro de 2003, das 9h30 às 22h, no Parque do Ibirapuera – Portão 3.



O Banco do Desenvolvimento

ANÚNCIOS BNDES CULTURA



**Cultura faz bem.
Desenvolvimento faz bem.
E o BNDES faz muito bem
ao juntar as duas coisas.**

BNDES. Transformando cultura em desenvolvimento.

Nos últimos 12 anos, o BNDES investiu mais de R\$ 200 milhões no patrocínio a centenas de projetos de restauração do patrimônio histórico e arqueológico, preservação de acervos, produção e finalização de filmes e realização de espetáculos musicais. Agora, passa também a oferecer linhas de financiamento para empresas do setor cultural, de modo a estimular o seu crescimento sustentável. São R\$ 175 milhões disponíveis em 2007 e 2008. As diversas formas de expressão cultural constituem uma das principais riquezas do Brasil. As ações do BNDES buscam fortalecer a economia da cultura no país e ampliar o seu potencial de geração de renda, emprego e inclusão social. Cultura é diversão, identidade, cidadania. E desenvolvimento. Para mais informações, acesse www.bndes.gov.br/cultura.



BNDES
O BANCO DO DESENVOLVIMENTO
DE TODOS OS BRASILEIROS

Ministério do
Desenvolvimento, Indústria
e Comércio Exterior

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL





**O PASSADO DO PAÍS ESTÁ
ABERTO PARA VISITAS.
O BNDES TEM ORGULHO DE
CONTRIBUIR PARA A PRESERVAÇÃO
DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA.**



**BNDES. O MAIOR PATROCINADOR DA
PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO BRASILEIRO.**

Há 9 anos o BNDES apoia a preservação do patrimônio histórico brasileiro. Um trabalho que nos deixa orgulhosos. Já investimos mais de 70 milhões de reais na restauração de 55 monumentos: são igrejas, fortes, museus, teatros, casarões, faculdades e conventos espalhados por todas as regiões do país. É o BNDES ajudando os brasileiros a conhecer melhor a sua história.





**O BNDES É O MAIOR PATROCINADOR DA PRESERVAÇÃO
DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO BRASILEIRO.
PARTE DESSE TRABALHO VOCÊ PODE
VER DE PERTO NO MUSEU DE ARTES E OFÍCIOS.**

O BNDES tem o orgulho de mais uma vez apoiar o Museu de Artes e Ofícios (MAO) equipando-o com um novo espaço multiuso - o Espaço BNDES. Agora, além de um acervo com milhares de peças de atividades rurais, urbanas e domésticas do século XVII ao XX, o MAO conta com salas multifuncionais reformadas para capacitação de jovens em situação de risco, laboratório de restauro, miniauditório e nova área para abrigo da reserva técnica. Venha conhecer a vida no Brasil pré-industrial, entender os ofícios que deram origem às profissões de hoje em dia e ver de perto toda a beleza desse museu. BNDES. O banco do desenvolvimento de todos os brasileiros. Há 10 anos preservando nosso futuro.



Ministério do
Desenvolvimento, Indústria
e Comércio Exterior



Quinta-feira, 24 de janeiro de 2008

1808 2008



Custódio Coimbra



A IGREJA, com as tribunas e o coro alto restaurados

Restauração da Igreja da Glória será entregue hoje

Serviço durou dois anos

Jacqueline Costa

• Durante o dia de ontem, funcionários deram os últimos retoques para a solenidade de inauguração das obras de restauração da Igreja de Nossa Senhora da Glória do Outeiro, que será realizada hoje à noite. Depois de quase dois anos de um minucioso trabalho, a igreja preferida da Família Real está reluzindo de novo. Todo o trabalho de restauração foi supervisionado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que tombou a construção em 1938. Uma equipe de especialistas portugueses, da Espírito Santo Cultura, se juntou a artesãos brasileiros para o trabalho. As obras de infra-estrutura e arquitetônicas foram patrocinadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e pela Petrobras, que investiram, respectivamente, R\$ 1 milhão e R\$ 600 mil. Já a recuperação das talhas dos altares, coro alto e tribunas foi feita com uma verba de R\$ 600 mil, bancada pela prefeitura, com apoio da Espírito Santo Cultura.

► **NO O GLOBO ONLINE:**
Veja fotogaleria da igreja
www.oglobo.com.br/rio

Matéria reproduzida do jornal "O Globo" de 24/01/08



O BNDES está restaurando a nossa história.

O BNDES confirmou o seu compromisso com o Rio, apoiando a restauração da Igreja da Imperial Irmandade de Nossa Senhora da Glória do Outeiro, uma construção que é símbolo da arquitetura colonial e da história de nossa cidade. O BNDES tem orgulho de ser o maior patrocinador de ações de preservação do patrimônio histórico, investindo na cultura nacional e tomando conta da memória do nosso país. Nos últimos 10 anos já foram apoiados projetos que possibilitaram a revitalização de 97 monumentos tombados em todo o país, num investimento de cerca de R\$ 100 milhões. Para um país pensar no futuro não pode esquecer o passado.



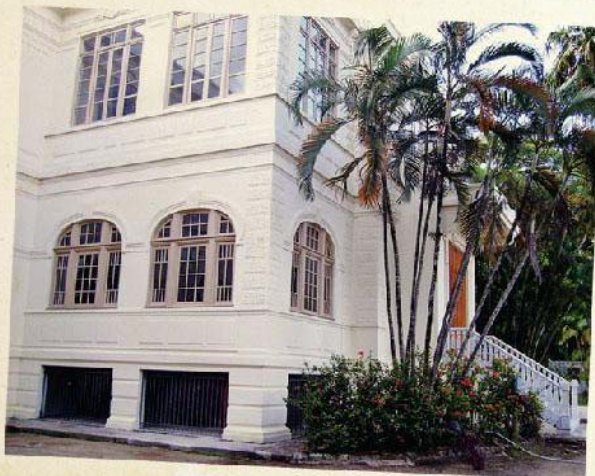
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior





DPZ

O BNDES *apoiou* A RESTAURAÇÃO
DA SEDE DO MUSEU DO MEIO
AMBIENTE. MAS A GENTE *espera*
QUE O *maior* ACERVO DE NATUREZA
ESTEJA SEMPRE DO LADO DE FORA.



A natureza é um grande patrimônio do Brasil. Por isso o BNDES, maior patrocinador na restauração do patrimônio histórico brasileiro, investiu mais de R\$ 1,7 milhão na instalação do Museu do Meio Ambiente, no Jardim Botânico do Rio de Janeiro, patrocinando as obras de restauração e adaptação do prédio onde funcionará o museu. O local, construído no século XIX, abrigará um dos primeiros museus desse gênero na América Latina. Lá, você encontrará centenas de fotos, documentos, mapas, jogos interativos, além de palestras exclusivas sobre preservação ambiental.

BNDES. O banco do desenvolvimento de todos os brasileiros. Há 10 anos preservando nosso futuro.


Ouvidoria: 0800 702 6307
www.bn-des.gov.br



Ministério do
Desenvolvimento, Indústria
e Comércio Exterior



MATERIAL DE DIVULGAÇÃO DO BNDES (CULTURA)



Esse trabalho é resultado da convicção do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES da importância da história, da memória e da identidade do povo brasileiro. O BNDES acredita que preservando e valorizando o passado estará contribuindo para o futuro de todos nós.

O MAO E O BNDES

O Museu de Artes e Ofícios (MAO), inaugurado em 2005, em Belo Horizonte, é o primeiro empreendimento museológico brasileiro dedicado integralmente ao tema das artes e dos ofícios e do trabalho no país.

A criação do museu foi mais um dos projetos de preservação do futuro do país apoiados pelo BNDES. À época, os prédios da Estação Central de Belo Horizonte, construídos na década de 1920, estavam abandonados e em processo de deterioração avançada. O restauro de ambos e a instalação do MAO alavancaram a revitalização do centro da cidade.

As coleções que compõem o acervo do MAO mostram a riqueza da produção popular na era pré-industrial: os fazeres, artes e ofícios que deram origem às profissões contemporâneas. Ao percorrer os dois prédios do museu, separados pelas linhas de trem e metrô e unidos por um túnel subterrâneo, o visitante pode ver um amplo painel da história e das relações sociais do trabalho no Brasil, nos últimos três séculos, com o suporte de recursos museográficos e de ações educativas.

NOVO APOIO DO BNDES AO MUSEU

Pela terceira vez, o BNDES apoiou o MAO neste projeto, que tem como objetivo equipar o museu com espaços que poderão ser utilizados não só para ampliar as ações educativas e de capacitação profissional, mas também para proporcionar uma área multiuso capaz de receber grupos escolares e visitantes em geral.

Este será o Espaço BNDES, que congregará todas as ações abaixo:

- reserva técnica;
- laboratório de restauro;
- salas multifuncionais (monitoria, agendamento e serviço educativo);
- miniauditório com 50 lugares; e
- centro de formação e capacitação profissional voltado para jovens em situação de risco.

O novo apoio do BNDES permitirá que o museu passe agora a desempenhar por completo a missão a que se propõe: a de valorização da história do trabalho no Brasil, a transmissão desse valor aos estudantes e visitantes e a transmissão dos saberes de muitos ofícios aos jovens, para que se integrem ao mercado de trabalho com funções especializadas.

BNDES. 10 ANOS PRESERVANDO O FUTURO DO PAÍS.

O BNDES é hoje o maior patrocinador de ações de preservação do patrimônio histórico e arqueológico brasileiro. Nos últimos 10 anos, já foram apoiados projetos que possibilitaram a revitalização de 97 monumentos tombados em todo o país, num investimento de cerca de 100 milhões de reais. Entre esses bens históricos, podem ser citados museus, igrejas, casas, fortes, universidades, teatros, centros históricos, distribuídos nas diversas regiões do país.

O regulamento para patrocínio e mais informações referentes ao apoio do BNDES ao patrimônio histórico e arquitetônico nacional encontram-se disponibilizados no Portal BNDES: www.bndes.gov.br/cultura/patrimonio.



Este magnífico trabalho reflete o compromisso do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social com a preservação da identidade e memória cultural do povo brasileiro, contribuindo para o futuro de todos nós.



Maior Referência do Centro Histórico do Bairro Ilha do Recife

O BNDES decidiu apoiar o projeto de restauro da capela-mor, por sua representatividade na memória artístico-cultural na cidade do Recife e por integrar plano de revitalização do sítio histórico da Cidade do Recife, juntamente com o Paço da Alfândega e outros monumentos situados no seu entorno.

A Igreja da Madre de Deus, erguida no século XVI, ganhou intervenções no início do século XVIII. É referência maior da Ilha Bairro do Recife. Este monumento integra um conjunto de edificações de grande valor arquitetônico, histórico e cultural da cidade. Trata-se de uma configuração exemplar, única no Brasil, dada a sua integridade física e estilística.

Seu estilo segue a segunda fase do Barroco, apresentando belíssima capela-mor com retábulo entalhado no estilo D. João V, onde, anjos e atlantes de "aspecto caricatural", ao gosto popular, se contrapõem aos entalhes em elementos decorativos leves e bem marcados.

Em 1971, um incêndio danificou o retábulo, as paredes laterais e todo o forro. Nessa mesma década, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) promoveu a restauração da estrutura e entalhe das partes atingidas da capela-mor, através de pesquisa fotográfica. Apesar de restabelecida a sua funcionalidade, a complementação da policromia e do douramento deixou de ser realizada.

Um país que tem memória é um país que tem futuro.

A recuperação do patrimônio histórico-arquitetônico nacional não é importante apenas para a preservação, a valorização e a difusão da identidade cultural brasileira. É também fundamental para a revitalização urbana e turística do país, o que proporciona benefícios econômicos e sociais para a população.

É por isso que, desde 1997, através da Lei Rousslet de Incentivo à cultura, o BNDES patrocina projetos de restauração do patrimônio histórico-arquitetônico.

O BNDES, com o apoio do Ministério da Cultura e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, investe em obras de restauro, conservação, adaptação e modernização de edificações tombadas nas seguintes categorias: Patrimônio Edificado, Patrimônio Urbanístico, Patrimônio Arqueológico, Bens Móveis e Bens Intangíveis.

Até 2006, foram destinadas cerca de R\$ 57,6 milhões para mais de 100 projetos em todas as regiões do país. Algumas das obras de restauração são exemplos significativos de importância dos investimentos: Teatro Santa Isabel, Igreja de Nossa Senhora de Conceição dos Militares, em Pernambuco; Fortaleza de Santa Cruz, Museu Histórico Nacional e Igreja de Candelária, no Rio de Janeiro; Estação de Língua Portuguesa e Cinemateca Brasileira, em São Paulo; Museu de Artes e Oficinas e Igreja do Carmo de Ouro Preto, em Minas Gerais; Igreja Matriz do Rosário, em Goiás; e Igreja de Vila do Santo Amaro, no Rio Grande do Sul.

Ao longo do tempo, conforme as exigências técnicas, as diretrizes do Governo Federal e a política pública de cultura, o BNDES vem aperfeiçoando a sua atuação com o objetivo de cada vez mais contribuir efetivamente para o desenvolvimento de determinada cidade ou região.

Mais do que simplesmente preservar a memória nacional, o BNDES apoia projetos que buscam dar a edifícios e ambientes históricos caráter educacional, econômico e social, estimulando a revitalização do espaço público e a geração de emprego e renda.



Capela de Nossa Senhora da Igreja dos Militares - PE.



O Brasil tem um passado brilhante pela frente.

BNDES. 10 ANOS RESTAURANDO O PATRIMÔNIO HISTÓRICO-ARQUITETÔNICO NACIONAL.

www.bndes.gov.br




Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior



Teatro Santa Isabel - PE



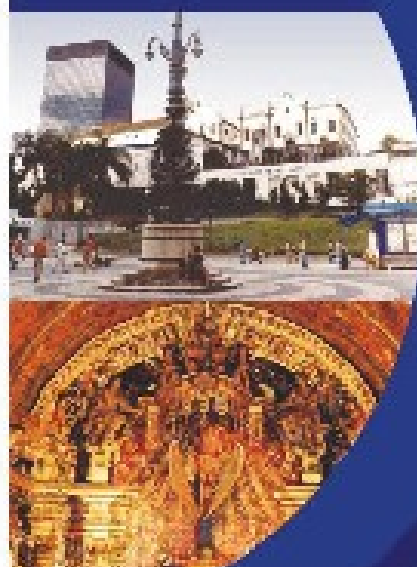


Conheça
a jóia do
barroco
brasileiro.

Visite o stand do BNDES

Conheça
um pedaço
da história
do Brasil.

Visite o stand do BNDES
no pavilhão 4.



Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)